GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1.º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXI - Nº 176 SEXTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1997 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	7277
SECRETARIA DE GOVERNO	7278
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	7279
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	7280
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7286
SECRETARIA DE OBRAS	7286
SECRETARIA DE AGRICULTURA	7286
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	7287
SECRETARIA DE TRABALHO	7287
SECRETARIA DE TURISMO	7287
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7287

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	7288
CASA MILITAR	7289
SECRETARIA DE GOVERNO	7289
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	7289
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7290
SECRETARIA DE SAÚDE	7293
SECRETARIA DE TRANSPORTES	7295
SECRETARIA DE AGRICULTURA	7295
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	7296
SECRETARIA DE TRABALHO	7296
SECRETARIA DE TURISMO	7296
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7297
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	7297

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO	7298
SECRETARIA DE GOVERNO	7298
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	7299
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	7300
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7301
SECRETARIA DE SAÚDE	7301
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7303
SECRETARIA DE OBRAS	7303
SECRETARIA DE AGRICULTURA	7305
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	7305
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	7306
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	7306
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	7306
SECRETARIA DE TURISMO	7306
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	7308
INEDITORIAIS	7308
ÍNDICE	7308

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 18.596, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Manda aplicar o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando a necessidade da manutenção da padronização dos procedimentos gerais das continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar em perfeita sincronia com os das Forças Armadas, observadas as peculiaridades próprias das Corporações Militares do Distrito Federal e ainda o que consta no Processo nº 030.005.140/97, decreta:

Art. 1º- Aplica-se à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto Federal nº 2.243 de 03 de junho de 1997, publicado no Diário Oficial da União nº 104 de 04 de junho de 1997.

Art. 2º- Os Comandantes-Gerais das Corporações Militares do Distrito Federal poderão baixar instruções complementares que se fizerem necessárias à interpretação e orientação do citado Regulamento.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de Setembro de 1997
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 18.597, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Delega competência à Secretária de Saúde do Distrito Federal para Regulamentar o Sistema de Controle, Avaliação e Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal/SUS-DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X, XXI e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o disposto nos artigos 16, XIX e 17, XI, da Lei Federal Nº 8.080, de 19.09.90, no artigo 6º da Lei Federal Nº 8.689, de 27.07.93 e o Decreto Federal Nº 1.651 de 28.09.95, decreta:

Art. 1º - Fica delegada competência à Secretária de Saúde do Distrito Federal para a elaboração do Regulamento do Sistema de Controle, Avaliação e Auditoria - SCAA-SUS-DF, que ficará vinculado à Coordenação de Controle, Avaliação e Auditoria da Subsecretaria de Planejamento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, obedecidas as normas gerais fixadas pela União e o disposto em seu Regulamento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de Setembro de 1997
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

20 DE SETEMBRO: DIA DE VACINAR CÃES E GATOS CONTRA A RAIVA

DECRETO Nº 18.598, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Cria a Comissão Executiva do Consórcio de Águas Emendadas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X e XXIII, e com fundamento nos princípios insculpidos nos artigos 158, inciso IX; 164; 176, IV; 187; 247; 312, II; 326, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando a necessidade de estabelecer a cooperação técnica, científica e administrativa para o desenvolvimento sustentável, solidário e integrante da Região do Entorno do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º Fica criada a Comissão Executiva do Consórcio de Águas Emendadas para atender aos seguintes objetivos:

I. definição de sub-centros que possam atuar como cidades polarizadas da região de influência de Brasília para efeito de fortalecimento das mesmas, através da implantação de infra-estrutura e oferta de equipamentos sociais que minimizem ou dispensem a sua demanda sobre o Distrito Federal;

II. edição coordenada ou conjunta de instrumentos jurídicos, administrativos, de incentivos fiscais e creditícios, viabilizadores da implantação e do desenvolvimento de meios de produção, de industrialização e de prestação de serviços na Região do Entorno;

III. execução do instrumento de ajuste já celebrado na área de segurança pública e os que venham a ser celebrados em outras áreas;

IV. estabelecimento de estratégias e mecanismos visando a participação cooperativa dos Governos da União, dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e do Distrito Federal, além das administrações municipais como partícipes do Consórcio nos programas e projetos de desenvolvimento da Região.

Art. 2º À Comissão Executiva fica assegurada a adoção das medidas e providências necessárias à complementação de suas tarefas.

Art. 3º Ficam designados para compor a Comissão Executiva do Consórcio:

I. James Lewis Gorman Júnior - Subsecretário de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, e Robério Sulz Gonsalves - Subsecretário Adjunto, como membros nomeados pelo Distrito Federal.

Parágrafo único - Ficam convidados para compor a Comissão Executiva do Consórcio de que trata o "caput" os Senhores Francisco Monteiro Guimarães - Prefeito de Água Fria - GO, e José Vicente Damasceno - Prefeito de Buritis - MG, representando os municípios adjacentes à Brasília.

Art. 4º A Comissão Executiva apresentará no prazo de quarenta dias da publicação deste Decreto, relatório das atividades estabelecidas no art. 1º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de Setembro de 1997
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 10 de setembro de 1997

PROCESSO Nº : 030.006.639/87
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : EXECUÇÃO DE OBRAS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 561/97 no valor de R$ 1.026,19 (um mil e vinte e seis reais e dezenove centavos), em favor da NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.004/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 455/97 no valor de R$ 158,40 (cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.004/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 454/97 no valor de R$ 4.664,00 (quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.826/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : APRESENTAÇÃO NO LUAL CULTURAL

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 461/97 no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), em favor de Wilson de Morais.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.826/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : PAGAMENTO DE CACHÊ - BANDA PLATAFORME

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 460/97 no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), em favor de Aurélio Ramos da Cunha.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.845/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : DIREITO AUTORAL

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 462/97 no valor de R$ 355,86 (trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), em favor do ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.002/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 214/97 no valor de R$ 858,00 (oitocentos e cinquenta e oito reais), em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.002/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL
Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 215/97 no valor de R$ 5.871,50 (cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 145.000.656/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS
ASSUNTO : DESPESAS COM PROJETOS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 210/97 no valor de R$ 100,00 (cem reais), em favor do CREA - Conselho Regional de Engenharia,Arquitetura e Agronomia.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Recanto das Emas, para as providências complementares.

JOÃO CARLOS TEATINI

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 55, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

O Administrador Regional do Lago Sul - RA XVI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX do art. 20, do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 28 de dezembro de 1994, e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto nº 17.079, de 28 de dezembro de 1995 e do Decreto nº 18.462 de 18/ 07/97, resolve:
1) Fixar o preço público correspondente à utilização de áreas públicas no âmbito da Região Administrativa do Lago Sul, nos termos dos anexos I ao III, desta Ordem de Serviço.
2) Os coeficientes estabelecidos nos anexos desta Ordem de Serviço têm por base a Pauta de Valores Venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, Lei 989 de 18 de dezembro de 1995, do DF, de 19/12/95.

ANEXO I

Espaços ocupados em Áreas Públicas com finalidades comerciais ou de prestação de serviços por:	UNIDADE	VALORES EM REAIS - PREÇO PÚBLICO DIA	MÊS	ANO
Comércio estabelecido: a) com cobertura (marquise, toldos, telhados e similares)	0 a 40m² 40 a 80m² acima de 80m²	0,16 0,28 0,32	4,80 8,40 9,60	57,60 100,80 115,20
b) sem cobertura	0 a 40m² 40 a 80m² acima de 80m²	0,04 0,06 0,08	1,20 1,80 2,40	14,40 21,60 28,80
Canteiros de obras, parques de diversões, circos, exposições e similares	m²	0,02	0,54	6.48
Feiras permanentes	m²	0,29	8,58	102.96
Feiras Livres e similares	m²	0,21	6,44	77.28
Banca em Mercado	m²	0,29	8,58	102.96
Outdoors e anúncios similares (dimensões)	m²	0,11	3,21	38.52
Comércio ou Serviço em veículos motorizados ou não: a) Carroças, carrocinhas, balcões, tabuleiros, bancas, barracas, carrinhos e similares	unid	0,21	6,44	77.28
b) Reboques, trailers, quiosques, caminhões e similares	m²	0.06	2.00	24.00
Avanço de Postos de Serviços (PAG/PLL)	m²	0,02	0,54	6,48
Abrigo de Taxi	m²	0,05	1,61	19,31
Áreas efetivamente utilizadas com instalações e equipamentos que concorram para o desenvolvimento do evento	m²	0,32	9,66	115,88
Outras finalidades	m²	0,14	4,29	51,50

ANEXO II

Espaços ocupados em Parques Vivências e Recreativos	Valores em reais por m² ao mês - Preço Público
Até 100 m ²	2,15
101 à 500 m²	1,50
501 à 1500 m²	0,75
1501 à 3000 m²	0,43
3001 à 5000 m²	0,27
5001 à 8000 m²	0,18
8001 à 13000 m²	0,15
acima de 13000 m²	0,08

ANEXO III

Ocupação de espaços destinados a atividades esportivas dentro dos Parques Vivências ou Recreativos	Valores em Reais por m² ao mês Preço Público
1) Eventos com cobrança de Ingresso	107,30
2) Eventos sem cobrança de Ingresso	34,33
3) Eventos Filantrópicos	32,19
4) Por evento realizado por confederação, Federações e entidades afins	28,97

3) Autorização para ocupação de área pública na Região Administrativa do Lago Sul.
3.1 - Para requerer qualquer expedição da Autorização para Ocupação de Área Pública conforme legislação em vigor, inicialmente serão exigidos os seguintes documentos:
a) Requerimento em formulário padronizado
b) Cópias do Alvará de Funcionamento, CGC, Inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, Contrato de Locação ou Escritura Registrada, Croque de localização da área invadida, comprovante de registro na Junta Comercial do DF ou em Cartório de Documentos;
c) Comprovante de recolhimento da Taxa de Expediente. (Código 357.3-16);
d) Termo de Compromisso de conservação e recuperação da área pública (formulário padronizado.

4) O Requerente deverá protocolar os itens acima especificados no SESG/DAG/RA XVI (Protocolo), que remeterá para o SFOP/DRALF/RA XVI (Fiscalização), para conferência do croqui apresentado.

5) O SFOP remeterá ao SLOAE/DRALF/RA XVI (Licenciamento) que após a análise dos documentos relacionados no item 3.1 desta ordem de serviço, emitirá a autorização para ocupação de logradouro público com a chancela do Senhor Administrador Regional do Lago Sul;

6) O requerente deverá apresentar o comprovante de recolhimento da taxa de uso de logradouro público, referente à primeira parcela, no ato da assinatura da autorização, contando a partir dessa data os prazos subsequentes fixados para os demais pagamentos, devendo apresentar mensalmente os comprovantes devidamente pagos no serviço de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas desta Administração.

7) Os casos omissos e dúvidas que surgirem, serão dirimidas pelo Senhor Administrador do Lago Sul em conjunto com a Diretoria Regional de Aprovação, Licenciamento e Fiscalização/RA XVI, através do processo de consulta individual a ser formalizado no SESG/DAG/RA XVI (Protocolo).

8) Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

9) Revogam-se disposições em contrário.

PAULO CEZAR TIMM

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 10 de setembro de 1997

PROCESSO: 142000539/97
INTERESSADO: SHIRLEY RODRIGUES C. DE ALMEIDA E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o inciso I do artigo 38, combinado com o inciso II do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de nota de empenho no valor de R$ 1.150,44 (hum mil, cento e cinqüenta reais e quarenta e quatro centavos) a favor de SHIRLEY RODRIGUES C. DE ALMEIDA E OUTROS.
Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG, para emissão da respectiva nota de empenho, à conta da dotação do elemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores do orçamento desta Administração.

JACQUES DE OLIVEIRA PENA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 22, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 56, inciso I, alínea "c" , do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, e tendo em vista o disposto no Parágrafo Único do artigo 1º , do Decreto nº 4.544, de 22 de janeiro de 1979, resolve:

1 - Alterar o Anexo Único ao Decreto nº 4.544, de 22 de janeiro de 1979, no seguinte grupo:

GRUPO 97 - SERVIÇOS

- Modificar a redação do título do subgrupo 17 para:
  Locação de máquinas de contabilidade, processamento de dados e microfilmagem.
- Modificar a redação do título do subgrupo 85 para:
  Reparos e manutenção de equipamentos de processamento de dados e microfilmagem.
- Incluir o subgrupo 53
  Serviços de portes de correspondências, registros postais aéreos, telegramas e radiogramas.
- Incluir o subgrupo 55
  Serviços de fonoaudiologia, psicologia , fisioterapia e biomedicina.
- Incluir o subgrupo 56
  Serviços de instalação, remanejamento e manutenção de pontos elétricos e lógicos de informática.
- Incluir o subgrupo 57
  Reparos e manutenção de aparelhos e instrumentos técnicos para medição, teste e controle.
- Incluir o subgrupo 58
  Serviços de desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados.
- Incluir o subgrupo 59
  Serviços de serigrafia.
- Incluir o subgrupo 60

Reparos e manutenção de máquinas, motores e apá-, relhos para indústria, comércio e transporte.
- Incluir o subgrupo 61
  Locação de equipamentos gráficos.
- Incluir o subgrupo 62
  Locação de software.
- Incluir o subgrupo 63
  Locação de equipamentos e aparelhos para sinalização, comunicação e fotocinematografia.
- Incluir o subgrupo 64
  Locação de aparelhos e instrumentos técnicos para medição, teste e controle.
- Incluir o subgrupo 66
  Locação de máquinas, motores e aparelhos para indústria, comércio e transporte.
- Incluir o subgrupo 67
  Serviços de classificação de produtos de origem animal, mineral e vegetal.
- Incluir o subgrupo 68
  Serviços de acesso a rede mundial de computadores - INTERNET.
- Incluir o subgrupo 69
  Locação de imóveis.
- Incluir o subgrupo 70
  Locação de palanques, arquibancadas e assemelhados.

2 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO FERNANDO LIMA
Interino

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE
Em 9 de setembro de 1997

PROCESSO : Nº 030.007.380/97
INTERESSADO: ZÊNITE ASSESSORIA E PROMOÇÕES S/C LTDA
ASSUNTO : Inexigibilidade de Licitação
Ratifico, nos termos do Artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação a favor da empresa ZÊNITE ASSESSORIA E PROMOÇÕES S/C LTDA, conforme a Nota de Empenho nº 97NE00547, para fazer face às despesas com a inscrição dos servidores Geraldo Lourenço de Almeida, Leolino Cezar de A. Campos e Maria do Perpétuo Socorro M. Souza no Forum Nacional de Licitações e Contratos no período de 21 a 24 de setembro/97, na cidade de Fortaleza-CE, no valor de R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinqüenta reais).
A inexigibilidade foi fundamentada de acordo com o Caput do Artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa e a documentação constante do processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Divisão de Administração Geral/SEA para os demais procedimentos administrativos. Brasília, 09 de setembro de 1997.

DOMINGOS PEDRO DO COUTO

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 370-DAT/SUREC/SEFP, DE 1º DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade quanto ao IPTU para autarquia.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "a" e seu § 2º da Constituição Federal combinado com o artigo 11, inciso III do Decreto 16.100, de 29.11.94 e, considerando ainda o que consta do processo nº 00040.001115/97, declara:
O CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, autarquia , criado pela Lei nº 8.662/93 , imune, quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no exercício de 1997, em relação aos imóveis localizados no SC/SUL QUADRA 02, BLOCO "C", SALAS 312 A 317, BRASÍLIA-DF.
Vale lembrar que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do Decreto nº 16.100, de 29.11.94, modificado pelo Decreto nº 17.960/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 371-DAT/SUREC/SEFP, DE 1º DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade quanto ao IPTU para autarquia.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "a" e seu § 2º da Constituição Federal combinado com o artigo 11, inciso III do Decreto 16.100, de 29.11.94 e, considerando ainda o que consta do processo nº 00040.001318/97, declara:
O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON, autarquia , criado pela Lei nº 1.411/51 , imune, nos exercícios de 1995 a 1997,quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, em relação aos imóveis localizados no SC/SUL QUADRA 02, BLOCO "B", Ed. PALÁCIO DO COMÉRCIO,SALAS 503 e 505 , BRASÍLIA-DF.
FICA CANCELADO o Despacho proferido pelo Sr. Diretor do DAT, de 22.12.95, publicado no DODF de 28.12.95, página 8 e, ainda, considerado sem efeito o Parecer nº 344/95-SABEF/DT.
Vale lembrar que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do Decreto nº 16.100, de 29.11.94, modificado pelo Decreto nº 17.960/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 373-DAT/SUREC/SEFP, DE 1º DE SETEMBRO DE 1997

Não-incidência da cobrança do ITBI na transmissão de imóvel para a autarquia.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "a" e seu § 2º, da Constituição Federal combinado com o disposto no art. 3º, inciso II, alínea "b" e seu § 1º do Decreto nº 16.114, de 2.12.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.010789/97, declara:
Não incidir a cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos-ITBI, em decorrência da transferência assim caracterizada:
Transmitente : FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - FAE.
Adquirente : FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.
Imóvel : SCR/SUL, Q. 515, BLOCO "B", LOTES 04 e 05 - BRASÍLIA - DF.
Natureza da Transação : TRANSMISSÃO DE IMÓVEL PARA AUTARQUIA.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 374-DAT/SUREC/SEFP, DE 1º DE SETEMBRO DE 1997

Não-incidência da cobrança do ITBI na transmissão de imóvel para a autarquia.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "a" e seu § 2º, da Constituição Federal combinado com o disposto no art. 3º, inciso II, alínea "b" e seu § 1º do Decreto nº 16.114, de 2.12.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.011136/97, declara:
Não incidir a cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos-ITBI, em decorrência da transferência assim caracterizada:
Transmitente : GRUPO OK - CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A.
Adquirente : CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS.
Imóveis : SRTV/SUL - QUADRA 701, SALAS 402, 404, 406, 408, 410 e 412 - BRASÍLIA - DF.
Natureza da Transação : TRANSMISSÃO DE IMÓVEL PARA AUTARQUIA.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 375-DAT/SUREC/SEFP, DE 1º DE SETEMBRO DE 1997

Não-incidência da cobrança do ITBI na transmissão de imóvel decorrente de incorporação ao patrimônio de entidade religiosa.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 3º, inciso II, do Decreto nº 16.114/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 046.000101/96, declara:
Não incidir a cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos-ITBI, em decorrência da transferência assim caracterizada:
Transmitente : COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP.
Adquirente : SEGUNDA IGREJA PRESBITERIANA DE CEILÂNDIA.
Imóvel : QNM 07, CONJUNTO "P", LOTE 14 - CEILÂNDIA - DF.
Natureza da Transação : TRANSMISSÃO DE IMÓVEL DECORRENTE DE INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE RELIGIOSA.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 386-DAT/SUREC/SEFP, DE 5 DE SETEMBRO DE 1997

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV do Decreto nº 16.099, de 29.11.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.009549/97, declara:

MICHAEL WILLIAM MARSHALL, funcionário administrativo da EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativo ao exercício de 1997, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo VW/PUMA GTS, Chassi nº 5P10210099, placa BY-2460, lembrando que o benefício deverá ser renovado anualmente mediante requerimento do interessado (§ 2º do artigo 6º do Decreto nº 16.099/94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 387-DAT/SUREC/SEFP, DE 5 DE SETEMBRO DE 1997

Isenção do ICMS na compra de veículo por portador de deficiência física.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, com base

no item 75, do Caderno I do Anexo I do Regulamento do ICMS, Decreto nº 16.102/94 (Convênio ICMS nº 67/97) e no artigo 1º da Portaria nº 379/94-SEFP, de 13.6.94, e no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.010336/97, declara:
Junto à JORLAN S/A-VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPOR. E COMÉRCIO , que MARIA LECHETA, CPF nº 090.545.021-34, está autorizada a adquirir, até o dia 31 de dezembro de 1997, um veículo automotor nacional com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto.
Este Ato Declaratório tem validade de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, prazo no qual o adquirente deverá cumprir as exigências contidas no parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria 379/94-SEFP, de 13.6.94, sob pena de ter que recolher o ICMS com atualização monetária e acréscimos legais, ou ainda se incidir em qualquer uma das hipóteses elencadas no subitem 75.3 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 16.102/94.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 388-DAT/SUREC/SEFP, DE 4 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade do IPVA para instituição de assistência social.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando ainda o que consta do processo nº 040.007724/97, declara:

OBRAS SOCIAIS DA SOCIEDADE DE DIVULGAÇÃO ESPÍRITA AUTA DE SOUZA, CGC nº 01.717.818/0001-92, imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1997, em relação ao veículo integrante de seu patrimônio VW/KOMBI, placa BS 1454, lembrando que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 389-DAT/SR/SEFP, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade ao ISS para instituição de educação.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando ainda o que consta do processo nº 00040.010419/97, declara:
A SOCIEDADE DAS FILHAS DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO, CGC/MF nº 60.470.960/0001-47 , imune quanto ao Imposto sobre Serviços-ISS, em relação aos serviços por ela prestados em função do cumprimento de suas finalidades essenciais.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 390-DAT/SUREC/SEFP, DE 5 DE SETEMBRO DE 1997

Não-incidência do ITBI na transmissão de imóvel decorrente de incorporação ao patrimônio de entidade religiosa.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 16.114/94 e ciente das ressalvas contidas no parágrafo 1º do artigo 3º do citado Decreto e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.007881/97, declara:
Não incidir o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos-ITBI, em decorrência da transferência assim caracterizada:
Transmitente : ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DA CEILÂNDIA
Adquirente : IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
Imóvel : QNN 29, ÁREA ESPECIAL "B" - CEILÂNDIA - DF.
Natureza da Transação : INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA ADQUIRENTE.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 391-DAT/SR/SEFP, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade ao ISS para instituição de educação.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando ainda o que consta do processo nº 00040.010428/97, declara:
A CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA , CGC/MF nº 92.017.516/0001-67, imune quanto ao Imposto sobre Serviços-ISS, em relação aos serviços por ela prestados em função do cumprimento de suas finalidades essenciais.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 392-DAT/SR/SEFP, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade ao ISS para instituição de educação.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando ainda o que consta do processo nº 00040.009935/97, declara:
A PROVÍNCIA CARMELITANA DE SANTO ELIAS , CGC/MF nº 33.621.319/0001-93, imune quanto ao Imposto sobre Serviços-ISS, em relação aos serviços por ela prestados em função do cumprimento de suas finalidades essenciais.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 393-DAT/SUREC/SEFP, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade ao IPTU para templo.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal e considerando ainda o que consta do processo nº 00040.004317/97, declara:

A ASSOCIAÇÃO DIVULGADORA DE PESQUISAS BÍBLICAS, imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no exercício de 1997, no tocante ao imóvel localizado no SCS. QD. 03, BL".A",4º ANDAR, Nº 91-ED. YARA MEDEIROS-BRASÍLIA-DF, utilizado como templo.
Vale lembrar que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do Decreto nº 16.100, de 29.11.94, modificado pelo Decreto nº 17.960/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 394-DAT/SUREC/SEFP, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade do IPVA para instituição de assistência social.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando ainda o que consta do processo nº 040.000730/97, declara:

A SOCIEDADE CIVIL SERVOS DA CARIDADE , CGC nº 92.874.775/0001-04, imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, nos exercícios de 1996 e1997, em relação aos veículos integrantes de seu patrimônio IMP/VW GOL CL 1.8, placa JEA -3764 e VW/GOL 1000 JDU-2711, lembrando que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 395-DAT/SR/SEFP, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade ao IPTU para instituição religiosa e de assistência social.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando o que consta do processo nº 00040.006588/97, declara:
O CENTRO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ ,CGC Nº 00.102.137/0001-57, imune ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, nos exercícios de 1995,1996 e 1997, no tocante ao imóvel localizado na QE.16,ÁREA ESPECIAL "A", GUARÁ I -DF.
Vale lembrar que o reconhecimento de imunidade ao IPTU terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do Decreto nº 16.100, de 29.11.94, modificado pelo Decreto nº 17.960/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

ATO DECLARATÓRIO Nº 396- DAT/SUREC/SEFP, DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

Imunidade de IPTU/TEMPLO - CANCELAMENTO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal e considerando ainda o que consta do processo nº 030.007409/95, declara:
CANCELADO o Ato Declaratório Nº 087/96-DAT/SUREC/SEFP, de 15 de março de 1996, publicado no DODF nº 57, de 22.03.96,p. 2349, bem como seja considerado sem efeito o Parecer nº 78/96-SABEF, de 14.02.96.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 29 de agosto de 1997

PROCESSO Nº : 042.000085/97
INTERESSADO : AUG. E RESP. LOJA MAÇÔNICA ANTHONY SAYER
ASSUNTO : ISENÇÃO IPTU

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção de IPTU, referente ao exercício de 1997, em relação ao imóvel localizado na ÁREA ESPECIAL "G" Nº 40 SETOR CNG -TAGUATINGA NORTE- DF, por falta de amparo legal.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Em 1º de setembro de 1997

PROCESSO Nº : 040.009052/97
INTERESSADO : ASSOCIAÇÃO DOS CARROCEIROS DE SÃO SEBASTIÃO
ASSUNTO : ISENÇÃO ISS - ASSOCIAÇÃO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção de ISS, por falta de amparo legal.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

PROCESSO Nº : 043.000515/97
INTERESSADO : ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA QE 28 DO GUARÁ II
ASSUNTO : ISENÇÃO ISS - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção de ISS, por falta de amparo legal.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

OSVALDO FRANCISCO PIRES

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

DESPACHOS

CONSULTA Nº : 35/97
PROCESSO Nº : 040.001.102/97
INTERESSADO : TBA INFORMÁTICA LTDA.
INSCRIÇÃO : 07.315.116/001-05
RESUMO DA CONSULTA : TRIBUTAÇÃO DO *"SOFTWARE"*

Senhora Chefe,
Trata-se de questionamento apresentado pela empresa TBA INFORMÁTICA LTDA., que tem como objetivo social precípuo o comércio, importação, exportação e representação de equipamentos e suprimentos de informática, prestação de serviços de desenvolvimento de programas, consultoria, treinamento e assistência técnica, bem como a cessão e o licenciamento do direito de uso de *software*, nominais e personalizados.
A dúvida da consulente paira em torno da interpretação da Lei nº 1.254, de 1996, e da compatibilidade desta com a Lei nº 716, de 1993, num aparente conflito de incidência tributária : ICMS ou ISS.
É feita, também, a indagação quanto à imunidade tributária objetiva, referente a livros, se esta deve abranger aqueles publicados por meio de programa de computadores.
Às fls. 12/16, a Divisão da Receita de Brasília - DRB anexou os dados cadastrais da consulente e informou que esta não se encontra sob ação fiscal (fl. 11v).
É o breve relatório, passa-se ao exame do mérito.
Em dezembro de 1993, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, ao julgar o Recurso Especial nº 39.797/SP, entendeu pela não-incidência do ICMS nas operações com programas de computador (*software*), decisão esta que foi consubstanciada no seguinte acórdão:
"ICMS - PROGRAMAS DE COMPUTADOR - NÃO INCIDÊNCIA.
A exploração econômica de programas de computador, mediante contratos de licença ou de cessão, está sujeita apenas ao ISS.
Referidos programas não se confundem com seus suportes físicos, não podendo ser considerados mercadorias para fins de incidência de ICMS."
Relator : Ministro Garcia Vieira
Data de Julgamento : 15 de dezembro de 1993.
Face à essa decisão judicial, o Distrito Federal editou a Lei nº 716, de 29 de junho de 1994, que encerra em sua ementa a expressão "fixa a alíquota do Imposto sobre Serviços - ISS incidente na elaboração de programa de computador (software)", e determina o cálculo do imposto num percentual de 0,5% (cinco décimos por cento).
Desta forma, passou-se a cobrar apenas ISS na comercialização desses programas.
Ocorre que o STJ, em ocasião posterior àquela supratranscrita, pronunciada após a apreciação do Recurso em Mandado de Segurança nº 5.934/RJ, decidiu:
"MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO TRIBUTÁRIO. SOFTWARE. PROGRAMAS DE COMPUTADOR, TRIBUTAÇÃO PELO ISS OU PELO ICMS. ATIVIDADE INTELECTUAL OU MERCADORIA. DISTINÇÃO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO.
Os programas de computação, feitos por empresas em larga escala e de maneira uniforme, são mercadorias, de livre comercialização no mercado, passíveis de incidência do ICMS. Já os programas elaborados especialmente para certo usuário, exprimem verdadeira prestação de serviços, sujeita ao ISS.
Cumpre distinguir as situações, para efeito de tributação, aferindo-se atividade da empresa. Não, porém, através de mandado de segurança, ainda mais em caráter preventivo, obstando qualquer autuação futura.
Relator : Ministro Hélio Mosimann
Data de Julgamento : 4 de março de 1996.
Com fulcro nessa recente decisão, o art. 18 da Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, determinou que sujeita-se ao ICMS o programa de computador que não seja elaborado sob encomenda (*software* de prateleira ou de pacote), permanecendo na esfera de tributação do ISS aquele *software* personalizado.
Entende-se que o desenvolvimento complementar do *software*, por meio de atualizações do sistema original, também chamado de manutenção, nos casos em que o original é personalizado, também é sujeito exclusivamente ao ISS (Itens 21 e 23 da Lista de Serviços continua no art. 1º do Regulamento do ISS - Decreto nº 16. 128, de 1994).
Mas este dispositivo específico da nova lei local do ICMS somente entrou em vigor em 1º de janeiro de 1997, na observância do princípio da anterioridade na instituição de imposto.
A base de cálculo do ICMS é o valor de mercado da mídia, suporte informático de qualquer natureza, com redução para 58,33% (cinqüenta e oito inteiros e trinta e três centésimos por cento), na forma do inciso XII do art. 36, combinado com o item 44 do Caderno II do Anexo I, tudo do Regulamento do ICMS, Decreto nº 16. 102/94, com a nova redação determinada pelos Decretos nº 17.994/97 e nº 18.155/97.
A alíquota aplicável é de 12% (doze por cento).
Por tratar-se de mercadoria, este tipo de programa é tributado nas suas diversas fases de circulação, inclusive no desembaraço aduaneiro.
O crédito fiscal relativo à entrada de programa de computador restringe-se ao montante do imposto cobrado na operação anterior, incidente apenas sobre o suporte, que é objeto de tributação pelo ICMS na saída.
No caso do ISS, a base de cálculo é o preço do serviço, ou seja, aquele cobrado pela cessão ou licença de uso do programa.
Citando o Professor HAMILTON DIAS DE SOUZA, a consulente, nas fls. 5, apresenta o ponto livro em mídia eletrônica (disquete ou *cd rom*) e imunidade.
O Supremo Tribunal Federal tem entendido de forma extremamente elástica a questão da imunidade relativa a livro, jornal e periódico, bem como a do papel destinado à sua impressão (art. 150, VI, "d" da Constituição Federal).
Diversos julgados do Pretório Excelso, tendo que cuidam de informações genéricas ou específica, de caráter noticioso, discursivo, literário, poético, filosófico, e, até mesmo, publicações de utilidade pública. (RE 134071-SP, Relator Min. Ilmar Galvão, DJ 30/10/92)
Também já decidiu a Suprema Corte pela imunidade para o conjunto de serviços necessários à composição de livro, desde a redação, até a revisão da obra. (RE 102141-RJ, Relator Min. Carlos Madeira, DJ 29/11/85). Neste acórdão, inclusive, é dito que *"em se tratando de norma constitucional relativa às imunidades tributárias genéricas, admite-se a interpretação ampla, de modo a transparecer os princípios e postulados nela consagrados"*.
A par disso, a imunidade já foi estendida até mesmo em razão de contribuição parafiscal, como o FINSOCIAL . (RE 109484-PR, Relator Min. Célio Borja, DJ 27/05/88)
Na esteira dessas decisões, a Lei 1254, no § 3º do art. 3º, considera-se livro, para efeitos de imunidade, o volume ou tomo de publicação de conteúdo literário, didático, científico, técnico ou de entretenimento.
Ora, publicação, num conceito moderno, não se pode confundir com impressão gráfica.
Não se admite diferençar o festejado Dicionário Aurélio, seja ele na forma tradicional (livro) ou na de aplicativo para computador. O que se está comprando, num e noutro caso, é absolutamente a mesma coisa. Não se beneficia um e tributa o outro.
São também livros, portanto abrangidos pela imunidade considerada, os chamados *talk books*, os quais apresentados na forma de cassete com a narração do inteiro teor do livro gravada em fita magnética.
O que a Carta Política privilegiou foi a transferência de informação. A lei distrital fez amarras no conteúdo do livro, e não no veículo que o contém, ou na sua forma de apresentação.
Os serviços conexos à comercialização de software, tais como os de consultoria, treinamento e assistência técnica, são distintos e inconfundíveis com a cessão ou licença de uso naquela compreendida, merecendo, cada um deles, a tributação pelo ISS à alíquota correspondente à atividade exercida. É este o comando do § 3º do art. 26 do Regulamento do ISS.
O treinamento, por exemplo, sujeita à tributação de 2% (dois por cento), enquanto que os demais serviços supracitados são tributados à razão de 5% (cinco por cento).
As obrigações acessórias a serem obedecidas pela empresa que comercializa programas de computador são, em regra, aquelas previstas nos Regulamentos do ICMS e do ISS, salvo se se tratar de microempresa.
As notas fiscais devem conter os valores relativos às bases de cálculo do ICMS e do ISS, separadamente.
Assim, ao vender um "*software* de prateleira", devem ser emitidos os seguintes documentos fiscais:
a) referente ao ISS, com a base de cálculo igual ao valor da cessão ou licença de uso e alíquota de 0,5%;
b) relativo ao ICMS, com base de cálculo reduzida para 58,33% do valor de mercado do suporte informático de qualquer natureza, e alíquota de 12%.
Ressalte-se que os documentos acima citados podem ser conjugados num único, com a denominação "Nota Fiscal - Serviços/Mercadorias", consoante o disposto no art. 57 do Regulamento do ISS.
Aplicam-se ao consultante os benefícios do instituto da consulta fiscal, por tratar-se de matéria controvertida.
É o parecer, *sub censura*.

Brasília, 22 de agosto de 1997.
MARIO CELSO SANTIAGO MENEZES
Auditor Tributário do Distrito Federal

À DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
Senhora Chefe,
De acordo.
Submetemos à elevada apreciação de Vossa Senhoria o entendimento deste Serviço.
Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela OS nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, aprovo o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão de Tributação.

Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.
Ressalva-se o direito de a interessada apresentar recurso, com efeito suspensivo, à Segunda Instância, nos termos do art. 53 do Decreto nº 16.106, de 1994.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 36/97
PROCESSO Nº : 042.000.049/97
INTERESSADO : CLÍNICA GINECO-OBSTETRÍCIA TAGUATINGA LTDA.
RESUMO DA CONSULTA : ISS - ALÍQUOTA 5% - CLÍNICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

Senhora Chefe,
A empresa acima qualificada formula consulta, indagando qual a alíquota de ISS deve ser aplicada aos serviços que presta, 2% ou 5%.
Esclarece que presta, exclusivamente, serviços médicos na área de ginecologia e obstetrícia, e questiona se está enquadrada no item 1 (médicos) da lista de serviços do art. 1º do Decreto nº 16.128/94, portanto, sujeita à alíquota de 5%, conforme consta do art. 27, inc. IX, do mesmo Diploma Legal.
Às fls. 07, foi emanado parecer da Divisão da Receita de Taguatinga, entendendo que a consulente enquadra-se no item 1, do art. 1º do RISS (Dec. nº 16.128/94), tendo em vista as informações por ela declaradas na petição inicial e do que consta do seu contrato social.
Às fls. 01-verso a 06, foi realizado o preparo processual, nos termos do art. 48 do Decreto nº 16.106/94.
É o relatório.
O questionamento ora suscitado reside na aplicação da alíquota de 2% ou 5% de ISS.
A alíquota de 2%, mencionada pela consulente, é a aplicada aos serviços constantes do item 2, do art. 1º, do supracitado Decreto nº 16.128/94, ou seja, "hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres." (grifamos).
Quando a lista de serviços trata de clínicas, refere-se a uma espécie do gênero hospital. Tanto é assim, que no final do item 2 acrescenta o vocábulo congêneres.
É esse o magistério de Sérgio Pinto Martins, *in* Manual do ISS, pág. 69: *"As clínicas podem, entretanto, ser entendidas como um hospital de porte bem pequeno, mas não com a mesma estrutura de pessoal ou aparelhamento. São estabelecimentos em que se admitem doentes para tratamento por um grupo de médicos de diversas especialidades que praticam Medicina em conjunto."*.

Ademais, no caso específico da consulente, apesar da denominação clínica, ela presta serviço médico de ginecologia e obstetrícia, que está listado em item próprio do art. 1º, do mesmo RISS, senão vejamos, *"in verbis"*:
"Art. 1º - (...)
1 - médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;" (grifamos).
Esse entendimento já está pacificado por esta Secretaria de Fazenda e Planejamento, na lavra dos pareceres emitidos nos processos de consulta nºs 040.011.631/96; 040.011.377/96 e 040.003.298/94, publicados no Diário Oficial do Distrital.
Desta forma, a consulente sujeita-se à aplicação da alíquota de 5%, como determina o RISS - Decreto nº 16.128/94, em seu art. 27, inc. IX.
À consulente não se aplica o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o parecer *sub censura*.

Brasília, 9 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 9 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Taguatinga, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 9 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 37/97
PROCESSO Nº : 040.003.522/97
INTERESSADO : CLÍNICA ODONTOLÓGICA PIETRO PARCA LTDA.
RESUMO DA CONSULTA : ISS - ALÍQUOTA 5% - CLÍNICA ODONTOLÓGICA
Senhora Chefe,
A empresa acima qualificada formula consulta, questionando a que tipo de clínica o item 2, do art. 1º, do Decreto nº 16.128/94 refere-se, considerando que o citado item do Regulamento do ISS não é suficientemente claro quanto a esse aspecto.
Informamos que a matéria ora consultada já foi objeto de análise por esta Administração, nos autos do Processo nº 040.011.377/96, onde foi apresentado questionamento de idêntico teor, sendo a resposta publicada no DODF nº 170, de 04/09/97 (Consulta nº 33/97).
Deixamos, pois, de apreciar o mérito do presente processo, tendo em vista a matéria já haver sido normatizada, remetendo-nos aos termos da Consulta supracitada.
Não se aplicam os benefícios previstos no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, em face da natureza não controvertida da matéria.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº :..38/97
PROCESSO Nº : 042.000.048/97
INTERESSADO : INSTITUTO ODONTOLÓGICO DR. HENRIQUE SILVA SILVEIRA LTDA.
RESUMO DA CONSULTA: ISS - ALÍQUOTA 5% - CLÍNICA ODONTOLÓGICA
Senhora Chefe,
A empresa acima qualificada apresenta consulta, indagando qual alíquota do ISS, 5% ou 2%, deve ser aplicada aos serviços que presta. Apesar de prestar serviços odontológicos, suscita dúvida se estaria enquadrada como clínica, e portanto, sujeita à aplicação de alíquota de 2%.
Informamos que a matéria ora consultada já foi objeto de análise por esta Administração, nos autos do Processo nº 040.011.377/96, onde foi apresentado questionamento de idêntico teor, sendo a resposta publicada no DODF nº 170, de 04/09/97 (Consulta nº 33/97).
Deixamos, pois, de apreciar o mérito do presente processo, tendo em vista a matéria já haver sido normatizada, remetendo-nos aos termos da Consulta acima referida.
À consulente não se aplicam os benefícios previstos no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, em face da natureza incontroversa da matéria.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 08 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Taguatinga, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 39/97:
PROCESSO Nº : 049.000.061/96
INTERESSADO : PASTELARIA E CONFEITARIA MENINO JESUS LTDA.
RESUMO DA CONSULTA: EMISSOR DE CUPOM FISCAL - OBRIGATORIEDADE
Senhora Chefe,
Pastelaria e Confeitaria Menino Jesus Ltda. - comércio de alimentos preparados - apresenta consulta para saber se há obrigatoriedade em adquirir equipamento emissor de cupom fiscal. Indaga se há sujeição a pagamento de multa por não possuir equipamento desta natureza, e acrescenta emitir nota fiscal no balcão, ao realizar suas operações rotineiras.
A Divisão da Receita de Brazlândia procedeu ao preparo processual nos termos do art. 48 do Decreto nº 16.106/94.
É o breve relatório.
O Regulamento do ICMS - Decreto nº 16.102/94 estabelece aos contribuintes do imposto a obrigatoriedade em emitir documentos fiscais. O art. 74 do citado Diploma Legal especifica quais os documentos a serem emitidos de acordo com as operações ou prestações que realizarem. No caso de fornecimento de refeições por bares e restaurantes a Nota Fiscal correspondente é a modelo 2B (art. 74, inc. V, c/c art. 86, ambos do Decreto nº 16.102/94).
Ainda o art. 74 do RICMS, no seu § 1º, estabelece os meios possíveis de preenchimento dos documentos fiscais. Senão vejamos:
"Art. 74 (...)
§ 1º. O preenchimento do documento fiscal exigido na legislação tributária do Distrito Federal far-se-á por um dos seguintes meios:
I - sistema eletrônico de processamento de dados;
II - Terminal Ponto de Venda - PDV;
III - máquina registradora eletrônica;
IV - processo manual."
Observa-se, portanto, que a obrigatoriedade existe no tocante à emissão dos documentos fiscais, mas os meios de preenchimento ficam a critério do contribuinte, que deverá optar de acordo com o estabelecido na legislação acima transcrita.
A título de esclarecimento à consulente, informamos que a obrigatoriedade na aquisição de equipamento emissor de cupom fiscal existe somente no caso de o contribuinte desejar usufruir do regime especial instituído pela Lei nº 1.166 de 22/07/96.
A Lei nº 1.166/96 estabelece regime especial simplificado para apuração do ICMS "nas operações de fornecimento de refeição e de congelados de todo tipo, incluídos sorvetes e derivados, por bares, restaurantes e similares, bem como por empresas preparadoras de refeições coletivas, excetuado o fornecimento de bebidas."
Acrescente-se que o regime fixa a alíquota das operações acima descritas em 8,6%, exceto para sorvetes que é de 12%. Fica mantido o benefício da redução da base de cálculo concedida por convênio, sem haver estorno proporcional do crédito fiscal após a implementação do benefício.
De acordo com o art. 2º da citada Lei, são requisitos para a concessão do regime especial:
"Art. 2º - A concessão do regime especial fica condicionada aos seguintes requisitos:
I - o estabelecimento tenha o seu comércio varejista voltado para o consumidor final;
II - o usuário possua Máquina Registradora - MR, Terminal Ponto de Venda - PDV ou Emissor de Cupom Fiscal -ECF que satisfaça, respectivamente, às exigências dos arts. 225 e 281 do Regulamento do ICMS e do art. 4º da Portaria SEFP nº 750, de 21 de junho de 1995, da Secretaria de Fazenda e Planejamento.
Parágrafo único. O não cumprimento de quaisquer dos requisitos implicará o cancelamento do regime e aplicação da tributação na forma da Lei nº 7, de 29 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº473, de 8 de julho de 1993."
A opção pelo regime deverá ser exercida por meio de requerimento apresentado à Subsecretaria da Receita da SEFP, conforme Portaria nº 722 de 06/09/96.
No entanto, se a consulente desejar permanecer no regime de tributação normal, não há qualquer impedimento para que continue emitindo os documentos fiscais por processo manual.
À consulente, não se aplica o benefício da consulta por tratar-se de matéria de natureza incontroversa, nos termos do art. 44 do Decreto nº 16.106 de 30/11/94.
É o parecer, s.m.j.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos a aprovação o parecer supra.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brazlândia, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 40/97
PROCESSO Nº : 040.013.251/96
INTERESSADO : NORTON C. VASCONCELOS
RESUMO DA CONSULTA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA - APLICAÇÃO
Senhora Chefe,
Trata-se de consulta formulada por NORTON C. VASCONCELOS - empresa de consultoria, auditoria, assessoria

e contabilidade - solicitando que seja criado um sistema de informações relativas à legislação tributária, especificando: produtos, alíquotas e situações tributárias diferenciadas porventura existentes dos produtos sujeitos ao ICMS. Acrescenta, a consulente, que essas informações poderiam ser disponibilizadas por meio de processamento de dados para livre acesso aos contribuintes, contadores, entre tantos outros segmentos empresariais.
Fundamenta seu pedido na necessidade de aplicação das normas tributárias, que demanda pesquisas em várias fontes, tais como: leis, convênios, e regulamentos para se obter a forma correta de tributação.
A Divisão da Receita de Brasília, às fls. 02/04, procedeu ao preparo processual previsto pelo art. 48 do Decreto nº 16.106/94.
É o relatório.
Preliminarmente, há que se tecer algumas considerações a respeito do procedimento voluntário da consulta.
A Lei nº 657/94 dispõe sobre o processo administrativo fiscal contencioso e voluntário e trata do procedimento da consulta em seus arts. 44 e seguintes. Pela regra do art. 44, o sujeito passivo da obrigação tributária pode formular consulta sobre a aplicação da legislação tributária do DF a fato determinado.
A citada Lei nº 657/94 foi regulamentada pelo Decreto nº 16.106/94 que determina os requisitos para formulação da consulta em seus arts. 42 e seguintes. Passemos agora a discorrer sobre esses requisitos necessários à consulta, a lume do que estabelece a Lei nº 657/94 e seu respectivo Decreto nº 16.106/94.
- O agente legítimo para formular consulta é o contribuinte do imposto a que se referir a matéria, ou seja, o sujeito passivo da obrigação tributária (art. 44 da Lei nº 657/94 c/c art. 42 do Dec. nº 16.106/94).
- A consulta deve versar sobre interpretação e aplicação da legislação tributária no tocante a determinado fato, sendo que a matéria consultada deve consubstanciar natureza controvertida. Observa-se, daí, a necessidade da ocorrência de determinado fato (caso concreto) suscitando dúvida a respeito da norma tributária a ser aplicada (art. 43, inc. IV e § 2º do Dec. nº 16.106/94 c/c art. 44 da Lei nº 657/94).
Pelo exposto, concluímos que a matéria ora examinada não pode ser objeto de consulta devido a sua natureza abstrata, ou seja, não se refere a fato ocorrido. Acrescente-se a isso, o fato de a consulente não se constituir contribuinte do imposto sobre o qual versa seu questionamento como requer a legislação (art. 42, § 2º, Dec. nº 16.102/94). Faltam, portanto, os pressupostos necessários ao procedimento voluntário da consulta.
A título de esclarecimento, no entanto, informamos que o Decreto nº 16.102/94 - Regulamento do ICMS no DF - em seu art. 46, estabelece as alíquotas a serem aplicadas aos produtos e suas respectivas operações, e que os benefícios fiscais, que dispensam tratamento diferenciado a determinados produtos, estão elencados no Anexo I, Cadernos I a VI do mesmo RICMS.
Concluímos, destarte, pela inadmissibilidade da consulta nos termos do art. 42 do Decreto nº 16.106/94.
É o parecer s.m.j..

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos a aprovação o parecer supra.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA : 41/97
PROCESSONº : 040.014.959/96
INTERESSADO : ARTE E AÇÚCAR ALIMENTOS LTDA. - ME.
RESUMO DA CONSULTA : FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO POR BARES, RESTAURANTES E SIMILARES - ENQUADRAMENTO PARA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA

Senhora Chefe,
ARTE E AÇÚCAR ALIMENTOS LTDA - ME, empresa que tem por objetivo social a "manipulação e comércio de doces, pães, chocolates, salgados; comércio de artigos de lanchonete e bebidas em geral", com vistas à *implementação de máquina registradora em seu estabelecimento*, apresenta consulta, indagando se o disposto na Lei nº 473 de 09/07/93 aplica-se ao consumo (refeições) de doces, salgados, tortas, chocolates, roscas, bolos e sorvetes, acompanhados por sucos, refrigerantes, mates, águas de coco e cafés, ingeridos no próprio local (*lanchonete*) ou por encomenda (*residência*). A consulente relaciona os produtos por ela comercializados para que se informe quais as alíquotas a que estão sujeitos, independentemente da aplicação da referida Lei.
A Divisão da Receita de Brasília anexou, às fls. 03/05, os dados cadastrais da consulente, informando que sobre *a mesma não consta ação fiscal*.
É o relatório.
Inicialmente, analisaremos o teor da legislação questionada pela consulente, Lei nº 473, de 09/07/93, com suas *respectivas alterações. O art. 1º do referido Diploma Legal dispõe que na operação interna relativa ao* "fornecimento de refeição, inclusive congelada, por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como por empresas preparadoras de refeições coletivas" seja aplicada alíquota de 12%.
A Lei nº 1.254 de 08/11/96, *que dispõe sobre o ICMS no Distrito Federal, recepcionou a regra acima descrita*, quando no seu art. 18, inc. II, alínea "d", item 1, determina, *"in verbis":*
"Art. 18 - As alíquotas do imposto, seletivas em função da essencialidade das mercadorias e serviços, são:
.....
II - nas operações e prestações internas:
.....
d)de 12% (doze por cento), para:
1) fornecimento ou saída de refeição, inclusive congelada, sorvetes, picolés ou assemelhados, por qualquer estabelecimento industrial ou comercial;"
Cabe-nos, pois, tentar elucidar o significado de fornecimento de refeição trazido na legislação ora examinada. Para tanto, recorremos ao auxílio do léxico da língua portuguesa, por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, *in* Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa: "Refeição, s.f. Alimentos que se tomam a horas certas do dia; *ato de refazer as forças*; __ *de assobio* (Bras.): *café (ou café com leite) e pão com manteiga*". *Trazemos*, ainda, o conceito de refeição, de acordo com os autores tributaristas José Roberto Rosa e Heloisa Helena Parri, *in* ICMS na Prática, Ed. Meta, 2ª ed., 1995, pág. 217, que diz: "Constitui refeição a porção de comida ou bebida que *se pode ingerir, conjunta ou isoladamente, a qualquer hora do dia e da noite, a título de alimento*, assim considerado a comida ou bebida em quantidade adequada a manter, refazer ou restaurar as forças humanas do indivíduo".
Levando em conta os conceitos acima expostos, à luz da legislação pertinente, entendemos que a atividade desenvolvida pela consulente pode ser considerada fornecimento de refeição. No entanto, não cabe a aplicação da alíquota de 12% sobre as operações por ela realizadas, pelo simples fato de que a consulente está *enquadrada no regime de microempresa, conforme consta dos dados cadastrais anexados às fls. 03/05.*
A opção pelo regime de microempresa, que é o caso da consulente, implica tratamento tributário simplificado e favorecido, nos termos da Lei nº 412 de 15/01/93 e do respectivo Decreto nº 14.681 de 27/04/93, que a regulamentou. No que se refere à apuração do ICMS, a Lei nº 412/93, em seu art. 12, parágrafo único e o Decreto nº 14.681/93, em seu art. 14 determinam, respectivamente, *"in verbis":*
"Art. 12 (...)
Parágrafo Único. O valor do imposto devido é fixado em 1º (um por cento) da receita bruta mensal da empresa"
.....
"Art. 14. O valor do ICMS, ou do ISS, ou de ambos, devido pela microempresa, é fixado em 1º (um por cento) da sua receita bruta mensal."
Alertamos à consulente que, conforme orientação do art. 15 do retromencionado Decreto nº 14.681/93, a opção pelo regime de microempresa exclui a apropriação e transferência de crédito do ICMS.
Diante do exposto, não há que se falar em aplicação da alíquota de 12% prevista na Lei nº 1.254/96, art. 18, II, "d", 1, nas operações realizadas pela consulente, tendo em vista estar a mesma enquadrada no regime de microempresa, portanto, sujeita à legislação específica (Lei nº 412/93 e Decreto nº 14.681/93).
À consulente não se aplica o benefício da consulta por tratar-se de matéria de natureza incontroversa, nos termos do art. 44 do Decreto nº 16.106/94.
É o parecer s.m.j.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo.Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA : 42/97
PROCESSO Nº : 043.000.959/96
INTERESSADO : DOM VITAL TRANSPORTE ULTRA RÁPIDO IND. E COM. LTDA.
RESUMO DA CONSULTA: DOCUMENTO FISCAL NOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA - PROCEDIMENTOS

Senhora Chefe,
DOM VITAL TRANSPORTE ULTRA RÁPIDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - empresa transportadora rodoviária de cargas - apresenta consulta, expondo que alguns de seus clientes solicitam que seja assinado o canhoto da nota fiscal das mercadorias a serem transportadas a outras unidades da Federação, no momento de sua retirada do estabelecimento dos mesmos. Acrescenta que, nos postos fiscais, os agentes orientam no sentido de que o canhoto das notas fiscais só deve ser destacado quando da entrega das mercadorias ao seu destinatário final, e não, assinado pela empresa transportadora. Indaga, portanto, qual o procedimento a ser adotado.
A Divisão da Receita do SIA anexou os dados cadastrais da consulente, às fls. 02/06, informando que a mesma não se encontra sob ação fiscal.
É o breve relatório.
Para responder a indagação da consulente, traremos à lume a orientação do Decreto nº 16.102/94, Regulamento do ICMS.
De acordo com o art. 101 do citado RICMS, o transporte rodoviário de cargas deve ser acobertado por documento fiscal específico denominado Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, que deverá ser emitido antes do início da prestação do serviço. Mais adiante, o art. 103 estabelece que o Conhecimento de Transporte deve ser emitido em, no mínimo, 05 vias, com a seguinte destinação, *in verbis:*
"II - a 1ª via ser entregue ao tomador do serviço;
II - a 2ª via acompanhará o transporte até o destino, podendo servir como comprovante de entrega;
III - a 3ª via acompanhará o transporte, para controle do Fisco do Distrito Federal;
IV - a 4ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao Fisco;
V - a 5ª via acompanhará o transporte, para fins de controle do Fisco de destino". (grifamos)
Depreende-se, daí, que a 1ª via do Conhecimento de Transporte servirá ao tomador do serviço (cliente) como comprovante de que a mercadoria foi recebida pela transportadora. E não o canhoto da Nota Fiscal como querem os clientes da consulente. O canhoto destacável ficará com a transportadora, após a entrega dos produtos, como comprovante de seu recebimento pelo destinatário final. Senão, vejamos o que dispõe o inc. XVI, do art. 80, do RICMS, *in verbis*:
"Art. 80 A Nota Fiscal modelo 1 conterá, nos quadros e campos próprios, as seguintes indicações:
.....
.XVI - quadro reservado ao comprovante da entrega dos produtos, que deverá integrar apenas a 1ª via do documento, na forma de canhoto destacável, a ser preenchido com a data de recebimento, a identificação do recebedor e a referência ao número da Nota Fiscal de que trata este artigo".
Acrescente-se, ainda, que o número da nota fiscal correspondente às mercadorias a serem transportadas também deve constar do Conhecimento de Transporte, entre outras indicações especificadas no art. 102 do RICMS.
À consulente, não se aplica o benefício da consulta por tratar-se de matéria de natureza incontroversa, nos termos do art. 44 do Decreto nº 16.106/94.

É o parecer s.m.j.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à vossa aprovação o parecer supra.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se o consulente. Após, à Divisão da Receita do SIA, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 43/97
PROCESSO Nº : 043.002.143/96
INTERESSADO : CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
RESUMO DA CONSULTA: ICMS - APLICAÇÃO DE ALÍQUOTA NAS OPERAÇÕES COM PÃES
Senhora Chefe,
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. apresenta consulta, indagando se os produtos por ela industrializados e comercializados classificados nas subposições 1905.10, 1905.20, 1905.40 e 1905.90 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias estão enquadrados, pela legislação referente ao ICMS, no conceito de pão para aplicar a alíquota de 7%.
A Divisão da Receita do SIA, às fls. 04/10, anexou os dados cadastrais da empresa, informando que sobre a mesma não consta ação fiscal.
É o breve relatório.
Informamos à consulente que o Regulamento do ICMS (Decreto nº 16.102/94 alterado em parte pelo Decreto nº 17.994/97), em conformidade à Lei nº 1.254/96, determina em seu art. 46, inc. II, "c", alíquota genérica de 17% nas operações e prestações internas com mercadorias e serviços não listados nas alíneas "a", "b" e "d" do mesmo inciso, que é o caso dos pães.
No entanto, o mesmo RICMS (Dec. nº 16.102/94), no seu Anexo I, Caderno II, item 40, estabelece redução da base de cálculo do imposto para 41,17% na saída interna de pães, de forma que a carga tributária efetiva sobre esses produtos passa a ser de 7%.
No tocante ao conceito de pães, esclarecemos que o referido Diploma Legal não especificou os tipos a serem contemplados com a redução da base de cálculo, incluindo todos os tipos de pães, genericamente. Neste mesmo sentido já foi emitido parecer por esta Secretaria em Processo de Consulta nº 040.009.283/94.
Concluímos, portanto, que os pães industrializados e comercializados pela consulente, classificados nas subposições da NBM acima discriminadas, ou seja, pão denominado "KNACKEBROT", pão de especiarias (de forma e outros), torradas, pão torrado e produtos semelhantes torrados estão sujeitos à uma carga tributária efetiva de ICMS de 7%. nas suas operações internas.
À consulente, não se aplica o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o parecer S.M.J.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita do SIA, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 44/97
PROCESSO Nº :.040.016.179/96
INTERESSADO : HADCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
RESUMO DA CONSULTA: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE OPÇÃO PELO DE REGIME ESPECIAL SIMPLIFICADO (LEI Nº 1.166/96) - CONSULTA INADMISSÍVEL
Senhora Chefe,
A empresa formula consulta, expondo que requereu a opção para aplicar o Regime Especial Simplificado para apuração do ICMS, disciplinado pela Lei nº 1.166/96, tendo seu processo indeferido porque seus equipamentos não atendiam aos requisitos exigidos pela citada Lei.
Indaga, então, se após a adequação dos seus equipamentos às exigências do referido Diploma Legal obterá a concessão para aplicar o Regime Especial Simplificado.
A Divisão da Receita de Brasília anexou, às fls. 10/12, os dados cadastrais da consulente, informando que sobre a mesma não consta ação fiscal.
É o relatório.
Preliminarmente, havemos de informar que o processo de consulta, assim disposto pelo art. 42, do Decreto nº 16.106/94 - Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, visa esclarecer dúvidas dos contribuintes sobre matéria de natureza controvertida, relativa à interpretação e aplicação da legislação tributária do Distrito Federal.
Acrescente-se que o Código Tributário do Distrito Federal, Lei Complementar nº 04/94, em seu art. 51, § 3º, dispõe, *"in verbis"*:
"Art. 51 Ao contribuinte é facultado formular consulta à autoridade fiscal sobre matéria de natureza controvertida, relativa à interpretação e aplicação da legislação tributária do Distrito Federal":
.....
§ 3º - A consulta será formulada com objetividade e clareza, e somente focalizará dúvida ou circunstâncias atinentes à situação do contribuinte". (grifamos).
Isto posto, torna-se inadmissível a consulta, tendo em vista não versar sobre interpretação, nem tampouco aplicação da legislação tributária, referente à matéria de natureza controvertida, nos termos do art. 42 do Dec. nº 16.106/94 c/c o art. 51 da Lei Complementar nº 04/94.
A título de esclarecimento, informamos que, de acordo com o § 2º, do art. 1º, da Lei nº 1.166/96 c/c o § 1º, do art. 1º, da Portaria SEFP nº 722 de 06/09/96, a opção pelo Regime Especial Simplificado para apuração do ICMS será feita mediante requerimento do contribuinte, apresentado à Divisão da Receita da circunscrição fiscal em que se localizar o estabelecimento. Portanto, cabe àquela autoridade fiscal avaliar se o contribuinte preenche os requisitos fixados na retromencionada Lei nº 1.166/96.
É o parecer s.m.j.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 08 de setembro de 1997.

ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 45/97
PROCESSO Nº : 040.007.190/95
INTERESSADO : PRENHEZ POSITIVA REP. E ASSIST. TEC. LTDA.
RESUMO DA CONSULTA : ICMS - SÊMEN DE BOI - CONTAINER ACONDICIONADOR - ISENÇÃO
Senhora Chefe,
Trata-se de consulta formulada por Prenhez Positiva - Inseminação Artificial, que expõe e indaga o que segue:
- a consulente comercializa sêmen bovino;
- na comercialização do produto, acondiciona-o em container para o transporte e armazenamento do mesmo;
- não é possível a comercialização do produto sem o recipiente de embalagem;
- o sêmen bovino está isento do ICMS, de acordo com o item 66, do Anexo I, do Decreto nº 16.102/94; e
- tendo em vista a isenção do sêmen, indaga se na saída do produto o seu container acondicionador goza do mesmo benefício.
Às fls. 16/18, a Divisão da Receita de Brasília procedeu ao preparo processual, nos termos do art. 48 do Decreto nº 16.102/94.
É o relatório.
De fato, o RICMS - Decreto nº 16.102/94 -, em seu Anexo I, Caderno I, item 66 (Convênio ICMS 36/92, prorrogado até 30/09/97 pelo Convênio ICMS nº 67/97) isenta as operações, internas e interestaduais, com sêmen congelado ou resfriado de bovino. Verifica-se, daí, que o produto objeto da isenção é o sêmen bovino, congelado ou resfriado.
No que diz respeito aos recipientes, o Decreto nº 16.102/94, em seu Anexo I, Caderno I, item 73, estabelece isenção, por tempo indeterminado, nas seguintes condições, *"in verbis"*:
" A saída de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que acondicionam, e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular, bem como aquela relacionada com a destroca de botijões vazios (vasilhame) destinados ao acondicionamento de gás liqüefeito de petróleo (GLP), promovida por distribuidor de gás, como tal definido pela legislação federal específica, seus revendedores credenciados e pelos estabelecimentos responsáveis pela destroca dos botijões." (grifamos).
Depreende-se da norma transcrita que se o recipiente acondicionador do produto for cobrado do destinatário ou tiver seu valor computado separadamente não estará acobertado pela isenção, significando que deverá ser tributado normalmente.
É o que se verifica no caso semelhante que ocorre na comercialização de água mineral, em que os galões (recipientes acondicionadores da água) são cobrados separadamente dos consumidores. Entretanto, no caso desses botijões retornarem aos contribuintes e não serem cobrados dos consumidores, estarão beneficiados com a isenção.
Do exposto, conclui-se que se a consulente não cobrar do consumidor o recipiente (container), será este beneficiado com a isenção, desde que atenda às condições impostas no Decreto nº 16.102/94, Anexo I, Caderno I, item 73. Caso haja cobrança em separado, estará sujeito à tributação normal do ICMS.
À consulente não se aplica o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o parecer s.m.j..

Brasília, 8 de setembro de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 8 de setembro de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 46/97
PROCESSO Nº : 040.000.782/97
INTERESSADO : TV FILME SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
INSCRIÇÃO : 07.320.391/001-57
RESUMO : ICMS - SERVIÇO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA - LEGITIMIDADE E TERMO INICIAL DA COBRANÇA DO IMPOSTO.
Senhora Chefe,
Cuida-se de consulta sobre matéria tributária, acerca do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, feita pela empresa TV Filme Serviços de Telecomunicações Ltda, que explora a atividade de televisão por assinatura.

Na peça inicial, a consulente diz que:
• a Lei Orgânica do Distrito Federal instituiu a não incidência de ICMS nos serviços de comunicação previstos no art. 21, XII da Constituição Federal;
• este dispositivo constitucional ainda carece de regulamentação;
• a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, foi submetida à Câmara Legislativa e aprovada após o prazo estabelecido na Lei Orgânica do DF (art. 128, § 4º) e que não constava ressalva na lei de diretrizes orçamentárias.
Clamando os princípios da legalidade e da anualidade, questiona:
1) Pode o Fisco do Distrito Federal exigir o ICMS sobre os serviços de televisão por assinatura?
2) A partir de quando (de que ano) é exigível tal exação?
Às fls. 03/07, a Divisão da Receita de Brasília, procedendo ao preparo processual, apresentou os dados cadastrais da consulente e informou estar a empresa submetida a procedimento de fiscalização pela Divisão de Fiscalização em Estabelecimentos.
Eis o resumo da consulta, passa-se à análise do seu mérito.
I. DO ICMS NA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
Tratando do nosso Sistema Tributário, a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 132, inciso I, alínea "b", diz competir ao DF instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, de que trata o art. 21, XI, da Constituição Federal, ou seja, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados, e demais serviços públicos de telecomunicações.
Desta forma, houve a exclusão intencional da tributação dos serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações. (redação anterior à Emenda Constitucional nº 8, de 1995)
Ocorre que, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.467-DF, movida pelo Governador do Distrito Federal, o Supremo Tribunal Federal, em 20 de novembro de 1996, deferiu a suspensão da eficácia desta norma da Lei Orgânica do DF que restringia a competência impositiva do legislador ordinário local no tocante ao ICMS, uma vez que não podem ser concedidos benefícios fiscais sem a deliberação unânime dos Estados.
II. DA FALTA DE REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA
A alegação de que após a Emenda Constitucional nº 8, de 1995, os serviços de que trata o art. 21, XI da Carta Magna dependem de regulamentação esbarra nas disposições do art. 118 do Código Tributário Nacional.
A doutrina, como fonte da Hermenêutica Jurídica (e do próprio Direito), pela mão de Fábio Fanucchi, esclarece que *"a circunstância de um ato, contrato ou negócio jurídico ser juridicamente nulo, ou mesmo ilícito, não impede que produza efeitos tributários, desde que tenha produzido efeitos econômicos."*
Salta aos olhos que a consulente vem obtendo resultados econômicos com sua atividade.
III. DA PREVISÃO LEGAL DO IMPOSTO
O ICMS, criado pela Constituição de 1988, foi instituído no Distrito Federal por intermédio da Lei nº 7, de 29 de dezembro de 1988. Ela definiu como hipótese de incidência os serviços de comunicação (art. 2º), ocorrendo o fato gerador na geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação, ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético de comunicação, ainda que iniciada ou prestada no exterior (art. 3º, IX).
A lei nº 1.254, de 1996, veio majorar a alíquota, passando de 17% para 25%, isto a contar de 1º de janeiro de 1997.
A permissiva da apreciação pelo Legislativo do projeto de lei que redundou na Lei 1.254, foi dada pela Lei nº 1.240, de 31 de outubro de 1996, que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias/1997.
IV. DA REVOGAÇÃO DA CONSULTA TRIBUTÁRIA

Fulcrado no entendimento deste Serviço de Orientação e Consulta, o Secretário de Fazenda e Planejamento revogou o Parecer GAB/SEFP nº 14/94, que concluía pelo reconhecimento da isenção do ICMS determinada na Lei Orgânica do Distrito Federal.
A partir desta decisão, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 175, de 9 de setembro de 1996, tornou-se exigível a exação, isto tendo em vista a mudança de orientação administrativa e observado o disposto no art. 146 do Código Tributário Nacional.
V. DO ELEMENTO VALORATIVO DO IMPOSTO
A alíquota do imposto, até 31 de dezembro último era de 17% (dezessete por cento). Em 1º de janeiro deste ano, este percentual passou a ser de 25% (vinte e cinco por cento).
Contudo, com fundamento no Convênio ICMS 5/95, homologado pela Câmara Legislativa em 5 de novembro de 1996, o Decreto nº 17.968, de 1997, reduziu a base de cálculo do ICMS nas prestações de serviço de televisão por assinatura, de forma a que a carga tributária efetiva seja de 5% (cinco por cento)-Item 43 do Caderno II do Anexo I do RICMS/DF.
Este tratamento tributário favorecido é opcional e veda ao contribuinte a utilização de créditos fiscais relativos às entradas tributárias.
Ressalta-se que entre 9 de setembro e 5 de novembro de 1996 prevalecia o regime normal de tributação, ou seja aplicação da alíquota de 17% (dezessete por cento), com o sistema débito-crédito).
VI. DA CONCLUSÃO
Pelo exposto, resulta patente que, é "poder-dever" do Fisco do Distrito Federal exigir, desde 9 de setembro de 1996, *o ICMS incidente sobre os serviços de televisão por assinatura.*
Na forma do art. 46, incisos III, IV e VI do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal-Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, a presente consulta não produz qualquer efeito em relação à interessada.
Este o parecer, *sub censura.*
Brasília-DF, 22 de agosto de 1997.
MARIO CELSO SANTIAGO MENEZES
Auditor Tributário do Distrito Federal
À DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
Senhora Chefe,
De acordo.
Submetemos à apreciação o entendimento deste Serviço.
Brasília, 08 de setembro de 1997.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe
No uso da competência delegada a esta chefia, pela nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, aprovo o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão de Tributação.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.
Ressalva-se o direito de a interessada apresentar recurso, com efeito suspensivo, à Segunda Instância, nos termos do art. 53 do Decreto nº 16.106, de 1994.

Brasília, 8 de setembro de 1997
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
CHEFE

DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16-DRB/DAT/SR/SEFP, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 096/95 SUREC/SEFP, e fundamentado no art. 32, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 16.102, de 30/11/94, e no art. 24, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 16.128, de 06/12/94, DECLARA SUSPENSAS as inscrições no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF das empresas relacionadas a seguir:

RAZÃO SOCIAL	INSCRIÇÃO	CGC/CPF
EVIDIO FILHO GARRIDO DE ANDRADE	07.341.263/001-50	26.464.784/0001-00
JOÃO DA MATA RIBEIRO	07.348.150/001-02	02.013.860/0001-95
PRIMEIRA LINHA DE FECHADOURAS E FERRAGENS LTDA	07.314.552/001-94	33.494.170/0001-29

DANILO ALVES

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDACÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 9 de setembro de 1997

PROCESSO : 101.0001018/97
INTERESSADO: DIVISÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
ASSUNTO : Contratação Serviço

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, a inexigibilidade de licitação em favor da TELECOM TELEINFORMÁTICA LTDA, objetivando a remoção e instalação de central telefônica marca Norstar Meridian. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no "CAPUT" do Art. 25 , da Lei 8.666/93, tendo em vista as justificativas e documentação constantes do Processo acima referenciado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE OBRAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 38, DE 5 DE SETEMBRO DE 1997

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - IDHAB-DF, criado pela Lei nº 804 de 08.12.94, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando o que consta do processo nº 102-123678/97, resolve :
PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório, por parte da Comissão de Tomada de Contas Especial, criada através da Instrução de Serviço nº 036/97 de 06/08/97.
Dê-se ciência e cumpra-se.

TÁSSIA DE MENEZES REGINO
Em exercício

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA

EXTRATO DA ATA DA 24ª REUNIÃO DA DIRETORIA

Aos onze dias do mês de julho de hum mil novecentos e noventa e sete, na Sede da SAB, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento Sul, Trecho 06, Lote nº 270, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA DIRETORIA, presidida pelo Senhor VICTOR FRADE ALMEIDA, Presidente, presentes os Senhores SYLVIO PETRUS JUNIOR, Diretor Administrativo e Financeiro e PAULO HENRIQUE BELTRÃO DE ANDRADE LIMA, Diretor Comercial, todos desta Sociedade. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Continuando, o Senhor Diretor Administrativo e Financeiro comunicou a seus pares que, de acordo com memorando recebido do Departamento Administrativo, até a presente data não foi oficializada a mudança de endereço do Almoxarifado desta Sociedade. Em vista disso, a Diretoria determinou as providências legais necessárias à alteração do endereço constante na documentação daquela Unidade Administrativa, CGC/MF Nº 00.037.226/0039 e Inscrição GDF Nº 07304258/014-00, para SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO SUL (SIA/SUL), TRECHO 06, LOTE Nº 270, BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL. Continuando, a Diretoria elaborou o detalhamento das propostas alternativas apresentadas no documento "AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EMPRESARIAL DA SAB, concluindo no documento elaborado que, levando-se em conta a situação econômica e financeira atual e observações relevantes constantes na Avaliação do Desempenho Empresarial da SAB, entende que qualquer decisão assumida terá um cronograma básico de execução de ações, no âmbito da administração da Empresa, que deve ter como prazo máximo de implementação o mês de dezembro/97 e que o fator pessoal é relevante na decisão final, tanto no remanejamento a outros órgãos (viabilidade legal), como na disponibilização dos mesmos no sistema de parcerias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e, para constar, eu MARIA JUDITE G. DAS C. MORAIS, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Senhores membros da Diretoria presentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/97

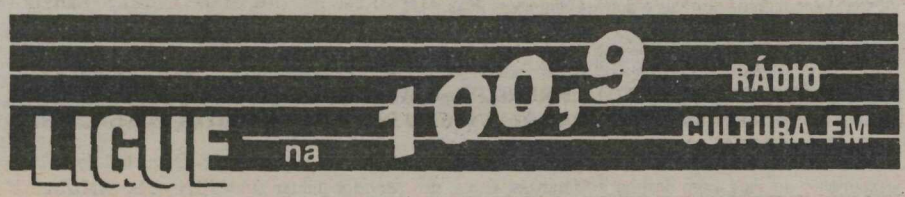
Aos vinte e três dias do mês de junho de hum mil, novecentos e noventa e sete, na Sede SAB, localizada no Setor de Indústria a Abastecimento Sul, Trecho 06, Lote nº 270, nesta Capital, realizou-se a QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/97 do seu CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, com a presença dos Conselheiros ARTUR EUSTAQUIO ROMANIELLO SAABOR, Substituto do Presidente, LOJOS FERENZ KOKAY, MANOEL PEREIRA CARVALHO, ANISETE MARIA SCHMITT, CLAYTON ROBERT DE OLIVEIRA SANTOS, JOSÉ SÉRGIO BAIMA MAGALHÃES e ALIPIO CORREIA FILHO, Conselheiro Suplente. Estiveram presentes, também, os Senhores VICTOR FRADE ALMEIDA, Presidente e SYLVIO PETRUS JUNIOR, Diretor Administrativo e Financeiro, todos desta Sociedade. A ausência do Conselheiro JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO, Presidente deste Colegiado, foi devidamente justificada. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Continuando, o Conselho, calcado no inciso II do artigo 28 do Estatuto Social da SAB, RESOLVEU: eleger o Senhor PAULO HENRIQUE BELTRÃO DE ANDRADE LIMA, brasileiro, casado, economista, filho de Luiz Beltrão de Andrade Lima e de Maria José Antunes de Andrade Lima, portador da Cédula de Identidade RG nº 203.561-SSP/DF e CPF/MF nº 059.772.401-63, residente e domiciliado à SQS 107, Bloco "B", Apt° nº 303, nesta Capital, para exercer o Cargo de DIRETOR COMERCIAL DA SAB, o qual vem sendo exercido, cumulativamente, pelo Presidente da Sociedade. Após os cumprimentos de praxe, o recém eleito, apondo sua assinatura no Termo de Posse, foi investido no Cargo. Com a palavra, o Senhor Diretor Comercial agradeceu a confiança demonstrada pela indicação, informando que se sente honrado em compor a Diretoria da SAB. Continuando, o Conselho passou a analisar o Processo nº 075-000.049/97, que trata da Prestação de Contas da Sociedade, relativa ao Exercício de 1996 e, considerando as peças que o compõem, RESOLVEU, calcado no artigo 28, inciso XII do artigo 146 da Resolução nº 038/90-TCDF, manifestar-se favorável à aprovação da Prestação de Contas desta Sociedade, relativa ao Exercício findo em 31.12.96, objeto do Processo nº 075-000.049/97. Continuando, o Conselho, considerando que o Presidente desta Sociedade foi eleito no último dia 17 e que o Diretor Comercial foi eleito nesta data, tempo insuficiente para conhecerem a empresa e se manifestarem quanto as propostas apresentadas, tanto pela Diretoria quanto pelos empregados, relativamente ao destino da SAB, resolveu adiar a discussão sobre a matéria, recomendando à Diretoria que apresente detalhamento das propostas alternativas apresentadas no documento "AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EMPRESARIAL DA SAB" e que encaminhe, a cada um dos Membros deste Colegiado, cópia do documento elaborado pelos representantes dos Empregados, contendo a proposta daqueles, para análise e discussão na próxima reunião que, desde já, fica convocada para o próximo dia 16 de julho. Finalizando, o Senhor Presidente informou que, quando da homologação do resultado da Concorrência Pública nº 003/96-SAB - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA SAB, houve engano na transcrição da Ata da reunião deste Colegiado, de 13.11.96, no que se refere às condições de pagamento do imóvel sito à EQN 512/513. Conforme se comprova nos autos do Processo nº 075-000.176/96, a proposta vencedora do certame cotou em R$2.033.900,00 (dois milhões, trinta e três mil e novecentos reais), sendo 30% (trinta por cento) de entrada mais 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas. Na citada Ata consta apenas 03 (três) parcelas. Face o exposto, o Conselho acolheu a retificação apresentada, devidamente comprovada no Processo mencionado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e, para constar, eu MARIA JUDITE G. DAS C. MORAIS, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL - REGISTRO CERTIFICADO EM 14.08.97, SOB O Nº 970470347.

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 27 de agosto de 1997

PROCESSO: 011.000.281/97
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS MESA TENISTAS DO DF
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, nos termos do Artigo 26, da Lei 8.666/93, a inexigibilidade de Licitação em favor da ASSOCIAÇÃO DOS MESA TENISTAS DO DF, *com o objetivo de atender despesa com serviço de arbitragem destinado a competição na modalidade de* Tênis De Mesa dos II JOGOS POPULARES DO DISTRITO FEDERAL . A Inexigibilidade foi fundamentada no que dispõe o Caput do artigo 25 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, tendo em vista o constante do processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Educação Física Esportes e Recreação - DEFER.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA



SECRETARIA DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 5 de setembro de 1997

Processo nº 030.005.806/97
Interessado: MARCOS KOENIGKAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Assunto: Dispensa de Licitação
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação, em favor do interessado acima citado, relativa a locação do imóvel situado na SEPN/NORTE 511 - BLOCO B - 1º e 2º Pavimentos, para utilização do DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL - DEPEM-DF/STb. Esta dispensa de licitação foi fundamentada nos termos do Inciso X, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/DEPEM-DF para providências complementares.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES
Respondendo

SECRETARIA DE TURISMO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 10 de setembro de 1997

PROCESSO Nº : 210.000139/97
INTERESSADO: SECRETARIA DE TURISMO
ASSUNTO Serviços e Tarifas de Água e Esgoto

Autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, por estimativa, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em favor da Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB, visando atender despesas com serviços e tarifas de água e esgotos dos eventos apoiados ou patrocinados pela SETUR, no exercício de 1997, com base no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, combinado com o Inciso II do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a despesa autorizada na forma do artigo 26, da mesma Lei acima mencionada.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as demais providências.

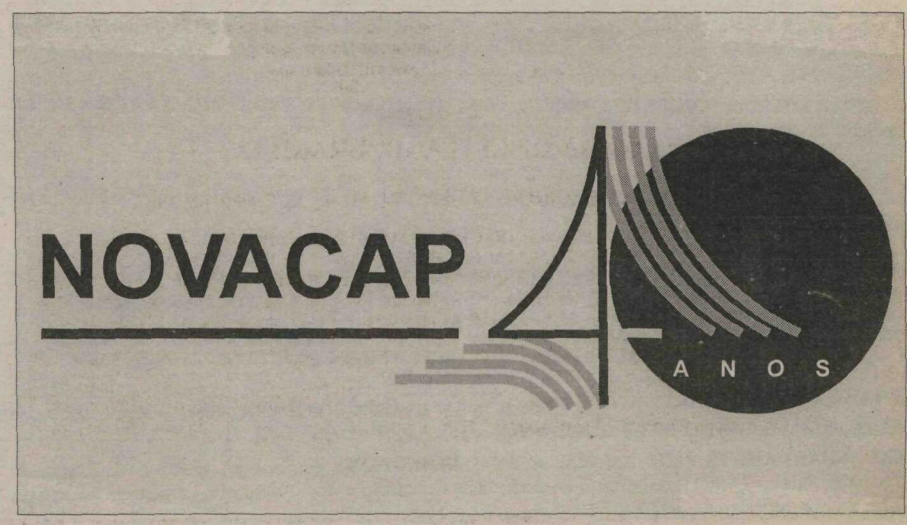
RODRIGO ROLLEMBERG

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 190.000.312/97
INTERESSADO : ENCYCLOPÉDIA BRITANNICA DO BRASIL
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação a favor do ENCYCLOPÉDIA BRITANNICA DO BRASIL, para atender despesas com prestaçao de serviços de reproduçao de fitas de vídeo, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, Nota de Empenho nº 97NE00363, no valor R$ 488,00(quatrocentos e oitenta e oito reais).

FRANCISCO DANTAS



SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Fedral, resolve:
PRORROGAR por 30 (trinta) dias o prazo concedido à Comissão de Sindicância, instaurada mediante Decreto de 08 de agosto de 1997, publicado no DODF nº 152, de 11 de agosto de 1997, para apurar os fatos constantes do Processo nº 040.001.986/95, apensado ao de nº 061.009.288/95 - FHDF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

NOMEAR ANTONIO ARRAES JARDIM, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Divisão Regional de Licenciamento;

EXONERAR HUMBERTO GOMES FRANÇA, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 35.057-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Transporte, da Divisão de Administração Geral;

EXONERAR LUIS CARLOS DA SILVA, Analista de Orçamento, Matrícula nº 44.941-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03,de Secretário Administrativo, da Gerência de Planejamento;

EXONERAR ALMANDO FERREIRA DA CRUZ, Matrícula nº 40.432-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Divisão Regional de Agricultura;

EXONERAR MARIA APARECIDA CECÍLIO PACHECO, Matrícula nº 41.781-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Divisão Regional de Obras;

NOMEAR RAIMUNDO LOPES DA SILVA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Obras;

EXONERAR VERA LÚCIA COELHO DE MEDEIROS, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 31.255-X, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Serviços Públicos;

NOMEAR VERA LÚCIA COELHO DE MEDEIROS, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 31.255-X, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral;

NOMEAR IRISMAR MAGALHÃES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Serviços Públicos;

EXONERAR MARCIA LACERDA DE ANDRADE, Matrícula nº 49.731-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral;

NOMEAR MARCIA LACERDA DE ANDRADE, Matrícula nº 49.731-2, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Orçamento e Finanças, da Divisão de Administração Geral;

EXONERAR KELBIA CRISTINA DA SILVA SAMPAIO, Assistente Administrativo/NOVACAP, Matrícula nº 45.261-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Orçamento e Finanças, da Divisão de Administração Geral;

NOMEAR KELBIA CRISTINA DA SILVA SAMPAIO, Assistente Administrativo/NOVACAP, Matrícula nº 45.261-0, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Gerência de Planejamento;

NOMEAR JOSÉ ANTONIO DULCI DA COSTA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Agricultura;

EXONERAR VALTER GONÇALVES, Matrícula nº 44.721-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Licenciamento;

NOMEAR REINALDO MAIA VIDAL, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Transporte, da Divisão de Administração Geral;

EXONERAR ATALIBA FEIJÓ DE MELO, Motorista/NOVACAP, Matrícula nº 45.089-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Transporte, da Divisão de Administração Geral;

NOMEAR ANTONIA SOARES DA SILVA SOUSA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Transporte, da Divisão de Administração Geral;

CESSAR OS EFEITOS do Decreto de 10 de julho de 1997, publicado no DODF nº 131, de 11 de julho de 1997, que designou MARIA DA GLÓRIA CRUZ, Secretário Administrativo da Junta Regional do Serviço Militar, Matrícula nº 49.150-0, para responder, interina e cumulativamente, sem acumular salários, pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Junta Regional do Serviço Militar;

NOMEAR ADEMAR TORRES DE BARROS, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Junta Regional do Serviço Militar,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

NOMEAR MAURO COELHO GUIMARÃES, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-01, de Encarregado da Equipe de Borracharia, da Divisão de Manutenção de Veículos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR SUSI FRANCIS AMARAL PIVA, Professora/FEDF, matrícula nº 46.909-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Gerência de Orientação e Apoio Normativo ao Sistema Regional, a partir de 04 de setembro de 1997;

EXONERAR MANOEL ASSUNÇÃO DE BRITO, Condutor Técnico/NOVACAP, matrícula nº 45.780-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Gerência de Estudo e Apoio ao Planejamento Regional;

NOMEAR MANOEL ASSUNÇÃO DE BRITO, Condutor Técnico/NOVACAP, matrícula nº 45.780-9, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Gerência de Orientação e Apoio Normativo ao Sistema Regional;

NOMEAR ANA AMÉLIA CARDOSO PESCARA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 19.865-X, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Gerência de Estudo e Apoio ao Planejamento Regional,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, Resolve:

NOMEAR, NISE MARIA STUDART QUINTAS NOGUEIRA, matrícula nº 48.610-8, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Assessoria Técnica, Símbolo DFG-13, da Subsecretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, **ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA,** matrícula nº 300.068-1, do Cargo em Comissão de Assistente do Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento, Símbolo DFA-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hemocentro de Brasília;.

Exonerar **LÉA PASSOS VALENTIM,** matrícula nº 25.369-3, do Cargo em Comissão de Assessor do Núcleo de Controle de Programas de Saúde, Símbolo DFA-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal;

Nomear **ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA** para exercer o Cargo em Comissão de Assessor do Núcleo de Controle de Programas de Saúde, Símbolo DFA-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, **RENATO ROGELIN**, Inspetor de Saúde, matrícula nº 41.312-7, do Cargo em Comissão de Assistente da Divisão de Cadastro e Registro, do Departamento de Fiscalização de Saúde, Símbolo DFA-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
Nomear **DULCE FERREIRA DA SILVA**, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 43.767-0, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente da Divisão de Cadastro e Registro, do Departamento de Fiscalização de Saúde, Símbolo DFA-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Tornar sem efeito o Decreto de 02 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 169, de 03 de setembro de 1997, que nomeou GABRIELA IZAR DOS SANTOS para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Coordenador II, da Diretoria de Operações da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;

Nomear ALESSANDRO CELSO DOS SANTOS SILVA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Coordenador II, da Diretoria de Operações da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, CLÁUDIA MATHEUS GARCIA, matrícula nº 49.798-3, do cargo em comissão de Assessora, Símbolo DFA-11, da Coordenação Normativa de Recursos Humanos da Subsecretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a contar de 01/09/97.

Nomear, ROSIMEIRE MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 42.751-9, para exercer o cargo em comissão de Assessora, Símbolo DFA-11, da Coordenação Normativa de Recursos Humanos da Subsecretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar, ROSIMEIRE MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 42.751-9, do cargo em comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Coordenação Normativa de Recursos Humanos da Subsecretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

CRISTOVAM BUARQUE

DESPACHOS DO GOVERNADOR
Em 11 de setembro de 1997

PROCESSO N.º: 030.006.763/97, INTERESSADO : NAZARENO STANISLAU AFFONSO, ASSUNTO : AFASTAMENTO DO PAÍS

1. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do País, com destino a Barcelona, Espanha, no período de 12 a 19 de setembro do corrente ano, do Secretário de Transportes do Distrito Federal, **NAZARENO STANISLAU AFFONSO**, a fim de participar da 10ª *Conferência Internacional de Planejamento para Bicicleta*, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção de seus vencimentos normais e demais vantagens fixas.
2. Publique-se e encaminhe-se à Secretaria de Transportes do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

PROCESSO N.º 053.001.130/97, INTERESSADO: DAVSON DE SOUZA - 2º SGT. BM MÚSICO, ASSUNTO: AFASTAMENTO DO PAÍS EM VIAGEM DE INTERCÂMBIO CULTURAL

1. AUTORIZO, nos termos do que preceitua o artigo 1º, do Decreto n.º 3.672, de 29 de abril de 1977, o afastamento do País, com destino a Matanzas, Cuba, do servidor militar **DAVSON DE SOUZA - 2º**

Sgt. BM Músico, matrícula n.º 05034-2, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, em *viagem de intercâmbio cultural, com o objetivo de apresentar-se, como solista convidado, junto à Orquestra Sinfônica de Matanzas*, no período de 12 a 26 de setembro do corrente ano, com ônus para o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos do entendimento da Secretaria de Governo consubstanciado às fls. 16.

2. Publique-se e encaminhe-se, via Casa Militar, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, para as providências pertinentes.

CRISTOVAM BUARQUE

CASA MILITAR

PORTARIA DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:

NOMEAR o Major QOBM/Comb. GILBERTO LOPES DA SILVA - matrícula 03.197-6, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Assessor Militar na Assessoria para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Artigo 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

NOMEAR o Capitão QOPM PAULO ROBERTO WITT ROSBACK - matrícula 50.019/4, da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Adjunto de Segurança Pessoal na Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Artigo 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

LÚCIO SEBASTIÃO ROSSI - CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 208, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso XLVI, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
CONCEDER, Licença-Paternidade ao servidor **WARISTON FERREIRA**, matrícula nº 24.391-4, Fiscal de Posturas, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, conforme preceitua o artigo 208, da Lei 8.112/90, no período de **06.08.97 à 10.08.97.**

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 209, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso XXXIII, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
DESIGNAR, o servidor **GILSON GONZAGA**, matrícula nº 48.980-8, Chefe da Seção de Pessoal, Símbolo DFG-08, para substituir **JUSCINEI SÉRGIO SOARES**, matrícula nº 43.409-4, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão II, como presidente da Comissão de que trata a Ordem de Serviço nº 164 de 31 de julho de 1997, publicado no DODF nº 148 de 05 de agosto de 1997, página 5925, a partir da data da sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 210, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item XXXIII, do Artigo 64 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
I - DESIGNAR, os servidores DULCE DE FÁTIMA OLIVEIRA, matrícula nº 38.914-5, Assessora da ASTEC, MÁRCIO CARVALHO OLIVEIRA, matrícula nº 72.134-4/NOVACAP, DANIEL CASTRO SALES, matrícula nº 45.859-7, Assistente da DREAEP e CARLOS WAGNER ANTUNES TOBIAS, matrícula nº44.776-5, Chefe da Seção de Fiscalização e Controle de Permissionários/DAP, para sob a Presidência do Primeiro e Secretariada pelo último, comporem, Comissão Especial de Licitação visando a concessão de Direito de Uso e Exploração do Complexo denominado Piscina com Ondas, localizado no Parque da Cidade - Parque Dona Sarah Kubitschek, em Brasília/DF, com obrigações de Recuperação, Modernização e Ampliação.
II - A referida Comissão terá um prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalho.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 81, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

ASSUNTO: Licança Nojo.
O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo inciso XXV do art. 43 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.245 de 28/dezembro/94, publicado no DODF nº 250 de 29/dezembro/94, combinado com o Inciso III, art. 97 da Lei 8.112/90, resolve:

I - Conceder licança nojo à Servidora ANGELITA ANDRADE DE CARVALHO, mat. 47.956-X no período de 02-09 à 09-09-97.
II - Encaminha-se à DAG para as providencias cabíveis.

PEDRO CÂMAMARA LEÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 49, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO/RA XIV, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 144.000.304 /97, resolve:
DESIGNAR o Chefe da Seção de Administração de Sedes, símbolo DFG-05, da Divisão de Administração Geral, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços constantes da Nota de Empenho nº 153/97, caberá ao executor a observância do artigo 13, inciso II, § 3º inciso I a VII do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

MARCELO BRAGA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o artigo 53, ítem XXXIII, do Decreto nº 16.247/94 e considerando o que consta do Processo 132.000.132/97, resolve: Constituir a Comissão de Sindicância, composta dos servidores Dalzi Neres Moreira, Diretora da Divisão Regional do Desenvolvimento Social, matrícula nº 46.018-4, José Mendonça de Alexandria, Fiscal de Obras, Matrícula nº 24.969-6 e Juraci de Almeida, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 22.782-X, para sob a presidência do primeiro, apurar fatos constantes referente ao processo supracitado.

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO

ORDEM DE SERVIÇO DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

O Administrador Regional de Taguatinga, no uso das atribuições legais e com o fundamento no que dispõe o artigo 53, inciso XXV, do Decreto nº 16.247/94 c/c o Decreto nº 13.447/91, resolve:Conceder Indenização de Transporte ao servidor Edval Soares de Arimatéa, , Diretor da Divisão Regional de Obras, matrícula nº 46.981-5.

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 56 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, combinado com o inciso I, do artigo 2º do Decreto nº 7.755, de 07 de novembro de 1983, resolve
1 - Instaurar sindicância para apurar acidente em serviço nos termos do artigo 214, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista os fatos constantes do processo nº 060.000.963/97, de interesse da servidora SARITA PEREIRA SALES, que trata de acidente em serviço.
2 - Designar como Sindicante no referido processo, a servidora LEDAMAR SOUSA RESENDE, Técnica de Administração Pública, matrícula nº 31.800-0, da Coordenação de Controle Administrativo de Recursos Humanos-SRH/SEA,
3 - Fixar em 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos.
4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO FERNANDO LIMA
Interino

ATO DO CHEFE DE GABINETE

PORTARIA DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 43 / 95, publicada no DODF de 02 de maio de 1995, resolve:

CESSAR o pagamento da Gratificação por Encargo de Gabinete concedida a EDUARDO DO NASCIMENTO SANTOS, matrícula nº 42.905-8, Técnico de Administração Pública, do quadro de pessoal do Distrito Federal, na Categoria de Assistente.
CONCEDER Gratificação por Encargo de Gabinete ao servidor HENRIQUE AUGUSTO TELÓ BUENO, matrícula nº 30.689-4, Técnico de Administração Pública do quadro de Pessoal do Distrito Federal, na Categoria de Assistente.

DOMINGOS PEDRO DO COUTO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

PORTARIA DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O Chefe da Divisão de Administração Geral, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, resolve:

Conceder o adicional de DÉCIMOS, previsto no Art. 1º da Lei nº 1.004, de 11/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, com alteração da fórmula de cálculo pela 1.141/96 de 11.07.96 a servidora abaixo:

Identificação do Servidor	Décimos	
	Fração	Vigência
NOME: ROSÂNGELA OLIVEIRA DE SOUSA **Matrícula:** 40.681-3 **Processo:** 030.007.104/97	1/10 da Rem GE-02 - Lei 8.112/90	31.10.96

GERALDO LOURENÇO DE ALMEIDA

SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O SUBSECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve: Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, conforme artigo 87 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	QUINQ.	PERÍODO
ARY LOPES RODRIGUES	6.054-2	PRG	1º 2º 3º	25.01.82 a 23.01.87 24.01.87 a 22.01.92 23.01.92 a 21.01.97
VERA LÚCIA DE ALMEIDA OLIVEIRA	22.414-6	RA IV	1º	11.07.91 a 08.07.96
MARIA UMBELINA RÊGO LIMA DA CUNHA	23.184-3	SES	3º	01.06.92 a 30.05.97
SÔNIA MARIA SOARES BORBA	23.311-0	SES	3º	24.07.92 a 22.07.97
JOÃO JOSÉ DE LIMA NETO	23.363-3	SES	3º	15.08.92 a 13.08.97
EDILSON FELIPE VASCONCELOS	24.410-4	Stb	1º	22.09.90 a 20.09.95
FERNANDO LUIZ ROSA BARBOSA	25.868-7	SEFP	4º	01.09.92 a 30.08.97
ROSANA HORTA DE JESUS	26.104-I	SES	1º 2º	13.08.85 a 11.06.91 12.06.91 a 09.10.96
ANTÔNIA GERCILEIDE GOMES DOS ANJOS	26.887-9	RA XIII	2º	27.05.91 a 24.05.96
DENISE DE BRITO FRANCO	27.459-3	SES	2º	14.04.92 a 12.04.97
LEILA MARIA RAMOS DOURADO	28.821-7	PRG	2º	25.01.92 a 22.01.97
IRANI ROSA DA SILVA GAMA	30.849-8	SETUR	2º	23.08.92 a 21.08.97
EGIDIO DANTAS DA GAMA	30.851-X	SETUR	4º	01.09.92 a 30.08.97
GILVAN MARQUES TEIXEIRA	31.561-3	SEG	3º	28.06.92 a 26.06.97
JOSUÉ EVANGELISTA ALVES	35.236-5	RA XV	1º	18.12.91 a 15.12.96
RAIMUNDO PENAFORTE MATOS	35.312-4	RA VIII (FALECIDO)	1º	06.01.92 a 03.01.97
FLÁVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA PASSOS	36.326-X	ST	1º	23.07.92 a 21.07.97
CARLOS VIANA DE LIMA	36.448-7	ST	1º	12.08.92 a 10.08.97
MANOEL GOMES DE ALENCAR	36.655-2	ST	1º	04.09.92 a 02.09.97
DJALMA BARBOSA GONÇALVES	37.244-7	SEA	1º 2º	09.07.87 a 06.07.92 07.07.92 a 05.07.97
MANOEL INÁCIO DE OLIVEIRA	39.132-8	SETUR	2º	01.09.92 a 30.08.97
EDA SILVA SEABRA DORNAS	40.856-5	SCE	1º	20.02.91 a 18.02.96
GLÊNIO VIEGAS DUARTE	41.946-X	SO	1º	01.02.92 a 29.01.97

MOACYR ROBERTO DE LIMA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 28, DE 6 DE MARÇO DE 1997

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas através do inciso IV, do artigo 27, do Decreto nº 15.062, de 24 de setembro de 1993, resolve :
I-Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, aos servidores constante desta Ordem de Serviço.
II-Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste ato, retroagem à data em que se completou o interstício dos servidores, na forma desta Ordem de Serviço.
III-Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	SIT.ANT. CLASSE/ PADRÃO	SIT.ATUAL CLASSE/ PADRÃO	DATA DE VIGÊNCIA
80.043-0	JOSÉ AIRTON MOTA DE OLIVEIRA	AUX.ADM. PÚB.	S II	S III	08/02/97
80.044-9	SUZANA LÍGIA SIMÕES UNGARELLI	ANA.ADM. PÚB.	S II	S III	17/02/97
80.062-7	EDVALDO SIQUEIRA DA SILVA	TÉC.ADM. PÚB.	1ª III	1ª IV	28/01/97
80.063-5	CÉLIA MARIA RIBEIRO DE SALES DA CUNHA	TÉC.ADM. PÚB.	1ª III	1ª IV	30/01/97
80.064-3	JOÃO ABRÃO FRAGOSO DA LUZ	TÉC.ADM. PÚB.	1ª III	1ª IV	30/01/97
80.090-2	RAUL ALVES DE OLIVEIRA	TÉC.ADM. PÚB.	3ª I	3ª II	23/02/97
80.093-7	SANDRA CORREIA DA ROCHA	TÉC.ADM. PÚB.	3ª I	3ª II	23/02/97

ADEMAR KYOTOSHI SATO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 56, DE 11 DE ABRIL DE 1997

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas através do inciso IV, do artigo 27, do Decreto nº 15.062, de 24 de setembro de 1993, resolve :
I-Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, aos servidores constante desta Ordem de Serviço.
II-Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste ato, retroagem à data em que se completou o interstício dos servidores, na forma desta Ordem de Serviço.
III-Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	SIT.ANT. CLASSE/ PADRÃO	SIT.ATUAL CLASSE/ PADRÃO	DATA DE VIGÊNCIA
80.006-6	ADOALDO ALVES DOS SANTOS	ANA.ADM. PÚB.	S II	S III	27/03/97
80.051-1	AMÁBILE MARIA GONÇALVES E CASTRO	ANA.ADM. PÚB.	S I	S II	24/01/97
80.050-3	ARACI DE SOUZA ROSENDO	TÉC.ADM. PÚB.	S I	S II	12/01/97
80.162-3	DILSON FAGUNDES DE SOUSA	TÉC.ADM. PÚB.	3ª II	3ª III	31/03/97
80.076-7	FRANCISCO DE ASSIS FREIRE	AUX.ADM. PÚB.	S I	S II	23/01/97
80.080-5	JAQUELINE MARIA SILVA DE SANTANA	AUX.ADM. PÚB.	S I	S II	16/03/97
80.160-7	JOCÉLIO DE OLIVEIRA SILVA	TÉC.ADM. PÚB.	3ª II	3ª III	07/03/97
80.159-3	LUCIANO SILVESTRE DA SILVA	TÉC.ADM. PÚB.	3ª II	3ª III	08/03/97
80.042-2	LUZIA ALVES CHERICI NOGUEIRA	TÉC.ADM. PÚB.	S I	S II	18/01/97
80.026-0	MARIA BÁRBARA NEIVA	AUX.ADM. PÚB.	S II	S III	27/03/97
80.077-5	OLEGÁRIO DE SOUSA LIMA NETO	AUX.ADM. PÚB.	S I	S II	22/01/97
80.079-1	ROSÂNGELA FÁTIMA DA SILVA	AUX.ADM. PÚB.	S I	S II	13/03/97
80.158-5	SÔNIA MARIA SOUZA CARVALHO FARIA	TÉC.ADM. PÚB.	3ª II	3ª III	04/03/97
80.017-1	SÓSTENIS LEAL FERNANDES	ANA.ADM. PÚB.	1ª V	1ª VI	01/04/97
80.157-7	WALTER RODRIGUES FERREIRA	TÉC.ADM. PÚB.	3ª II	3ª III	03/03/97

ADEMAR KYOTOSHI SATO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 63, DE 20 DE MAIO DE 1997

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas através do inciso IV, do artigo 27, do Decreto nº 15.062, de 24 de setembro de 1993, resolve :
I-Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, aos servidores constante desta Ordem de Serviço.
II-Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste ato, retroagem à data em que se completou o interstício dos servidores, na forma desta Ordem de Serviço.
III-Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	SIT.ANT. CLASSE/ PADRÃO	SIT.ATUAL CLASSE/ PADRÃO	DATA DE VIGÊNCIA
80.008-2	ENILSON DOMINGOS VIEIRA	ANA.ADM. PÚB.	1ª V	1ª VI	08/04/97
80.034-1	MARÍLIA MACEDO KLOTZ	ANA.ADM. PÚB.	S II	S III	01/05/97
80.055-4	JANE SANTOS LEMES FERREIRA	ANA.ADM. PÚB.	S I	S II	23/04/97
80.035-X	PAULO ERNANI DE DEUS	TÉC.ADM. PÚB.	S I	S II	12/05/97
80.067-8	VALTER CARVALHO VERAS	TÉC.ADM. PÚB.	1ª III	1ª IV	01/04/97
80.078-3	VALKÍRIA RODRIGUES DE PÁDUA	TÉC.ADM. PÚB.	1ª III	1ª IV	08/04/97
80.027-9	MARIA EGÍDIA	AUX.ADM. PÚB.	S II	S III	03/04/97

ADEMAR KYOTOSHI SATO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 117, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
Designar JOSUÉ BISPO DOS SANTOS, matrícula nº 80.210-7, Chefe da Divisão de Administração Geral, para substituir o Executor Técnico do Termo de Cooperação Técnica IDR/SEA X DEPEM/STb - PROGRAMA DE TREINAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, Convênio SEFOR/CODEFAT/97 - SINE/DF, Programa de Qualificação Profissional, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 10/09 a 09/10/97.

ADEMAR KYOTOSHI SATO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 15 DE JULHO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições contidas no Inciso III do Artigo 30 do Estatuto da Enti

dade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando o contido no Artigo 9º da Lei nº 8.112/90 e o que consta do O.I. nº 118/97-DPe. , de 14/07/97, resolve:

Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 1, Classe Única, Padrão 01A, disciplina Atividades, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, a candidata aprovada em concurso público ALYNE GONÇALVES MACIEL, tendo em vista concessão de liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 14.455/97, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, constante do processo nº 082.004515/97.

JACY BRAGA RODRIGUES

INSTRUÇÃO DE 23 DE JULHO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
Vander José Machado, matrícula nº 31.715-2, carga eventual autorizada de 01/04/97 a 04/09/97, CPA-Paranoá; Maria Selma dos S. Moniz, matrícula nº 49.212-4, carga eventual autorizada de 03/06/97 a 19/12/97, CPA-Paranoá.

JACY BPAGA RODRIGUES

INSTRUÇÕES DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
01.Aposentar MARIA MADALENA GUEDES D'ANGELO, matrícula n 97.363-7, no cargo de Especialista de Assistência à Educação/Secretário Escolar, Classe especial, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso I, combinado com o Artigo 212, e 189, Parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso I, e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens do Artigo 8º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994. Processo nº 082.011554/97.
02.Aposentar MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA, matrícula nº 77.768-4, no cargo de Auxiliar de Educação/Serviços Gerais, Classe única, Padrão XX, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso I, Parágrafo 1º, e 189, Parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso I, e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.010056/97.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
01.Conceder aposentadoria a ADINALVA MADALENA DOS SANTOS, matrícula nº 46.491-0, no cargo de Professor, Classe única, Nível 1-GT3, conforme os artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 14D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens do Artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994. Processo nº 082.006428/97.
02.Conceder aposentadoria a ANDIARA FLEURY CANESIN, matrícula nº 60.160-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.004670/97.
03.Conceder aposentadoria a DIANA DE JESUS GARCIA, matrícula nº 94.760-1, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.082.005317/97.
04.Conceder aposentadoria a JOSÉ MORAIS DE SOUSA, matrícula nº 99.474-X, no cargo de Assistente de Educação/Serviços Especiais/Obras Civis, Classe especial, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "d", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "d" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.010480/97.
05.Conceder aposentadoria a MARIA INÊS DE BRITO ATAÍDE, matrícula nº 97.574-5, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.002105/97.
06.Conceder aposentadoria a MARIA LÚCIA VILELA GONÇALVES, matrícula nº 56.407-9, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens do Artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.008336/97.
07.Conceder aposentadoria a MARIA DAS GRAÇAS ROSA E MENDES, matrícula nº 90.569-0, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.002103/97.
08.Conceder aposentadoria a MARIA GABRIEL TYRKA, matrícula nº 94.488-2, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.005358/97.
09.Conceder aposentadoria a RAINHA PEREIRA DE JESUS, matrícula nº 94.823-3, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.006760/97.
10.Conceder aposentadoria a VALDECIR TEIXEIRA DA SILVA, matrícula nº 76.632-1, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens do artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.002126/97.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 143 e seguintes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em vigor para os servidores do Distrito Federal, por força do art. 5º da Lei 197/91 do Distrito Federal resolve:
01.Instituir Comissão e instaurar Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar: FALTA GRAVE (art. 116 e 117 da Lei nº 8.112/90) em que teriam incorrido os servidores: MAURÍCIO DE MELO PIRES, mat.47.531-9, JOSÉ DOS SANTOS, mat.74.946-X, VALMIR MOREIRA LEÃO, mat.50.818-7, GISELLE BARBOSA, mat.71.234-5, EVANDRO ASSUNÇÃO, mat.77.808-7, BENEDITO BENA FERREIRA DA CRUZ, mat.69.842-3, EDSON ASSIS DE SOUSA, mat.69.253-0, NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO, mat.51.883-2, ANTÔNIO LOPES VASCONCELOS, mat.57.693-X e ARNALDO VARGAS SANTOS, mat.65.651-8, consoante os termos dos Processos Administrativos Disciplinares de nºs, respectivamente, 082.010.809/96, 082.009829/96, 082.026475/95, 082.013685/95, 082.006514/96, 082.012816/96, 082.013298/96, 082.006591/97, 082.011806/96, 082.011806/96.
02.Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de 60 (sessenta) dias pela Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina - CPSD, desta Fundação Educacional do Distrito Federal, composta pelos seguintes servidores: MARIA SUEDE DALVI TRAESEL, mat.49.145-4, JOÃO ISAÍAS PEREIRA, mat. 73.585-X e JAIR LUIZ TAVARES, mat.67.458-3, cabendo a presidência ao primeiro. Membros Suplentes: HELOIZA MARIA NUNES GIRÃO, mat.60.525-5, RUTH ROCHA PEREIRA VICENTE, mat.25.243-3 e MARIA DO SOCORRO FONSECA DE ALMEIDA, mat. 46.653-0.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 143 e seguintes da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em vigor para os servidores do Distrito Federal, por força do art. 5º da Lei 197, de 04.12.91, do Distrito Federal resolve :
PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, com fulcro no art. 152, do mesmo dispositivo legal, a partir de 09/09/97, o prazo para a conclusão dos Processos Administrativos Disciplinares nºs: 082.012033/96, 082.007001/97, movidos contra os servidores: THALITA RODRIGUES ALMEIDA, mat. 27.471-2, VALTER ANTÔNIO BALBINO, mat. 62.953-7.

JACY BRAGA RODRIGUES

DESPACHO DO DIRETOR

PROCESSO Nº 082.011918/96; INTERESSADA: MARIA LACY LUCAS DE SOUSA; ASSUNTO: AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO.
Torno sem efeito a autorização de afastamento com fundamento no art. 120 da Lei nº 8.112, de 11.12.90, concedido a MARIA LACY LUCAS DE SOUSA, matrícula nº 56.139-8, de seu Cargo Efetivo de Professor MG3V.

JACY BRAGA RODRIGUES

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 551, de 31.01.96, resolve:
1. Conceder o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público-TIDEM, aos servidores abaixo:

Nomes	A partir de	Matrícula
VERA L. A. SANT'ANNA MACHADO	09.07.97	33.597-5
OLÍMPIO SABINO LOURENÇO	10.07.97	68.593-3
MARÍCELIA BROCHADO ARAKAWA	16.07.97	33.795-1
RENATA AZAMBUJA DE OLIVEIRA	11.06.97	45.075-8
FLÁVIA BASSO REBELATO	16.07.97	33.771-4
IVAN RODRIGUES RAMOS	04.06.97	33.115-5
OLGA REGINA M. PELEGRINI	04.07.97	54.590-2
KÊNIA GODOY	18.07.97	43.211-3

2. Conceder o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público-TIDEM, aos servidores abaixo relacionados:

Nomes	No período de	Matrícula
EDVÂNIA CARVALHO DOS SANTOS	16.06.97 a 23.12.97	31.766-1
CRISTINA MARIA GOES DAMASCENO	13.06.97 a 23.12.97	47.403-7

MARIA ELISA EICHLER

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

A DIRETORA DE DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução nº 551, de 31.01.96, subitem 1.12, resolve:
1 - Retificar a averbação do tempo de serviço de **MEIBEL DA SILVA REIS**, matrícula nº 88.064-7, processo nº 082.001146/91, publicada no DODF nº 067 de 10.04.91, página 011, conforme se segue: Onde se lê: 18.02.61 a 19.08.61; 05.03.64 a 30.11.67; 09.05.69 a 09.03.71; Leia-se: 18.02.61 a 19.08.61; 05.03.64 a 15.02.66; 13.04.66 a 30.11.66; 16.03.67 a 30.11.67 e 09.05.69 a 09.03.71, permanecendo o mesmo quantitativo e efeitos.
Retificar a averbação do tempo de serviço de **SELVA LÚCIA CÉSAR DE FRANÇA E SILVA**, matrícula nº 89.906-2, processo nº 082.008814/90, publicada no DODF nº 240 de 11/12/90, página 082, conforme se segue: Onde se lê: 24.05.62 a 31.12.70; Leia-se: 24.05.62 a 31.08.62; 01.12.62 a 31.01.63; 15.02.63 a 31.01.64; 16.02.64 a 31.01.65; 15.02.65 a 31.12.70, permanecendo o mesmo quantitativo e efeitos.
Retificar a averbação do tempo de serviço de **YDÊ AFONSO**, matrícula nº 89.235-1, processo nº 082.008194/90,

publicada no DODF nº 231 de 30.11.90, página 08 conforme se segue: Onde se lê: 20.02.64 a 31.08.71; Leia-se: 20.02.64 a 21.02.64; 10.03.64 a 30.06.64; 09.09.64 a 07.12.64; 23.08.65 a 31.08.71, permanecendo o mesmo quantitativo e efeitos.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA ELISA ALVES REZENDE**, matrícula nº 90.408-2, processo nº 082.009933/91, publicada no DODF nº 176 de 06.09.91, página 020, conforme se segue: Onde se lê: 01.03.65 a 30.11.65; 01.03.66 a 30.11.66; 01.03.68 a 30.11.68; 01.03.69 a 30.11.69; 01.03.70 a 30.11.70 e 01.03.71 a 30.11.71; Leia-se: 01.03.65 a 30.06.65; 01.08.65 a 30.11.65; 01.03.66 a 30.06.66; 01.08.66 a 30.11.66; 01.03.68 a 30.06.68; 01.08.68 a 30.11.68; 01.03.69 a 30.06.69; 01.08.69 a 30.11.69; 01.03.70 a 30.06.70; 01.08.70 a 30.11.70; 01.03.71 a 30.06.71 e 01.08.71 a 30.11.71, permanecendo o mesmo quantitativo e efeitos.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **CÉLIA MARIA BARBOSA**, matrícula nº 90.277-2, processo nº 082.01211/90, publicada no DODF nº 034 de 20.02.91, página 029, conforme se segue: Onde se lê: 22.09.64 a 26.04.72; Leia-se: 22.09.64 a 30.09.64; 15.02.65 a 31.01.66 e 15.02.66 a 26.04.72, permanecendo o mesmo quantitativo e efeitos.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA JOSÉ FERNANDES**, matrícula nº 89.345-5, processo nº 082.003326/91, publicada no DODF nº 107 de 05.06.91, página 08, conforme se segue: Onde se lê: 01.09.44 a 31.01.47; 12.04.48 a 23.08.50; 24.08.50 a 24.04.54; 03.06.54 a 15.07.57 e 01.03.58 a 03.04.59, 4.427 dias para aposentadoria; Leia-se: 01.09.44 a 31.01.47; 12.04.48 a 12.06.53; 01.08.53 a 24.04.54; 03.06.54 a 01.09.54; 11.01.55 a 15.07.57 e 01.03.58 a 03.04.59, 4.445 dias para aposentadoria.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA DAS GRAÇAS DE ARAÚJO OLIVEIRA**, matrícula nº 89.027-8, processo nº 082.011816/90, publicada no DODF nº 036 de 22.02.91 página 011, conforme se segue: Onde se lê: 01.05.63 a 30.11.65; Leia-se: 01.05.63 a 30.11.63; 01.03.64 a 30.11.64; 01.03.65 a 30.11.65, permanecendo o mesmo quantitativo e efeitos.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA DAS GRAÇAS DE ARAÚJO OLIVEIRA**, matrícula nº 89.027-8, processo nº 082.006041/91, publicada no DODF nº 176 de 06.09.91, página 014, conforme se segue: Onde se lê: 01.03.66 a 30.11.66; 01.03.67 a 30.11.67 e 01.03.68 a 30.11.68; Leia-se: 01.03.66 a 30.11.66; 01.03.67 a 30.11.67; 01.03.68 a 30.11.68 e 01.03.69 a 30.11.69, permanecendo o mesmo quantitativo e efeitos.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **ROSA DE ARRUDA FORTHMANN**, matrícula nº 90.001-X, processo nº 082.009256/90, publicada no DODF n º 024, de 04.02.91, página nº 016, conforme se segue: Onde se lê: 15.05.40 a 14.07.56; 5.540 dias para adicionais e aposentadoria; Leia-se: 15.05.40 a 31.12.54; 01.01.56 a 14.07.56; 5.540 dias para adicionais e aposentadoria.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA GUARACYARA**, matrícula nº 88.724-2, processo nº 082.011395/90, publicada no DODF nº 013, de 18.01.91, página nº 013, conforme se segue: Onde se lê: 01.05.63 a 18.04.71; 2.569 dias para aposentadoria e adicionais; Leia-se: 01.05.63 a 02.04.68; 10.03.69 a 18.04.71; 2.569 dias para aposentadoria e adicionais.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA AMÁLIA DE ANDRADE**, matrícula nº 90.641-7, processo nº 082.004710/92, publicada no DODF nº 112, de 05.06.92, página 09, conforme se segue: Onde se lê: 01.03.69 a 26.02.70; 01.03.70 a 02.02.71; 01.03.71 a 31.01.72; 952 dias para aposentadoria e adicionais: Leia-se: 01.03.69 a 26.02.70; 01.03.70 a 02.02.71; 01.03.71 a 12.04.71; 27.05.71 a 30.06.71; 02.08.71 a 19.11.71; 01.12.71 a 31.01.72; 952 dias para aposentadoria e adicionais.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **SANDRA MARIA PACCE ZAMMATARO**, matrícula 74.791-2, processo nº 082.009953/92, publicada no DODF nº 191, de 18.09.92, página 08, em atendimento do requerimento nº 65761 de 04.04.97 às fls. 04, conforme se segue: Onde se lê: 595 dias para aposentadoria e 572 dias para Padrão; Leia-se: 572 dias para aposentadoria, padrão e adicionais.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA DA GLÓRIA AGUIAR SOUZA**, matrícula nº 90.511-9, processo nº 082.008545/90, publicada no DODF nº 231, de 30.11.90, página 09, conforme se segue: Onde se lê: 20.04.63 a 07.05.72; 3.252 dias para aposentadoria e adicionais; Leia-se: 20.04.63 a 14.07.63; 01.08.63 a 31.01.64; 20.02.64 a 07.05.72; 3.253 dias para aposentadoria e adicionais.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **ZILÁ ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 88.672-6, processo nº 082.003936/91, publicada no DODF nº 118, de 20.06.91, página nº 046, conforme se segue: Onde se lê: 02.09.68 a 30.11.69; Leia-se: 02.09.68 a 30.11.68.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS LIMA**, matrícula nº 89.768-X, processo nº 082.001248/91, publicada no DODF nº 067, de 10.04.91, página 014, conforme se segue: Onde se lê: 01.06.60 a 07.03.72; 4.011 dias para aposentadoria e adicionais; Leia-se: 01.06.60 a 02.06.71; 4.011 dias para aposentadoria e adicionais.

Retificar a averbação do tempo de serviço de **SELMA DIAS DE MELO MENDONÇA**, matrícula nº 88.256-9, processo nº 082.005335/91, publicada no DODF nº 145, de 29.07.91, página nº 019, conforme se segue: Onde se lê: 01.09.65 a 06.09.65; 23.03.66 a 31.01.67; 15.02.67 a 31.01.68; 15.02.68 a 18.12.70; 1.496 dias para aposentadoria e adicionais; Leia-se: 01.09.65 a 06.09.65; 23.03.66 a 15.11.66; 01.12.66 a 31.01.67; 15.02.67 a 31.01.68; 15.02.68 a 18.11.70; 1.496 dias para aposentadoria e adicionais.

MARIA ELISA EICHLER

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISITRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 551, de 31.01.96, resolve: **Autorizar** a Licença Adotante, por 90 (noventa) dias, à servidora VENERANDA VIEIRA MENDES, Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula 22.984-6, a partir de 18.08.97, nos termos do art. 210 da Lei 8.112/90.

MARIA ELISA EICHLER

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE JULHO DE 1997

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de janeiro de 1996 e tendo em vista a Lei 197 de 04.12.91, considerando o disposto na Lei 356 de 23.11.92, regulamentada pelo Decreto nº 14413 de 25.11.92 resolve:

Conceder o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério - TIDEM aos professores abaixo relacionados:

- ALCIR BORGES MOREIRA, matrícula 0033122-8, pelo período de 23.06.97 a 20.10.97.
- ERNESTO CERVEIRA DE SENA, matrícula 0033754-4, pelo período de 04.07.97 a 23.12.97.

JANDUY PROCÓPIO LEITE JUNIOR

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA, no uso de suas atribuições regimentais tendo em vista a Lei Nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei Nº 356 de 23 de novembro de 1992 regulamentada pelo Decreto Nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e em conformidade com a Instrução 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO -TIDEM- aos professores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	DATA (a partir de)
CELIDÔNIA DE ANDRADE LIMA	32.844-8	MG2Q	01.07.97
GISLANE SILVA FERNANDES	31.812-4	MG3Q	04.07.97
JOSÉ AILTON F. DE OLIVEIRA	33.701-3	MG2Q	08.07.97
LUÍS AUGUSTO A. DELGADO	31.852-3	MG2Q	08.07.97
LUZIA APARECIDA R. RIBEIRO	33.791-9	MG3Q	01.07.97
MARIA IRENEUDA DE S.NOGUEIRA	27.404-6	MG1Q	07.07.97
PLÍNIO C. S. EVANGELISTA	33.796-X	MG1Q	07.07.97

MARIA ALMENA DOS SANTOS VELOSO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 551 de 31/01/96, resolve:

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO -TIDEM, aos professores abaixo relacionados:

01. REJANE APARECIDA DE SOUSA MARCIAL, matrícula 33.092-2, CHEsp nº 062/97, a partir de 09/06/97;

02. CATARINA SARAIVA EMÍLIO, matrícula 33.267-4,CHEsp nº061/97, a partir de 09/06/97;

03. ADRIANA DE OLIVEIRA NEMETALA, matrícula 32.053-6,CHEsp nº 060/97, a partir de 09/06/97;

04. RITA GARDENE DE MELO, matrícula 30.562-6, Ofício 012/97, a partir de 24/06/97.

KÁTIA FRANCA VASCONCELLOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 551 de 31.01.96, resolve:

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:

01. CILDA DE CASTRO SILVA, matrícula 32.560-0,CHEv nº 038/97, no período de 20/06/97 a 23/12/97.

02. CARMYRA OLIVEIRA BATISTA, matrícula 60.440-2, Ofício 008/97, no período de 17/02/97 a 18/07/97.

KÁTIA FRANCA VASCONCELLOS

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JULHO DE 1997

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 7º, do Decreto nº14.413 de 25 de novembro de 1992, resolve:

Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal- TIDEM, aos servidores abaixo especificados

MICILENE GONÇALVES DE LIMA LOPES, matrícula nº 32.524-4, a partir de 08 07.97,Chesp nº 156, autorizada em 08.07.97.

LUCILEI MARTINS DOS SANTOS, matrícula nº 32.278-4, a partir de 02.07.97 Chesp nº 155, autorizada em 02.07.97.

ZILMA DE PAIVA, matrícula nº 31.625-3, a partir de 02.07.97, Chesp nº154, autorizada em 02.07.97.

LUCIANA LEMES DE SOUZA, matrícula nº 31.792-6,a partir de 02.07.97,Chesp nº 155, autorizada em 02.07.97.

FERNANDA CARDOSO DA SILVA, matrícula nº 32.426-4, a partir de 02.07.97, Chesp nº 154, autorizada em 02.07.97.

WILLIAM CÉSAR DE ANDRADE

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992 regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992,resolve:

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:

NOME: RENATA BIRIBA AGUIAR, matrícula 20.638-5, OInº 336/97,a partir de 02/07/97.

NOME: LÚCIA CLÁUDIA DE MENDONÇA VIRIATO, matrícula 31.939-2, OI nº 256/97, a partir de 25/06/97.

NOME: JANAÍNA GRAÇA R. DOS REIS, matrícula 48.671-X, OI nº 326/97, a partir de 02/07/97.

MARIA ADÉLIA NUNES FIGUEIREDO

ORDENS DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992 regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992,resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
NOME: SHIRLEY F. L. LOPES, matrícula nº 33.030-2, SHEV nº 268/97, pelo período de 06/06/97 a 23/12/97.
NOME: CLAÚDIA G. L. SILVA CORTEZ, matrícula nº 63.886-2, SHEV OI nº 276/97, pelo período de 10/04/97 a 18/07/97.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992 regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992,resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
NOME: MARCIA HELENA RIBEIRO PELEGRINO, matrícula 23.089-8, CHEVnº295/97, pelo período de 02/06/97 a 23/12/97.
NOME: PATRÍCIA L. N. REIS DE OLIVEIRA, matrícula 24.191-1,CHEVnº331/97, pelo período de 21/06/97 a 23/12/97.
NOME: MARA CRISTINA DE O. DORBAÇÃO NUNES, matrícula 27.481-X, CHEV nº 299/97, pelo período de 11/06/97 a 23/12/97.
NOME: ENIO ROBERTO BOTELHO, matrícula 32.499-X, CHEV nº 311/97, pelo período de 24/06/97 a 23/12/97.
NOME: VANILSON ALVES DOS REIS, matrícula 33.311-5, CHEV nº 318/97, pelo período de 23/06/97 a 23/12/97.
NOME: EVAIDE FLORES CAMPOS, matrícula 33.437-5, CHEV nº 232/97, pelo período de 20/05/97 a 23/12/97.
NOME: EDUARDO ELIAS PEREIRA, matrícula 33.478-2, CHEV nº 281/97, pelo período de 16/06/97 a 23/12/97.
NOME: GLACIONE MARIA DE LIMA, matrícula 33.510-X, CHEV nº 282/97, pelo período de 17/06/97 a 23/12/97.
NOME: JAQUELINA GRANATO A. DE DEUS, matrícula 46.221-7, CHEV nº 287/97, pelo período de 02/06/97 a 07/09/97.
NOME: ÉRICA OLIVEIRA DA SILVA, matrícula 33.095-7, CHEV nº 261/97, pelo período de 29/04/97 a 23/12/97.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992 , resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
NOME: MARIA DIVINA FRANÇA MASSOUH, matrícula 46852-5, CHEV nº 309/97 , pelo período de 19/06/97 a 23/12/97.
NOME: ELISABETE FERREIRA DA CUNHA, matrícula 47.462-2, CHEV nº 07/97 , pelo período de 12/03/97 a 17/03/97, CHEV nº 100/97 pelo período de 18/03/97 a 30/04/97, CHEV nº 312 pelo período de 02/05/97 a 30/05/97 , CHEV nº 271 pelo período de 02/06/97 a 23/12/97.
NOME: JUSSARA SALES MANHÃES, matrícula 48.479-2, CHEV nº 257/97, pelo período de 25/05/97 a 24/06/97, CHEV nº 330/97, pelo período de 25/06/97 a 23/12/97.
NOME: Mª DAS DORES BARROSO DE ARAÚJO, matrícula 58.840-7, CHEV nº 317/97 pelo período de 01/07/97 a 23/12/97.
NOME: AYLON MACEDO DE ALMEIDA NETO, matrícula 63.868-4, CHEV nº 296/97, pelo período de 02/06/97 a 23/12/97.
NOME: ÂNGELA MARIA ALVES BRITO, matrícula 64.413-7, CHEV nº 302/97, pelo perído de 10/06/97 a 23/12/97.
NOME: NOLIKO OKINO SAKASHITA, matrícula 75.668-7, CHEV nº 267/97, pelo período de 07/04/97 a 23/12/97.

MARIA ADÉLIA NUNES FIGUEIREDO

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992 regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992,resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
NOME: LOURDES R. DE A. GOMES MOTTA, matrícula 32.811-1, SHEV nº 183/97, pelo período de 20/06/97 a 23/12/97.
NOME: ELENIR HOTH B. SATHLER, matrícula 53.740-3, SHEV nº 161/97, pelo período de 17/03/97 a 18/07/97.

MARIA ADÉLIA NUNES FIGUEIREDO

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992 regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992,resolve:

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
NOME: LAURA GOULART FONSECA, matrícula nº 27.424-0, SHEV nº 342/97,pelo período de 01/07/97 a 23/12/97.
NOME: MÁRCIA SANTOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 31.059-X, SHEV nº 275/97, pelo período de 16/06/97 a 23/12/97.
NOME: LUCIANA LACERDA, matrícula nº 32.914-2, SHEV nº 233/97, pelo período de 20/05/97 a 18/07/97 e CHEV nº 359/97, pelo período de 19/07/97 a 23/12/97.
NOME: ANDRÉ LACERDA, matrícula nº 32.915-0, SHEV nº 248/97, pelo período de 07/05/97 a 18/07/97 e CHEV nº 358/97, pelo período de 19/07/97 a 23/12/97.
NOME: CONSUÊLO SILVIA FERREIRA, matrícula nº 33.016-7, SHEV nº 264/97, pelo período de 28/05/97 a 18/07/97 e CHEV nº 369/97, pelo período de 19/07/97 a 23/12/97.
NOME: AMAURI ANTONIO CARTURANI, matrícula nº 33.709-9, SHEV nº 307/97, pelo período de 09/06/97 a 18/07/97 e CHEV nº 371/97, pelo período de 19/07/97 a 23/12/97.
NOME: REJANE QUINTINO GUEDES, matrícula nº 33.801-X, SHEV nº 353/97,pelo período de 15/07/97 a 23/12/97.
NOME: DULCE M. C. ANDRIGUETO, matrícula nº 65.264-4, SHEV nº 360/97, pelo período de 19/07/97 a 23/12/97.

MARIA ADÉLIA NUNES FIGUEIREDO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, por delegação de competência, nos termos da Instrução nº 551 de 31/01/97 no item 1.36, resolve:
CONCEDER Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7º do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO
31.713-6	Lucineide de Oliveira	MG2Q	07/07/97
31.873-6	Alessandra M. Gomes dos Santos	MG1Q	08/04/97
31.942-2	Célia Aparecida Almeida Ferreira	MG2Q	04/06/97
32.103-6	Moisés Afonso de Souza	MG2Q	18/06/97
33.803-6	Paulo Henrique Marques Costa	MG3Q	14/07/97

DORCAS DE CASTRO

DIVISÃO REGIONAL DO ENSINO DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 7º, do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público TIDEM, aos servidores abaixo especificados.

MATRÍCULA	NOME	Nº CHEV	PERÍODO
31.966-X	**MARIA JOSE A. SOBRINHO**	95/97	de 02/04 a 23/12/97
33.781-1	**JACIRA TORRES DE OLIVEIRA**	217/97	de 25/06 a 23/12/97

MARIA LUCIA VIEIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 7º, do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público TIDEM, aos servidores abaixo especificados.

MATRÍCULA	NOME	DOCUMENTO	A PARTIR DE
30.704-1	**REGINA LUCIA A. DE PAULA**	O.I. 106/97-DRET	23/05/97
32.537-6	**IRONETE JESUINO DA SILVA**	CHESP 03/97	09/05/97
32.829-4	**MARLI BRASILINA P. LIMA**	CHESP 04/97	06/05/97

MARIA LUCIA VIEIRA

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 12 DE AGOSTO DE 1997

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2°, do Decreto 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

CONCEDER nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", item II, alínea "a" e 224 da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a MARIA ÉZIA PAIXÃO CORREIA, viúva e pensão temporária a KARLA CORREIA DE SOUZA, filha do ex-servidor ADAIL PEREIRA DE SOUZA, matrícula 101.817-5, no cargo de Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 23 de julho de 1997. Processo n° 061.006.725/97.

MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO

INSTRUÇÃO DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2°, do Decreto 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

CONCEDER nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", item II, alínea "a" e 224 da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a JOSÉ DIMAS SIMÕES MACHADO, viúvo e pensão temporária a FELIPE IVAR DO SUL MACHADO e FERNANDA IVAR DO SUL MACHADO, filhos da ex-servidora SÔNIA IVAR DO SUL MACHADO, matrícula 117.110-1, no cargo de Assistente Superior de Saúde - Enfermeira, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 13 de julho de 1997. Processo n° 061.039.440/97.

MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO

INSTRUÇÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

Aplicar penalidade de **Advertência** à servidora **ANA ROSA DE OLIVEIRA MARTINS**, Assistente Superior de Saúde (Fonoaudiólogo), 1ª Classe, Padrão VI, matrícula 120.176-0, lotada no COMPP, por ter infringido os incisos I, IV e XI, do art. 116 da Lei 8.112/90, com fulcro no art. 129, do mesmo Diploma Legal, conforme processo n° 061.004824/97.

MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDENS DE SERVIÇO DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Ordem de Serviço de 11 de agosto de 1995, resolve:

1 - Averbar o tempo de serviço prestado pelos servidores abaixo indicados, aos órgãos e entidades a seguir mencionados:

PROCESSO: 061.030039/97
NOME: CLARICE GOMES DE ARAÚJO, matrícula 110.579-5, Assistente Intermediário de Saúde - Técnico Laboratório Patologia Clínica, HRT.
411 dias, ou seja, 1 ano, 1 mês e 16 dias, prestados à Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO, no período de 1-3-72 a 15-4-73, contados para fins de adicional e aposentadoria.
PROCESSO: 061.030039/97
NOME: CLARICE GOMES DE ARAÚJO, matrícula 110.579-5, Assistente Intermediário de Saúde - Técnico Laboratório Patologia Clínica, HRT.
28 dias, com base no Parecer n° 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 1-9-76 a 28-9-76, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.030742/97
NOME: AUTO LUIS BRAGA FREIRE, matrícula 122.098-5, NM - AOSD - Padioleiro, HRT.
1.424 dias, ou seja, 3 anos, 10 meses e 29 dias, com base no parecer n° 10 da CGR, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 07-12-77 a 30-10-81, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.030742/97
NOME: AUTO LUIS BRAGA FREIRE, matrícula 122.098-5, NM - AOSD - Padioleiro, HRT.
476 dias, ou seja, 1 ano, 3 meses e 21 dias prestados ao Governo do Distrito Federal - Secretaria de Administração, no período de 26-7-82 a 15-11-83, contados para fins de adicional e aposentadoria.
PROCESSO: 061.030743/97
NOME: MARGARIDA COSTA, matrícula 111.965-6, Assistente Intermediário de Saúde - AOSD - Enfermagem, HRT.
1.356 dias, ou seja, 3 anos, 8 meses e 21 dias, com base no Parecer n° 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1-12-72 a 20-12-74 e 2-1-75 a 29-8-76, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.030744/97
NOME: BENIRCE ALVES PEIXOTO NÍSIO, matrícula 111.967-2, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, HRT.
427 dias, ou seja, 1 ano, 2 meses e 2 dias, com base no Parecer n° 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 1-12-75 a 30-1-77, contados somente para fins de aposentadoria.

PROCESSO: 061.022185/95
NOME: MIRTZI HORTEWCI CHIANCA FRANCA, matrícula 110.196-0, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
479 dias, ou seja, 1 ano, 3 meses e 24 dias prestados ao Ministério da Saúde - DF, no período de 6-5-75 a 26-8-76, contados para fins de adicional e aposentadoria.
PROCESSO: 061.007551/97
NOME: ISAURA MARIA AMÂNCIO LOULY, matrícula 116.427-9, Assistente Superior de Saúde - Médica, ADMC.
729 dias, ou seja, 1 ano, 11 meses e 29 dias prestados à Universidade de Brasília - DF, no período de 2-1-79 a 31-12-80, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.030083/92
NOME: ÂNGELA MARIA CORREIA, matrícula 114.960-1, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, HRT.
1979 dias, ou seja, 5 anos, 5 meses e 4 dias, com base no Parecer n° 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1-9-72 a 26-9-76, 1-2-79 a 6-2-79 e 7-2-79 a 6-6-80, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.039234/97
NOME: IVANILDO FRANCISCO DE MELO, matrícula 123.841-8, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, HRAN.
1.969 dias, ou seja, 5 anos, 4 meses e 24 dias, com base no Parecer n° 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 11-9-73 a 16-11-73, 20-11-73 a 31-12-74, 3-11-77 a 11-2-78, 3-4-78 a 4-7-78 e 11-7-79 a 31-1-83, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.027316/96
NOME: SEVERIANO PRIMO DA FONSECA LINS NETO, matrícula 108.773-8, Assistente Superior de Saúde - Médico, HMIB.
560 dias, ou seja, 1 ano, 6 meses e 15 dias, com base no Parecer n° 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1-1-69 a 30-5-69 e 7-7-71 a 19-8-72, contados somente para fins de aposentadoria.

2 - RETIFICAR a averbação de tempo de serviço concedida ao servidor abaixo indicado:

PROCESSO: 061.027316/96
NOME: SEVERIANO PRIMO DA FONSECA LINS NETO, matrícula 108.773-8, Assistente Superior de Saúde - Médico, HMIB.
158 dias, ou seja, 5 meses e 8 dias prestados ao Governo do Estado de Pernambuco, no período de 27-4-66 a 1-10-66, contados para fins de adicional e aposentadoria.
Publicada no DODF n° 150, em 5-8-96, página 6416.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuição que lhe foram delegadas através do item II, da intrução n° 13 , de 01 de agosto de 1.995, resolve:
RETIFICAR , a data 01.06 a 31.12.97 para 01.07. a 31.12.97, que concede Adicional de Insalubridade, de Grau Máximo , ao servidor FRANCISCO CLAUDIO XAVIER DE MENEZES, matrícula 115.808-2, Lotado no HBDF, publicado no DODF , de 21.07.97 .

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o item II da Instrução n.° 13/95, de 01 de agosto de 1995, resolve:

remover, por permuta, HIPÁCIA NATALIA C. LIMA C. BRANCO, matrícula n.° 116079-6, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V, (Agente Administrativo), do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde/CEDRHUS, para o Hospital Regional da Asa Norte, sendo substituída por MAGDA ROCHA SANT'ANNA, matrícula n.° 122380-1, considerando o interesse das servidoras e o parecer favorável de ambas as Regionais.

Remover, por permuta, MAGDA ROCHA SANT'ANNA, matrícula n.° 122380-1, Agente Administrativo NM-30, do Hospital Regional da Asa Norte, para o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde/CEDRHUS, sendo substituída por HIPÁCIA NATALIA C. LIMA C. BRANCO, matrícula n.° 116079-6, considerando o interesse das servidoras e o parecer favorável de ambas as Regionais.

Remover, por permuta, SHIRLEI QUIRINO PEREIRA DE MEDEIROS, matrícula n.° 125563-1, Assistente Superior de Saúde, 1.ª Classe, Padrão I, (Enfermeiro), do Hospital de Base do DF para o Centro de Saúde n.° 18 da Coordenação Regional de Saúde da Asa Sul, sendo substituída por CLEIRENE PRADO SOUZA PEREIRA, matrícula n.° 134021-2, considerando o interesse das servidoras e o parecer favorável de ambas as Regionais.

Remover, por permuta, CLEIRENE PRADO DE SOUZA PEREIRA, matrícula n.° 134021-2, Assistente Superior de Saúde, 3.ª Classe, Padrão III, (Enfermeira), do Centro de Saúde n.° 18 da Coordenação Regional de Saúde da Asa Sul, para o Hospital de Base do DF, sendo substituída por SHIRLEI QUIRINO PEREIRA DE MEDEIROS, matrícula n.° 125563-1, considerando o interesse das servidoras e o parecer favorável de ambas as Regionais.

LEADOR MACHADO

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

A Diretora da Divisão de Pessoal no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Ordem de Serviço de 11 de agosto de 1.995, resolve:

Conceder **LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, aos servidores abaixo relacionados lotados na ADMC nos termos do Art. 87 da Lei 8.112/90 combinado com a Lei 221/90, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração deduzidos os meses por ventura usufruídos.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

NOME: TERESA CRISTINA CAVALCANTE DE VASCONCELOS
MATRÍCULA: 107.010-0 **PROCESSO:** 061.023592/89
QUINQUÊNIO(S): 4° 23.05.89 a 22.05.94.

NOME: FÁBIO PEREIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 127.514-3 **PROCESSO:** 061.009082/92
QUINQUÊNIOS: 2° 03.09.92 a 02.09.97.

RITA DE CÁSSIA BARBOSA

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE - CEDRHUS, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução n°. 11/96, de 11 de abril de 1996, resolve:

Designar o servidor Francisco Diogo Rios Mendes, mat. 135.294-6 para exercer a função de Preceptor Coordenador do Programa de Residência Médica de Urologia/HBDF a partir de 07 de agosto de 1997.
Designar o servidor Manoel de Souza Santos, mat. 114.716-1 para a função de Preceptor de Ensino do Programa de Residência Médica de Urologia/HBDF a partir de 07 de agosto de 1997.
Exonerar os servidores Dídimo Carvalho Teles, mat. 116.094-0 e Elson Roberto Ribeiro Faria, mat. 125.430-8 das funções de Preceptor de Ensino e Preceptor Coordenador do Programa de Residência Médica de Urologia/HBDF, respectivamente, a partir de 07 de agosto de 1997.

MILTON MENEZES DA COSTA NETO

INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

A Diretora do Instituto de Saúde Mental no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, da Instrução nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve:

Consignar elogío aos servidores abaixo discriminados, pelo espírito de colaboração e dedicação no cumprimento do dever indo além de suas obrigações contratuais, fazendo constar este ato nos assentamentos individuais dos servidores:
Nome: Fábio Nunes de Freitas
Matrícula: 134622-9
Nome: Jean Jordan Faria Souza
Matrícula: 135717-7

Nomear servidores para comporem o Conselho Gestor do ISM, ficando o mesmo assim constituido:
Direção do ISM
Titular: Maria Zélia da Silva Rocha Serra (Psiquiatra)
Suplente: Ronaldo Andrade de Freitas (Agente Administrativo)

Servidores
Titular: Marcos Antonio Silva Leal (Agente Administrativo)
Suplente: Maria Samam Diógenes Pinheiro (Nutricionista)
Titular: Ilza Almeida da Silva (Enfermeira)
Suplente: Marcos Rogério Eufrásio (Auxiliar de Enfermagem)
Titular: Marilisa Tocci Del Bianco (Psiquiatra)
Suplente: Lúcia de Cássia Borges Santos (Assistente Social)

Movimento Pró-Saúde Mental
Titular: Sebastião Rios Corrêa
Suplente: Edite do Céu Faial Jacques

Comunidade - ASSIM
Titular: Heloisa Helena Dias
Suplente: Sônia de Lima Belchior

ASSUME
Titular: Luiz Aires Sampaio
Suplente: Sebastião Nunes Martins
Titular: Gismair Ana de Castro
Suplente: Vera Lúcia Queiroz

CABESSA
Titular: Zélia Maria Souza Correia
Suplente: Jorge Luiz Silva Furtado
Titular: Eunice Araújo Silva
Suplente: Maria Lúcia Pinheiro Câmara

MARIA ZÉLIA DA SILVA ROCHA SERRA

SECRETARIA DE TRANSPORTE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÕES DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL , usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20 de dezembro de 1.993 e com base no Decreto 18.445 de 15.07.97, resolve: Designar o servidor SAULO JACINTO DA SILVA, matrícula 94.230-8, para substituir o servidor JOSÉ CARLOS MENDES DE SOUSA, matrícula 92.236-6, Encarregado de Revisão e Regulagem de Veículos, símbolo DFG-02, do Núcleo de Oficina Central da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, no período de 01.09.97 a 30.09.97, por motivo de férias regulamentares do titular.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL , usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20 de dezembro de 1.993, resolve: Averbar o tempo de serviço prestado pelo servidor adiante indicado: Processo nº 113.002505/97 - Nome: Virgílio Domingos da Silva, matrícula 93.434-8. Averba: 01 ano, 09 meses e 09 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 08.12.80 a 31.03.82 e 20.04.82 a 05.10.82, contados somente para fins de aposentadoria. Processo nº 113.002490/97 - Nome:Pedro Simões de Sá, matrícula 93.133-0. Averba: 03 anos, 02 meses e 08 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 08.05.72 a 28.08.72, 09.12.76 a 30.10.78, 02.01.79 a 12.11.79, 23.06.80 a 06.08.80, contados somente para fins de aposentadoria. Processo nº 113.002645/97 - Nome: Antonio Cândido Bezerra, matrícula 94.177-8. Averba: 28 anos, 01 mês e 07 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, nos períodos 09.03.58 a 31.12.60, 01.07.61 a 31.12.61, 01.03.62 a 28.02.63, 01.06.63 a 09.11.63, 16.11.63 a 30.03.64, 01.01.65 a 30.04.65, 01.05.65 a 31.01.66, 17.06.68 a 01.09.71, 01.10.71 a 10.04.72, 03.01.73 a 30.04.73, 07.05.73 a 26.12.73, 29.01.74 a 10.06.74, 04.01.75 a 30.01.75, 17.02.75 a 24.09.75, 25.09.75 a 18.10.76, 09.12.76 a 29.01.80, 22.03.80 a 30.03.82, 28.06.82 a 25.10.82, 23.11.82 a 15.05.87, 01.06.87 a 08.04.88, 01.06.88 a 16.03.90, 01.09.91 a 28.02.94, contados somente para fins de aposentadoria.

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, item VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20.12.93 e de acordo com competência delegada no artigo 2º, inciso I, alínea "n", do Decreto nº 12.469, de 06.07.90, resolve :Conceder Adicional de Décimos, previsto no Art. 1º da Lei nº 1.004, de 11.01.96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06.03.96, aos servidores constantes da listagem anexa, a partir das datas mencionadas.

HENRIQUE LUDUVICE

ANEXO

IDENTIFICAÇÃO	RESUMO DA CONCESSÃO FRAÇÃO	CÓDIGO	VIGÊNCIA	TOTALIZAÇÃO TRANSFORMAÇÃO
Nome:Célia Maria Siqueira Leal Matrícula: 93.532-8 Processo:113.000055/92	Substituir 1/10 de DFA-04 por 1/10 DFG-13	DFG-13	17.09.97	2/10 DFG-13 8/10 DFG-12
Nome: Murilo de Melo Santos Matrícula: 94.348-7 Processo:113.000722/96	1/10	DFG-12	05.05.97	2/10 DFG-12

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 169, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo Artigo 2º, Item IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 073 001901/97, resolve: Conceder aposentadoria a ADALBERTO FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 92.072-X, no Cargo de Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, Classe 1ª, Padrão I, Referência 04 B, da Carreira de Desenvolvimento Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, nos termos dos Artigos 186, Item III, alínea "d", 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "d" e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 170, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo Artigo 2º, Item IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 073 001913/97, resolve: Conceder aposentadoria a JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, matrícula nº 92.988-3, no Cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário, Classe Especial, Padrão III, Referência 03 Z, da Carreira de Desenvolvimento Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, nos termos dos Artigos 186, Item III, alínea "d", 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "d" e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 172, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo Artigo 2º, Item IV; do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 073 006005/90, resolve: Retificar a Instrução de Serviço "P" nº 38, de 29 de janeiro de 1996, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 26, de 06 de fevereiro de 1996, que reviu os proventos da aposentadoria de MANOEL WALDECK SARAIVA, matrícula nº 92.229-3, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, do Quadro de Carreira de Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal a Classe Única, Padrão IV, a vantagem do Artigo 184, Item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e para incluir a Classe 1ª, Padrão I.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 173, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo Artigo 2º, Item IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 073 006005/90, resolve: Retificar a Portaria nº 001, de 27 de novembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 233, de 03 de dezembro de 1990, que considerou aposentado MANOEL WALDECK SARAIVA, matrícula nº 92.229-3, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, do Quadro de Carreira de Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal a vantagem do Artigo 184, Item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

RESULTADO DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MÉRITO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, constituida pela Instrução de Serviço "E" 33, de 13 de agosto de 1996, resolve: I - Publicar o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores desta Entidade, referente aos períodos abaixo especificados:

NOME	MATR.	PERÍODO	PONTOS	CONCEITO
Daniel Reis de Freitas	92.485-7	01/06/93 a 30/10/93	4,4	Bom
Daniel Reis de Freitas	92.485-7	31/10/93 a 30/04/94	5,0	Excelente
Joacy Mendes Carneiro	93.287-6	16/06/93 a 31/10/93	4,5	Excelente
Joacy Mendes Carneiro	93.287-6	30/04/94 a 31/10/94	4,5	Excelente

RUBENILDE MARIA CÂMARA P. DO AMARAL
Presidente

CONCEIÇÃO A. NASCIMENTO
Membro

MARIA DILANI DE PAIVA CAMPOS
Membro

CLAUDIA CRISTIANE C. AIELLO
Membro

GENÉSIO FELIPE DUTRA
Membro Representante dos Servidores

HOMOLOGO: Brasília-DF, 28 de agosto de 1997

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO
Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 174, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pela Instrução de Serviço "N" nº 01 de 01.08.97, e considerando o disposto no Art. 2º, Item I, Alínea "d", do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, resolve: Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Art. 87 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com a Lei nº 221 de 27 de dezembro de 1991, aos servidores desta Fundação, conforme abaixo relacionados:

NOME : Expedito dos Santos
LOTAÇÃO : DAG
MATRÍCULA : 92.890-9
CARGO : Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário
QUINQUÊNIO : 22.08.92 a 21.08.97

NOME : Luis Carlos Leal de Freitas
LOTAÇÃO : DECOM
MATRÍCULA : 92.897-6
CARGO : Técnico de Desenvolvimento Agropecuário
QUINQUÊNIO : 29.08.92 a 28.08.97

NOME : Francisco Plácido Rodrigues Bezerra
LOTAÇÃO : DEMA
MATRÍCULA. : 92.898-4
CARGO : Analista de Desenvolvimento Agropecuário
QUINQUÊNIO : 26.08.92 a 25.08.97

NOME : José de Oliveira Mendonça
LOTAÇÃO : DEMA
MATRÍCULA : 93.181-0
CARGO : Técnico de Desenvolvimento Agropecuário
QUINQUÊNIO : 19.09.89 a 18.09.94

NOME : Geova Maria Luiz
LOTAÇÃO : DEMA
MATRÍCULA : 93.691-X
CARGO : Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário
QUINQUÊNIO : 24.08.92 a 23.08.97

NOME : Osvaldo Aparecido Caetano
LOTAÇÃO : DRMS
MATRÍCULA : 93.692-8
CARGO : Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário
QUINQUÊNIO : 24.08.92 a 23.08.97

NOME : Elza Aparecida Francisca Soares
LOTAÇÃO : DRH
MATRÍCULA : 94.222-7
CARGO : Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário
QUINQUÊNIO : 14.04.92 a 13.04.97

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

O SECRETÁRIO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições, regimentais, resolve:
*Designar **RAQUEL RODRIGUES LIMA**, matrícula nº 49.762-2, Diretora da Divisão Regional de Cultura - DRC da Administração Regional de Sobradinho - RA "V" para, na qualidade de **EXECUTOR** e sem prejuízo de suas funções normais, acompanhar, avaliar, supervisionar e fiscalizar a execução do projeto **"A CUCARACHA"** referente ao processo nº 150.000.385/95 de interesse de **PEDRO LACERDA NETO**, a quem foi concedido apoio financeiro à conta do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura - FAAC para a viabilização do projeto, conforme artigos 28 e 29 do Decreto nº 140.085/92.*

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

PORTARIA DE 4 DE SETEMBRO DE 1997

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria no. 003, de 15 de maio de 1991, resolve:

Designar a servidora MARIA DE FÁTIMA SANTOS DE DEUS, matrícula no. 49.482-8, Coordenadora do Programa de Museus, como EXECUTORA dos serviços destinados a esta Secretaria conforme 97NE00319 (serviço de impressão de texto em película, digitação e tratamento de imagens, laminação do material impresso em filme, montagem, emolduramento e confecção de estantes em lona) prestados pela firma MULTICÓPIAS DE BRASÍLIA E COM. LTDA, processo no. 150.000.104/97, cabendo-lhe acompanhar e atestar a execução dos serviços, de acordo as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, para o exercício de 1997.

EVANDRO VILELA TEIXEIRA DE SALLES

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 2 da Instrução nº 01 de 24 de março de 1995, e tendo em vista o constante do processo nº 081.000042/96, resolve:
I - Dispensar MARINA LUCENA BRANCO, matrícula nº 793-5, Assistente do Administrador Geral do TNCS, Código DFA-10, das atribuições de Executora do Contrato nº 051/96, celebrado entre a FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL e a empresa CENTRO ARTÍSTICO CULTURAL AFFINITY LTDA.
II - Designar FRANCISCO NONATO CARNEIRO, matrícula nº 1097-9, Chefe do Núcleo de Apoio Técnico do TNCS, Código DFG-10, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, Executor do contrato referido no item I, tendo por objeto a prestação de serviços à FCDF, tudo de conformidade com os termos constantes do processo acima mencionado.

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

RETIFICAÇÃO

Na Instrução de Serviço de 29.8.97, publicada no DODF nº 169, de 3.9.97, pág. 6869, referente ao Servidor Pedro Acosta, onde se lê: vigência 19.2.96, leia-se: vigência 19.2.97.

SECRETARIA DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

ORDENS DE SERVIÇO DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO-DEPEM, no uso da atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 21, Inciso II, Regimento aprovado pelo Decreto 15.741, de 23/06/94,
resolve: Conceder o benefício do Salário- Família, de acordo com o artigo 197, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, à seguinte servidora:
SERVIDORA: Maria Marlene Pereira da Silva Araújo
MATRÍCULA: 00178-3
DEPENDENTE: Chrystiane da Silva Araújo, filha, nascida em 13.07.97, conforme certidão apresentada.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO-DEPEM, Respondendo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 21, Inciso II, Regimento aprovado pelo Decreto 15.741, de 23/06/94, resolve:
CONCEDER o benefício do Auxílio-Natalidade de acordo com o artigo 196, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ao seguinte servidor:
SERVIDORA: Maria Marlene Pereira da Silva Araújo
MATRÍCULA: 00178-3
DEPENDENTE: Chrystiane da Silva Araújo, filha, nascida em 13 de julho de 1997, conforme certidão apresentada.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES
Respondendo

SECRETARIA DE TURISMO

PORTARIA DE 3 DE SETEMBRO DE 1997

O SECRETÁRIO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais constantes do artigo 35, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.059, de 24.09.93 e tendo em vista o disposto no Art. 12 do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, resolve:

Conceder o adicional de DÉCIMOS, previsto no Art. 1º da Lei nº 1.004, de 11.01.96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06.03.96, aos servidores abaixo relacionados:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	DÉCIMOS		
	Fração	Vigência	Totalizando
Nome: Eliane de Sá Brasil Borges Matrícula: 39.183-2 Processo nº 210.000.526/96	1/10 DFG-11	05.09.97	2/10 DFG-11
Nome: Maria Oneida Rabello de Jesus Matrícula43.154-0 Processo nº 210.000.491/96	1/10 DFA-05	17.08.97	2/10 DFA-05

RODRIGO ROLLEMBERG

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 10 de setembro de 1997

PROCESSO Nº : 190.000.358/97
INTERESSADO: AUGUSTO CESAR PIRES ARANHA E OUTROS
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
A vista das instruções contidas no processo supra e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o inciso I do artigo 38 combinado com o inciso II do artigo 39 do citado Diploma Legal, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO à emissão de Nota de Empenho no valor de R$ 3.583,72 (três mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), em favor de AUGUSTO CESAR PIRES ARANHA E OUTROS, referente a pagamento de Folha Suplementar de Exercício Findo, referente a Abono Pecuniário - 4ª parcela, dos servidores desta Secretaria.
Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva nota de empenho.

FRANCISCO DANTAS

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 122, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da denúncia que originou o Processo nº 094.000.904/97, e de acordo com artigo 143 da Lei nº 8.112/90, resolve:
I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta profissional e funcional do condutor do veículo oficial, placa FO: 7920, prefixo 18-06, servidor MARCOS DOS SANTOS LIRA COELHO, matrícula nº 83.516-1, Técnico de Administração Pública do QP/SLU/DF, conforme consta do citado processo;
II - INCUMBIR à Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, instituída através da Instrução de Serviço "SLU" nº 061, de 09.04.96, a apuração dos fatos.
III - FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório conclusivo.
IV - Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 6, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições , inseridas nos incisos I, III e IX do artigo 31 do Regimento da Procuradoria-Geral, aprovado pelo Decreto nº 4.591, de 08 de março de 1979, tendo em vista o disposto no inciso IV do artigo 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e

Considerando a deliberação extraída da última reunião dos Procuradores-Chefes, resolve:

Constituir Comissão de Estudos para analisar a possibilidade de defesa dos agentes públicos no desempenho de suas funções, pelos Procuradores do Distrito Federal.

A Comissão, sob a coordenação do primeiro, é integrada pelos seguintes Procuradores:

MATRÍCULA	NOME
38.960-3	NELSON LUIZ MIRANDA RAMOS
47.670-6	ANA VIRGÍNIA CHRISTOFOLI ALVIM
39.228-6	CARLOS AUGUSTO SALAZAR
28.815-2	MURILO DE ALMEIDA NOBRE JÚNIOR
31.805-1	JOSÉ IDEMAR RIBEIRO
47.681-1	ANTÔNIO CARLOS DE ALENCAR CARVALHO

Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos da Comissão.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO

DESPACHO DO PROCURADOR- GERAL
Em 5 de setembro de 1997

PROCESSO Nº : 020.000.722/97
INTERESSADO : ARY LOPES RODRIGUES e outros (124)
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, e de acordo com o que estabelecem os itens I, II e IV, do artigo 39, combinado com o item I, do artigo 38, do citado diploma legal e, tendo em vista a falta de Recursos Financeiros no final do exercício para sua liquidação, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 4.912,48 (QUATRO MIL, NOVECENTOS E DOZE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), em favor de ARY LOPES RODRIGUES e outros (124), à conta do elemento 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores, referente a pagamento de Abono Pecuniário.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral e Planejamento - DAGP, para as providências.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO

CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso IX da Lei nº 821, de 26 de dezembro de 1994, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Ordem de Serviço de 23 de junho de 1997, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 128, de 08/07/97, que nomeou **FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA DE SOUSA,** para exercer a função de Encarregado de Atendimento Judiciário da Unidade de Assistência Judiciária do Gama-CEAJUR, Símbolo DFG-03.

ARCHIMEDES MACHADO CUNHA



BRASÍLIA DIZ NÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SOS CRIANÇA 1407

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 10/97

PROCESSO Nº 030.007.029/97 - PARTES: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL X DF/GAG/SEFP OBJETO: A adesão do Distrito Federal ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Microempresas - SIMPLES, para extensão do regime tributário instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, aoImposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, pelas microempresas estabelecidas em território, optantes pelo referido Sistema. DO PAGAMENTO. As alíquotas referidas no artigo 5º da Lei nº 9.317, de 5 dezembro de 1996, serão acrescidas de 1,0% (um ponto percentual) a título de pagamento do ICMS e do ISS devidos pelas microempresas optantes pelo sistema. VIGÊNCIA: A partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no D.O.U. de seu extrato, produzindo efeitos a partir de 1ª janeiro de 1998. Assinatura: 05.09.97. SIGNATÁRIOS: EVERARDO MACIEL, Secretário da Receita Federal e CRISTOVAM BUARQUE, Governador.

Of. 065/97 - 1ª SPR/PRG/DF.

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 141.001.089/91 - PARTES: Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASÍLIA e Administração Regional de Brasília/RA-I - OBJETO: Prestação de serviços de telecomunicações, na modalidade de PABX Virtual, através da Central Telefônica Pública da Telebrasília, sendo 65 (sessenta e cinco) ramais com terminais telefônicos da TELEBRASÍLIA e 45 (quarenta e cinco) ramais com terminais telefônicos do CLIENTE a serem instalados conforme o descrito no item 1.2 da Cláusula Primeira do Contrato - PRAZO: 17/07/98 - VALOR MENSAL: R$ 1.214,50 (hum mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos) - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 03.007.0021.2197-0002 - FONTE DE RECURSOS: 000 - NATUREZA DE DESPESA: 34.90.39 - FUNDAMENTO LEGAL: Norma 05/79 - da Prestação de Serviço Telefônico Público, emitida pela Portaria nº 663 de 18/07/79 do Ministério das Comunicações alterada pelas Portarias nº 189 de 20/10/83, nº 209 de 06/08/86, nº 219 de 20/08/86, nº 127 de 14/08/89 e nº 154 de 14/09/89, todas do Ministério das Comunicações, e pelas Portarias nº 60 de 06/04/90, nº 887 de 09/11/90 e nº 175 de 22/08/91, do Ministério da Infra-Estrutura e, Portaria nº 83 de 08/02/93, do Ministério das Comunicações - VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, à expensas da Administração - DATA DE ASSINATURA: 17/07/97 - SIGNATÁRIOS: Pela TELEBRASÍLIA: LEOPOLDO LUIS BANDEIRA MAIA FILHO, na qualidade de Gerente de Grandes Clientes - Pelo CLIENTE: ANTONIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Administrador Regional de Brasília.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 7/97 (*)

PROCESSO º 139.000.411/97 - DF/RA-XI X JOSÉ CASCIMIRO MUNIZ - ME OBJETO: Retificar a Cláusula Sexta que passa a ter a seguinte redação: Da Dotação Orçamentária : UO: 11113; PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121610002; NATUREZA DA DESPESA: 349039; FONTE DE RECURSOS: 000. O empenho inicial é de R$2.829,75 (dois mil oitocentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme Nota de empenho nº 00401/97, emitida em 06/08/97, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo. Ratificar as demais cláusulas do contrato nº 007/97, celebrado entre a Administração Regional do Cruzeiro e José Cascimiro Muniz - ME, para fornecimento de alimentação preparada para atender os internos da FUNAP a serviço desta Administração Regional. Assinatura : 13/08/97. Signatários: Pelo Distrito Federal: HÉLIO LOPES DOS SANTOS, na qualidade de administrador Regional; pela contratada: JOSÉ CASCIMIRO MUNIZ, na qualidade de proprietário.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 156, de 15.8.97, pág. 6229.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 11/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA, torna pública aos interessados o resultado do julgamento em epígrafe, sagrando-se vencedoras as seguintes firmas:

ITENS	FIRMAS
02, 05, 10, 11, 13, 15, 16 e 31	POLYUD - Com. de Utilidades Domést. Ltda
01, 03, 12, 17, 18, 22, 23, 24 e 25	NÚCLEO -Com. Distrib. e Repres. Ltda
04, 06, 09, 14, 19 e 20	Distribuidora BANDEIRANTE de Desc. e Chocolates Ltda
07 e 26	A ESTIMATIVA - Com. de Mat. de Limp. e Util. Ltda
08, 21, 27, 28, 29 e 30	COPALIMPA - Limp. e Utilidades Ltda

Gama-DF., 8 de Setembro de 1997
A COMISSÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
AGOSTO /97

A Seção de Orçamento e Finanças da Administração Regional do Lago Norte, em cumprimento do disposto no art. 16, da Lei Nº 8.666/93, da Lei/DF Nº 938/95 e da Decisão nº 3427/96 do TCDF, torna pública a Relação de Compras, Obras e Serviços efetuados no mês de agosto/97.

NE	BENS/OBRAS E SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FORNECEDOR
	ESPECIFICAÇÃO			
171 dispensa	Reforço da NE00070, com prestação de serviços de conservação e manutenção de redes e equipamento de iluminação pública, conforme contrato 004/97		25.000,00	CONSTRURA OLIVEIRA MACHADO LTDA
189 inexigível	Reforço da 97NE00003, com aquisição de Vales-transporte agosto/97.		4.000,00	BANCO DE BRASÍLIA S/A
190 convite	Execução de obra de implantação de rotatória no SHIN 06/08, Lago Norte, serv. preliminares remoção de meio-fio, capa asfaltica, remoção de calçadas e entulho, abertura de valas para meio-fio, regularização do terreno, fornecimento de transporte para aterro, pavimentação asfaltica compactação, capa asfaltica com 3,0 concreto betuminoso, passeio aterro compactado mecanicamente, formas em ripas de 5cm, capa de concreto, paisagismo, plantio de grama batatais e palmaceas, limpeza geral da obra, conforme contrato padrão 01/94, orçamento participativo/97.		20.167,00	CONSTRUTORA OLIVEIRA MACHADO LTDA
191 convite	Reforço da 97NE00108, referente a despesa com locação de máquina copiadora marca Minolta mod. 3785, contrato nº01/97.		570,00	TYPE MAQ. E SERVIÇOS LTDA.
193 inexigível	Reforço da 97NE00069, para fazer face a despesa com consumo de energia elétrica na rede de iluminação pública.		56.538,96	CEB
171 dispensa	Reforço da 97NE00070, com prestação de serviços de conservação e manutenção de redes e equip. de iluminação pública, conforme contrato 004/97.		25.000,00	CEB
195 dispensa	Empenho com despesa de conserto no gaveteiro de 03 gavetas da mesa, desta Administração Regional.	32,00	32,00	JOVA DIAS ROSA
196 inexigível	Despesa com reforço a 97NE00018, referente a serviços de portes e telegramas, para esta RA.		804,96	ECT
197 convite	Caixa arquivo em plástico med. 36x25x14cm polycart	1,51	453,00	GEOPRINT INFOR .PAPEIS LTDA
	Etiqueta alto adesiva em for. continuo 18 mil.	57,00	228,00	
198 convite	Papel p/ fax símile med. 216mmx30m fax termocopy	1,69	50,70	GEOPRINT INFOR. E PAPEIS LTDA.
	Papel p/ copia xerografica A4 Chamex 400	3,57	357,00	
	Fita Corretiva p/ maq. de escrever IBM	2,15	32,25	
	Fita p/ maq. de escrever, de polietileno maq. IBM	3,49	69,80	
	Copo plástico descartável p/ café 50 ml - inça.	0,28	42,00	
199 convite	Grampo p/ grampeador 26x6, com 5.000 unidades	0,85	25,50	MULTIPLIK COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA
	Grampo p/ grampeador rapid 9 caixas com 5 unidades	5,30	15,90	
	Grampo trilho 80mm, caixa com 50 jogos	1,97	11,82	
	Fita p/ maquina Filmadora JVC, fita (BASF)	6,30	63,00	
	Extensão de fio 02x14 (2x1,5mm, com 10 metros	23,00	23,00	
	Bateria BM-v22u p/ filmadora JVC-gr ax 900-JVC. .	179,00	179,00	
200 convite	Fita p/ impressora matricial ELGIN modelo EE300	3,95	19,75	MULTIPLIK COMERCIO E REPRESET. LTDA
201 convite	Chips 01 caixa com 100 unidades chaparrau.	0,26	23,14	TECNO PAPER IMP. COMERCIAL REP LTDA
202 convite	Copo descartável para água 300 ml zanaga/niza	1,17	70,20	TECNO PAPER IMP. E COMERCIO REP. LTDA.
204 convite	Classe 14.07, Toner p/ maq. copiadora mita-modelo 3785-katun	38,00	152,00	JFA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA.
205 convite	Classe 18.05, crachá em plást. com prendedor, plastil.	0,35	47,25	TIM COMER. DE PAPEIS LIMP. E MAT EXPED. .
	Classe 20.09, margarida p/ maq. de escrever IBM II.	31,00	310,00	
206 convite	Classe 14.02, corretor liq. a base de água 18ml (ECO)	0,47	14,10	PAPELARIA EDUARDO ATACADO LTDA.
	Cola em emulsão, frasco de 500 gramas marca franca	1,10	44,00	
207 convite	Classe 14.08, pasta susp. tam. oficio , prendedor duplo com encaixe dos dois lados, visor transparente e etiqueta kraft-marca metalclip.	0,26	52,00	PAPELARIA EDUARDO ATACADO LTDA.
208 dispensa	Serviço de confecção e instalação de complemento de alambrado da quadra de esporte da Q.04 da V-Varjão, complemento 39m2, com uso de tubo industrial de chapa 13 e tela galvanizada de 2 fios 12, obs: peças pintadas com tinta anti-ferrugem p/ acabamento.		1.700,00	ARQ ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
209 inexigível	Reforço da 97NE00005, com vistas a despesa com tarifa telefônica desta RA, no corrente exercício.		2.500,00	TELEBRASILIA
210 concorrência	Prestação de serviço de locação de 2 dois caminhões basculante , toco, caçamba com capacidade p/ 6m3, inclinavel, para o operação e manutenção. valor km R$ 0,80; hora parada 7,14; confor. contrato padrão 01/96		15.000,00	MARCOS JOSÉ ALVES PINTO
211 concorrência	Serviço de locação de 1(um) caminhão, inclinavel, para manutenção com carroceria aberta, capacidade de 7 toneladas , com casinha removível para transp. de pessoal ,km R$ 0,77, hora parada R$ 7,00, conforme contrato padrão 01/96.		10.000,00	IPANEMA IMPRESA DE SERVIÇO GERAIS E TRANSPORTE LTDA.
216 inexigível	Despesa com empenho para pagam.de direito autoral, pela utilização musical, por ocasião de show promovido por esta Administração Regional.		154,92	ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARREC. E DIST. E ENCADERNAÇÃO .

217 inexigível	Reforço da 97NE00006, com vistas a despesa com tarifa de consumo de água desta Administração Regional.		2.000,00	CAESB
218 inexigível	Reforço da 97Ne00018, com vistas a despesa com postal desta RA, conforme contrato padrão 237-2 (13/96)		2.000,00	ECT
219 inexigível	Reforço da 97NE00004, com vistas a consumo de energia elétrica desta Administração Regional.		2.000,00	CEB
220 inexigível	Despesa com locação de imóvel sede desta Administração Regional, conforme contrato 105/95.		4.800,00	CONSTRUCEM EMPREE. IMOBILIÁRIOS LTDA
222 inexigível	Despesa com locação de serviço de radio-chamadas, para os esta Administração Regional no mês setembro/97.		104,00	MOBITEL S/A
223 inexigível	Despesa com Vale-Transporte, para servidores desta Administração regional no mês de setembro/97		3.269,66	BRB

A SEÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

EXTRATO DE REGULARIZAÇÃO DE USO

RENOVAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL
BANCA DE JORNAIS E REVISTAS

PROCESSO Nº: 135.000268/97 - OCUPANTE: Antonio Pedro da Silva - OBJETO: Ocupação de imóvel localizado à Entre Quadras ¾ Setor Residencial Leste - Planaltina-DF, destinada à Banca de Jornais e Revistas - DATA DE ASSINATURA: 08 de setembro de 1997 - PRAZO: 60 (sessenta) meses, a partir da assinatura do Termo Especial de Regularização, a Título Precário, de Permissão de Uso .
PROCESSO Nº: 135.000264/97 - OCUPANTE: Maria Helena Silva - OBJETO: Ocupação de imóvel localizado na Praça Pe. Antônio Marcigáglia - Planaltina-DF, destinada à Banca de Jornais e Revistas - DATA DE ASSINATURA: 08 de setembro de 1997 - PRAZO: 60 (sessenta) meses, a partir da assinatura do Termo Especial de Regularização, a Título Precário, da Permissão de Uso.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/97

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Obras de Drenagem de Águas Pluviais, Pavimentação e Urbanização de Praças na Expansão de Samambaia.
ABERTURA: 13 de outubro de 1997.
HORÁRIO: 10 horas
LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Administração Regional de Samambaia, Telefone: 358 3838 Ramal: 202

Samambaia-DF, 11 de setembro de 1997
VALDEMAR ALVES DE MIRANDA
Diretor de Divisão de Administração Geral

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 12/97

A Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional de Santa Maria, torna público para o conhecimento dos interessados o resultado de Julgamento de Documentação e Propostas de Preço, referente ao convite n.º 012/97, objetivando a Contratação de Serviços de Sonorização, constante do processo n.º 143.000.584/97. A Comissão resolve: HABILITAR as seguintes empresas e Pessoas Físicas: 01- José Hernany Gomes, 02 - Wilson Lopes de Lima, 03 - BGR Sonorização Ltda, por apresentarem toda documentação em conformidade com o Edital e CLASSIFICAR as Propostas de Preços das seguintes empresas e pessoas físicas: 01 - José Hernany Gomes; 02 - Wilson Lopes de Lima; 03 - BGR Sonorização Ltda por apresentarem as Propostas de Preço em conformidade com o Edital.E, ADJUDICAR os serviços para a pessoa física, 02 - Wilson Lopes de Lima por apresentar a Proposta de Preço mais vantajosa para a Administração Regional.

ANA LUIZA CARVALHO
Presidente Substituta da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/97
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 2/96

PROCESSO Nº 144.000.436/97. Partes DF/ARSS x CEB - CIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. **Objeto**: Prestação de Serviços de instalação de iluminação pública do Trevo de acesso a cidade de São Sebastião, DF-135 e a Via de acesso a cidade de São Sebastião, a partir do Km-03, indo no sentido do Trevo de acesso, consoante a Justificativa de Dispensa de Licitação de fls 05 e a proposta de fls. 02 a 03, que passam a integrar o presente Termo. **PRAZO**: até 01.03.98. **Valor:** O valor deste contrato é de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), recurso esse procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: PROGRAMA DE TRABALHO:** 10.060.0327.1227.0009, **FONTE DE RECURSOS:** 004. **Código Unidade Orçamentária**: 11116. **NATUREZA. DA DESPESA :** 4.5.90.51. Nota de Empenho nº 145/ 97, emitida sob evento nº 400091, em 15.08.97. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** .Art. 24, inciso VIII, Lei 8.666/93 **VIGÊNCIA:** O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DATA DA ASSINATURA:** 15.08.97. **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal, **MARCELO BRAGA VIEIRA JUNIOR,** na qualidade de Administrador de São Sebastião, pela contratada, **JOSÉ CARLOS VIDAL,** na qualidade de Diretor Presidente e **NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA,** na qualidade de Diretor de Distribuição.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO
AO CONTRATO Nº 24/97
-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-

PROCESSO Nº 030.003.558/97 - PARTES: **DF/SEA** X **ALFA SISTEMAS CONTRA INCÊNDIO LTDA.** OBJETO: O presente Termo tem por objeto RE-RATIFICAR a Cláusula Oitava do Contrato nº 24/97. **CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RETIFICAÇÃO**: da Cláusula Oitava - Do Prazo: "O contrato terá vigência até 31/12/97, podendo ser prorrogado de conformidade com o art. 57, inciso II da Lei 8.666/93". **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:** O presente termo de Re-Ratificação entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO -** Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato em referência. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso V, c/c art. 26 da Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 18.08.97. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: TORQUATO FERNANDO LIMA, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: PEDRO FRANCISCO DA SILVA NETO, na qualidade de Diretor.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 20/97

Objeto: Aquisição de material para expediente e ensino.
Proc./Inter.: 030.006.721/97 - Secretaria de Administração
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração, comunica aos interessados que após análise da licitação em epígrafe, promoveu o seguinte resultado de julgamento:
1 - Prejudicar o item 05, por não ter obtido cotação;
2 - Prejudicar o item 03, porque o valor cotado, está maior que o estimado;
3 - Propor a adjudicação e homologação para as seguintes empresas:
JAWA - MÁQ. E EQUIP. PARA ESC. LTDA. - item 01;
BEMA COMERCIAL LTDA. - itens 02 e 04.

Brasília, 11 de setembro de 1.997.
LEOLINO CEZAR DE A. CAMPOS
Presidente da Comissão de Licitação

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 116, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CARREIRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 003, de 02-01-97, publicado no DODF nº 02, de 03-01-97 e no Processo nº 00031.000268/97, reconvoca os candidatos da especialidade: Operador de Máquinas - opção 03 abaixo relacionados, para participarem da Prova Prática a realizar-se conforme discriminação a seguir:
LOCAL: Prefeitura do Campus Universitário Darci Ribeiro - Universidade de Brasília UnB - Asa Norte - Brasília DF
DATA: 04-10-97

TURMA	HORÁRIO	Nº DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS
06	08h	00136-8, 01495-8, 01547-4, 01980-1, 02751-1, 03216-6, 03243-3, 06239-1, 06765-2, 06941-8 e 07395-4

1 - Os candidatos serão submetidos ao teste em trator com implemento: Roçadeira - Modelo: MASSEY FERGUSSON 272.
2 - O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova 45 (quarenta e cinco) minutos antes do horário estabelecido para o início da mesma munido do cartão de inscrição, de um documento oficial de identidade contendo fotografia e assinatura.
2.1 - Em caso de perda ou extravio do documento oficial de identidade, o candidato deverá registrar a ocorrência em órgão policial e apresentar, no dia da Prova, o respectivo comprovante.
2.2 - Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova munidos de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D", sob pena de não realizar a prova e de serem, conseqüentemente, eliminados do concurso.
2.3 - Não se admitirá o ingresso de candidato ao local de realização da prova após a hora fixada para o início da mesma.
2.4 - Não haverá segunda chamada para esta Prova.
2.5 - O não-comparecimento do candidato à Prova acarretará a sua eliminação do concurso.

ADEMAR KYOTOSHI SATO

EDITAL Nº 117, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CARREIRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº002 de 02-01-97, publicado no DODF nº02, de 03-01-97, torna público o Resultado Final do Concurso Público para o Cargo de Analista de Administração Pública da Carreira Administração Pública do Quadro de Pessoal do Distrito Federal (inscrição, nome, média e classificação):

OPÇÃO 01 // ADMINISTRADOR

00016-7 PAULO CESAR SOARES DE ARAUJO 83.50 1º; 01225-4 STELA ROCHA DE MENEZES 72.00 2º; 00092-2 NEUMA MARIA DAS CHAGAS NOQUELI CASARI 71.50 3º; 01346-3 EURICO GASPAR BATISTA FILHO 70.00 4º; 00295-0 PAULO GUSTAVO DE ARAUJO PAIVA 69.00 5º; 01206-8 GABRIELA FERRAZ DOS SANTOS 67.50 6º; 00135-0 GEOVANA CRISTINE SAMPAIO RODRIGUES 66.50 7º; 00149-0 EDILSON EUFRAZIO SOBRINHO 65.00 8º; 01461-3 KATIA EDWIGES DE SOUZA ALMEIDA 64.50 9º; 01002-2 MARED FARIAS DE LIMA E SILVA HOERHAN 62.00 10º; 00335-2 CLAUDIA MARIA RIBEIRO VIDAL 60.00 11º; 00323-9 ANDREA BARROS FREITAS 60.00 12º; 00611-4 PATRICIA FLAVIO DIAS BARBOSA 60.00 13º; 00064-7 LUCIANA CRISTINA AGUIAR DE CARVALHO 60.00 14º; 00601-7 ROSEMEIRE PEREIRA BONFIM 60.00 15º; 00198-8 MARCIA LUCENA FREIRE DE SOUZA 60.00 16º; 00654-8 DANIELE CRISTINA DE FIGUEREDO LEITE 60.00 17º; 00207-1 FRANCESCO LETTIERI 60.00 18º.

OPÇÃO 02 // AGRIMENSOR

00766-8 FABRICIO MATOS BENJAMIM LEAL 74.50 1º.

OPÇÃO 03 // ANALISTA DE SISTEMAS

01078-2 MARCUS ROGERS CAVALCANTE ANDRADE 74.50 1º; 00707-2 CLAUDIA BORGES DE ALMEIDA FRANCA 67.50 2º; 00953-9 ALDEVANE CYPRIANO DO NASCIMENTO 66.00 3º; 01077-4 NEFERTITI FIALHO DA COSTA 65.75 4º; 00659-9 FABRICIO MAGELA VIEIRA LACERDA 65.50 5º; 00624-6 ALEXANDER ALVARENGA DE MELO 65.50 6º; 00643-2 CRISTIANE SOARES RAMOS 63.00 7º; 00326-3 NEUVA VIEIRA DA SILVA SERRAO 62.50 8º; 00156-2 CHARLES PEREIRA DA SILVA 61.25 9º; 00128-7 ALDO HATABE 60.00 10º; 00340-9 MARIZETE DIAS RODRIGUES 60.00 11º.

OPÇÃO 04 // ARQUITETO

00437-5 TATIANA CELLIERT OGLIARI 82.00 1º; 01476-1 ROBERTO LECOMTE DE MELLO 81.50 2º; 00630-1 JOSE AUGUSTO ESTEVES AMARAL 79.00 3º; 00987-3 ANTONIO CARLOS TEODORO CARVALHO 79.00 4º; 00568-1 ANDREA MENDONCA DE MOURA 78.50 5º; 00244-5 BEATRICE ARRUDA ELLER GONZAGA 77.50 6º; 00037-0 KARINA FELIX RAMOS 76.00 7º; 00147-3 IRENE BAZACAS CORREA 76.00 8º; 00444-8 ARA RUBIA APARECIDA FERNANDES 75.50 9º; 00703-0 ANDRE MARTINS DE SOUZA 75.50 10º; 01159-2 MARIA DEL CONSUELO LEMOS 75.50 11º; 00457-0 ALESSANDRO CELSO DOS SANTOS SILVA 75.00 12º; 00148-1 DENISE MARIA AZEVEDO MARTINS LISBOA 74.50 13º; 00152-0 ROSANGELA DINIZ NOBLAT 74.00 14º; 00733-1 LUIZ FELIPE LAURIA 74.00 15º; 00346-8 MARIA MARTA SILVEIRA COELHO 73.50 16º; 00034-5 ANAMARIA DE ARAGAO COSTA MARTINS 73.50 17º; 00275-5 ELIANA FERREIRA BERMUDEZ 73.00 18º; 00458-8 MARA SOUTO MARQUEZ 72.50 19º; 00661-1 EDUARDO OLIVEIRA SOARES 72.50 20º; 00871-1 FABIO LISBOA SALDANHA 72.00 21º; 00609-2 ANA PAULA SILVA SIMOES 71.00 22º; 00274-7 IZABEL MIRANDA PEREIRA OLIVEIRA 70.00 23º; 00252-6 ROMULO ANDRADE DE OLIVEIRA 69.50 24º; 00716-1 HELENA FERREIRA NORONHA 69.50 25º; 00916-4 ROBERTO GONCALVES DE ARAUJO 69.00 26º; 00293-3 ANA CARLA DE ANDRADE MATOS 68.00 27º; 00872-9 MARIA ROSANGELA CAVALCANTI BARROSO 68.00 28º; 00646-7 RICARDO MARCEL MANSANO ANDRE 67.50 29º; 00245-3 SANDRA MERCIA FERREIRA HENRIQUES DE SOUZA 67.00 30º; 00655-6 SERGIO AUGUSTO ZILINSCKI 67.00 31º; 00371-9 MARISTELA PEREIRA DA SILVA 67.00 32º; 00755-2 MARIA ALICE MACIEL FIGUEIREDO 66.50 33º; 00070-1 ROSELIS PERRUPATO 66.00 34º; 00068-0 TANIA LIMA TORRES DA SILVA 65.50 35º; 01129-1 MARCIO CARVALHO OLIVEIRA 65.00 36º; 01156-8 CATIA PIORNO BALTORE 64.50 37º; 01039-1 GERSON CLOVIS MALTY 64.50 38º; 01044-8 BEATRIZ HELENA RAMOS PUPE 64.50 39º; 00763-3 FRANCISCO DE ALMEIDA FILHO 64.00 40º; 00144-9 VERONICA VAREJAO FREIRE 63.00 41º; 00882-6 CASSIO AVIANI RIBEIRO 62.50 42º; 00443-0 VALERIA ARRUDA DE CASTRO CAMELLO 62.00 43º; 00303-4 CRISTIANO DE SOUSA NASCIMENTO 62.00 44º; 01096-1 RONALD BELO FERREIRA 62.00 45º; 00847-8 WILMA FERREIRA DA FONSECA 62.00 46º; 00343-3 ROSI BREUSTEDT 62.00 47º; 00983-1 ELIANE MARAVALHAS 62.00 48º; 00296-8 MELANIA LUZETE MONTEIRO 61.00 49º; 01323-4 ANDRE FOLGANES FRANCO 61.00 50º; 00181-3 GABY GALVAO SILVEIRA MELLO 61.00 51º; 00217-8 MARCLIVANA ROLLA MARTINS PINTO 61.00 52º; 01418-4 JARBAS DUTRA GARCIA 61.00 53º; 00876-1 BEATRIZ ABIB DE FALCO MARINELLI 60.50 54º.

OPÇÃO 05 // ASSISTENTE SOCIAL

00230-5 EDYANE GOMES COELHO 89.00 1º; 00062-1 MAGDA MIRIAN SANCHES 85.00 2º; 00106-6 CLARA MARIA COSME CARDOSO 77.00 3º; 00294-1 REGINA MARINHO DE LOIOLA 76.00 4º; 01193-2 SILVIA SOARES LIMA 76.00 5º; 00167-8 SIENIA VAZ DA COSTA 74.00 6º; 00581-9 ANNA KARENINA FARAY MELO 72.50 7º; 00281-0 ALISSANDRA ALVES RODRIGUES 72.50 8º; 00684-0 DENISE MOREIRA DE ANDRADE 71.50 9º; 01006-5 KARINA APARECIDA FIGUEIREDO 71.50 10º; 00022-1 ROSELI DE SOUSA 71.00 11º; 01458-3 ISABELA RIBEIRO LESSA DA SILVA 70.50 12º; 00531-2 LUIZA ALESSANDRA PESSOA 69.50 13º; 01190-8 ALBA LUCINIA DE OLIVEIRA CAMPOS 69.00 14º; 00101-5 MARCIA ROBERTA VIEIRA MATOS 69.00 15º; 01328-5 LUCIMAR ALVES MARTINS 69.00 16º; 01299-8 DANIELA DE OLIVEIRA DRUMOND 67.00 17º; 01041-3 MARIA LUCIA DA SILVEIRA GIAVONI 66.50 18º; 01301-3 DENISE SIQUEIRA CHAVES 66.00 19º; 00782-0 WALQUIRIA ALVES GOMES 64.50 20º; 01381-1 GENAY RORATO DE OLIVEIRA 64.50 21º; 00580-1 MARCIA MARIA BORBA LINS DA SILVA 64.00 22º; 00055-8 VANESSA ALMEIDA ARAUJO 64.00 23º; 00735-8 SILVIA CARDOSO DE LIMA 63.50 24º; 00069-8 KAROLINA PEREIRA DE SOUSA RAFAEL NUNES 63.00 25º; 00118-0 MARIA DO PERPETUO SOCORRO SOARES DOURADO SEABRA 62.50 26º; 00175-9 MARIA LOURDES DA SILVA 62.50 27º; 01358-7 ROSANE AMANTEA DE OLIVEIRA 62.00 28º; 01403-6 ELVIRA ALVES DE OLIVEIRA 62.00 29º.

OPÇÃO 06 // BIBLIOTECÁRIO

01012-0 MARIA DE FATIMA CASTRO BAYMA 83.50 1º; 00974-1 FABIANA GOMES DE AZEVEDO 76.50 2º; 00173-2 DARLAN LEMOS DA SILVA 76.50 3º; 00720-0 VERA JANE REGIS PIRES 75.38 4º; 00949-1 LUCIANA LOPES HUMIG 73.63 5º; 00273-9 CASSEMIRO SILVA DE SOUZA 73.25 6º; 00806-1 SHIRLEY LOPES DOS SANTOS 72.25 7º; 00202-0 ANA MARIA PEDRINHA GEORGII 72.00 8º; 01080-4 FABIOLA NAZARETH LAVINAS PESSOA 71.75 9º; 00997-1 LIDIA MARIA CAVALCANTE DA PONTE 71.25 10º; 00035-3 DULCINEIDE CAMARGO SANTOS 70.63 11º; 00951-2 CATHERINE BRAGA MONTEIRO 70.38 12º; 01086-3 MARIA LAURA DO COUTO 69.88 13º; 00537-1 SILVIA REGINA DOS SANTOS COELHO 69.63 14º; 01126-6 NEIDE CRISTINA NUNES DE SOUZA 69.50 15º; 00172-4 WESLANE CRISTINA VASCONCELLOS GOMES 69.00 16º; 01288-2 LUCIA ELANDE DA SILVA DOS SANTOS 68.88 17º; 01081-2 ROSIMERE DE CARVALHO SOUZA 68.50 18º; 01258-1 ANA PATRICIA GUIMARAES FERREIRA 68.25 19º; 00403-1 MARIA ALICE GOMES DE LIMA 68.00 20º; 00554-1 ALESSANDRA LESSA MATOS 67.88 21º; 01142-8 ATILA VINICIUS DE CARVALHO PESSOA 67.63 22º; 01311-1 JULIANA ALVES PIMENTA 67.13 23º; 00429-4 ANA MARLY DE MELO RODRIGUES 65.50 24º; 00984-9 SILVANA MASCARENHAS DIAS PETTINATE 65.00 25º; 01150-9 MARGARIDA HELENA ROSA 64.25 26º; 00973-3 CRISTINA SOUZA DE ALMEIDA 64.13 27º; 00555-0 OTAVIO ALEXANDRE JEREMIAS DE OLIVEIRA 63.00 28º; 01365-0 CATIA SILENE DE PAULA 62.38 29º; 00980-6 MAGDA LUCIA MARTINS DE GODOI 62.13 30º.

OPÇÃO 07 // CONTADOR

00090-6 FERNANDO SAMPAIO BEZERRA 72.25 1º; 00790-1 JOAQUIM LOPES RORIZ 66.50 2º; 00535-5 JAIME DE MELO ALVARES 65.75 3º; 01013-8 SERGIO ANDRE ALVES DA SILVA 62.50 4º.

OPÇÃO 08 // ENGENHEIRO AGRÔNOMO

00151-1 ERNANI DO ESPIRITO SANTO 90.00 1º; 00808-7 JULNAR DE SOUZA CARVALHO ANDRADE 86.00 2º; 00094-9 JEAN MARK FONSECA 85.00 3º; 00620-3 JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL 85.00 4º; 01303-0 MARCONI MOREIRA BORGES 83.00 5º; 00043-4 LUCIO DE QUEIROZ PASSOS 83.00 6º; 00006-0 ROGERIO ALENCAR PEREIRA DE SOUSA 81.00 7º; 0096C-1 GUSTAVO HENRIQUE MARQUIM FIRMO DE ARAUJO 80.00 8º; 00395-6 NELSON GUEDES DE MOURA FILHO 77.00 9º; 00610-6 ADEMAR ALVES PEREIRA JUNIOR 70.00 10º; 00472-3 CARLOS RODRIGUES BORGES NETO 69.00 11º; 00688-2 MARCELINO CHAMPAGNAT BOAVENTURA 66.50 12º; 01161-4 RICARDO DE MENDONCA FONSECA 66.00 13º; 01088-0 MARCIO NERES DOS SANTOS 64.50 14º; 00827-3 SEBASTIAO ASSIS FERNANDES 63.00 15º; 00493-6 MARISA PEREIRA DE FARIA 60.00 16º; 01290-4 VALERIO DE CARVALHO DOS ANJOS 60.00 17º.

OPÇÃO 09 // ENGENHEIRO CIVIL

00013-2 ANDRE JABUR KYRILLOS 72.65 1º; 00215-1 CESAR OLIVEIRA MARTINS 70.30 2º; 01186-0 MAURO ROBERTO DE SOUZA LACERDA 68.10 3º; 01261-1 ANA GABRIELA SARAIVA DE AQUINO LIMA 66.00 4º; 01220-3 ALDRIN SANTANA DE ANDRADE 64.65 5º; 01411-7 HAROLDO DA SILVA PARANHOS 64.50 6º.

OPÇÃO 10 // ENGENHEIRO ELETRICISTA

00089-2 JOAO BATISTA PEREIRA 85.50 1º; 01053-7 MARIA ELESSANDRA VILLARINHO 66.00 2º; 00741-2 NELSON ROBERTO OLIVEIRA MIRANDA 65.00 3º; 00538-0 SERGIO ALMEIDA LOPES 62.00 4º.

OPÇÃO 11 // ESTATÍSTICO

00381-6 MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA 76.50 1º; 00929-6 ANTONIO AUGUSTO JORGE DINO 68.00 2º.

OPÇÃO 12 // GEÓGRAFO

00121-0 KELLY MARIA RESENDE BORGES 72.50 1º; 01300-5 MARCONE MARTINS SOUTO 70.50 2º; 00189-9 FABIO ALMEIDA DA SILVA 69.50 3º; 00893-1 MARCIO SELTZ 68.50 4º; 00657-2 GABRIEL DE PAULA MENDES FILHO 66.00 5º; 00903-2 JOSE PASCAL RIOS DE MORENO 66.00 6º; 00289-5 ANA CLAUDIA SANTOS MARQUES 64.00 7º; 00476-6 REGINA DE SOUZA MANICOBA 63.50 8º; 00489-8 SILVIA CLEIA RODRIGUES 62.00 9º; 00970-9 JUVAIR FERNANDES DE FREITAS 62.00 10º; 01360-9 MARLY SANTOS DA SILVA 62.00 11º; 00113-9 DUILIO RIBEIRO TUNES 60.00 12º.

OPÇÃO 13 // SOCIÓLOGO

00680-7 MARGARETH RIBEIRO MOURA 87.65 1º; 00495-2 PAULA REGINA GOMES 86.00 2º; 00885-1 GLAUCO CEZAR DE SOUZA FERREIRA 80.90 3º; 00816-8 HELIO FERNANDO LOBO NOGUEIRA DA GAMA 77.30 4º.

Homologo,
Em 10 de setembro de 1997
TORQUATO FERNANDO LIMA
Secretário de Administração

ADEMAR KYOTOSHI SATO

EDITAL Nº 118, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE INSPETOR DE OBRAS DA CARREIRA FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 001, de 02-01-97, publicado no DODF nº 02, de 03-01-97, torna público o Resultado Final do Concurso Público para o ingresso no Cargo de Inspetor de Obras da Carreira Fiscalização e Inspeção do Quadro de Pessoal do Distrito Federal (inscrição, nome, média e classificação):

00127-9 PATRICIA MELASSO GARCIA HERNANDES 91.00 1º; 00047-7 DENISE MARIA AZEVEDO MARTINS LISBOA 90.00 2º; 00289-5 ROBERTO GONCALVES DE ARAUJO 90.00 3º; 00437-5 ARLENIO DE OLIVEIRA MINEU 90.00 4º; 00226-7 SELENA ZAMPRONHA MORAES 88.25 5º; 00028-1 CRISTIANA MENDES GARCIA 88.00 6º; 00170-8 SIMONE MARIA MEDEIROS COSTA 87.00 7º; 00048-5 SANDRO ROBERTO DE FARIAS 86.75 8º; 00370-1 CATIA PIORNO BALTORE 86.75 9º; 00270-4 SANDRA PEREZ DE SA PONTES 85.00 10º; 00203-8 HERCULES BATISTA AIRES 84.75 11º; 00253-4 ARQUIMEDES DE SIRACUSA DOS SANTOS 84.75 12º; 00237-2 DARIO JOSE CAMPOS CARDOSO 84.25 13º; 00023-0 ROSELIS PERRUPATO 84.00 14º; 00353-1 CLAUDENOR BARROS LOPES 83.75 15º; 00031-1 CLAUDIO DE SA FERREIRA 83.25 16º; 00394-8 FRED CRAWFORD PRADO 82.75 17º; 00305-1 ANTONIO CARLOS TEODORO CARVALHO 82.75 18º; 00009-4 ANAMARIA DE ARAGAO COSTA MARTINS 82.50 19º; 00076-1 ROMULO ANDRADE DE OLIVEIRA 82.25 20º; 00064-7 CESAR OLIVEIRA MARTINS 82.25 21º; 00013-2 JOSE AUGUSTO ESTEVES AMARAL 82.00 22º; 00077-9 ADONIRO ULISSES MACHADO DE SA 82.00 23º; 00086-8 ELIANA FERREIRA BERMUDEZ 82.00 24º; 00357-3 EDUARDO HENN BERNARDI 81.50 25º; 00060-4 ALAN DE OLIVEIRA LOPES 81.25 26º; 00183-0 ANDREA MENDONCA DE MOURA 81.00 27º; 00093-1 EMERSON MOREIRA BORGES 81.00 28º; 00072-8 SANDRA MERCIA FERREIRA HENRIQUES DE SOUZA 81.00 29º; 00186-4 CELIA CARLA CARDOSO 80.75 30º; 00096-5 PEDRO DE SOUSA OLIVEIRA JUNIOR 80.50 31º; 00399-9 TEREZA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA 80.25 32º; 00261-5 FABIO HEIDRICH DE OLIVEIRA 80.25 33º; 00190-2 FELIPE NEVES SOARES 80.25 34º; 00392-1 KAZUMI KURODA SETTE SILVA 80.00 35º; 00444-8 WALDO GOMES PEDROSA 80.00 36º; 00071-0 BEATRICE ARRUDA ELLER GONZAGA 80.00 37º; 00303-4 ELIANE MARAVALHAS 80.00 38º; 00252-6 ABNER LIMA DE OLIVEIRA 80.00 39º; 00104-0 MARIA MARTA SILVEIRA COELHO 79.50 40º; 00224-1 LUIZ FELIPE LAURIA 79.25 41º; 00020-5 ANA CLAUDIA TEIXEIRA PIRES 79.00 42º; 00292-5 MARCO AURELIO SOUZA BESSA 79.00 43º; 00024-8 MARCIO CARVALHO OLIVEIRA 79.00 44º; 00477-4 RUBENS DO AMARAL 78.75 45º; 00245-3 HAROLDO DA SILVA PARANHOS 78.50 46º; 00295-0 JOSE RICARDO CUNHA FERREIRA 78.50 47º; 00037-0 PAULO MARCELO BANDEIRA DF MELLO 78.50 48º; 00151-1 CLELIA MARIA DE AZEVEDO CALDERON 78.50 49º; 00291-7 MONICA FERNANDES BURKHARDT 78.25 50º; 00118-0 SERGIO SOARES PEDREIRA 78.00 51º; 00390-5 VERA LUCIA GOMES DA SILVA 78.00 52º; 00373-5 ALLIED GONCALVES TONIN 77.75 53º; 00320-4 GERSON CLOVIS MALTY 77.25 54º; 00468-5 BRAZ JOSE DA SILVA 77.25 55º; 00382-4 MAURO ROBERTO DE SOUZA LACERDA 77.25 56º; 00204-6 RICARDO MARCEL MANSANO ANDRE 76.75 57º; 00214-3 RONILDO DIVINO DE MENEZES 76.50 58º; 00005-1 ANDRE JABUR KYRILLOS 76.50 59º; 00455-3 FRINEA NASCIMENTO REBELO 76.25 60º; 00026-4 TATIANA CELLIERT OGLIARI 76.25 61º; 00057-4 SUSANA PASCHOALI 75.75 62º; 00243-7 HELIANA MARIA MACHADO DA COSTA 75.75 63º; 00090-6 ANA CARLA DE ANDRADE MATOS 75.75 64º; 00105-8 HUGO PIERRE LAPA 75.50 65º; 00075-2 ANDERSON RENATO DE CASTRO OVELAR 75.50 66º; 00330-1 CLAUDIO PONTES JUNQUEIRA 75.25 67º; 00030-2 LEONARDO PINTO DE OLIVEIRA 74.75 68º; 00155-4 RICARDO AUGUSTO RAMOS 74.75 69º; 00050-7 ROGERIO MAGALHAES DE OLIVEIRA 74.50 70º; 00128-7 RENAN NEVES DE SA 74.50 71º; 00414-6 MARUSKA LIMA DE SOUSA HOLANDA 74.50 72º; 00007-8 MARCELO TAKAHASHI DOS SANTOS 74.50 73º; 00112-1 ALEXANDRE HONORIO CAYRES 74.50 74º; 00079-5 MIGUEL ARAUJO FERRAZ 74.25 75º; 00044-2 VERONICA VAREJAO FREIRE 74.25 76º; 00100-7 VICENTE TADEU BARBOZA GAMA 73.75 77º; 00091-4 MELANIA LUZETE MONTEIRO 73.75 78º; 00053-1 SEVERINO REZENDE AIDAR 73.75 79º; 00271-2 JONAS MAURICIO LOPES 73.50 80º; 00035-3 NICIA VIANNA GOES 73.00 81º; (*) 00229-1 NEIMA SOARES PIRES BEZERRA 72.75 82º; 00150-3 GALILEU BATISTA 72.75 83º; 00331-0 MARCO ANTONIO FERREIRA DE SANTANA 72.50 84º; 00462-6 ADRIANA VILLELA DE SOUZA ARAUJO 72.50 85º; 00041-8 MAX VALERIO RODRIGUES BARBOSA 72.50 86º; 00218-6 ROSA INEZ BARBOSA 72.50 87º; 00011-6 MARCELLO SAYEGH 72.00 88º; 00355-7 ANDRE TORRES CORDEIRO 72.00 89º; 00341-7 ALDRIN SANTANA DE ANDRADE 72.00 90º; 00022-1 TANIA LIMA TORRES DA SILVA 72.00 91º; 00386-7 JULIO CESAR MARTINS DE BESSA 72.00 92º; 00368-9 MARCELO MORENO PARO 71.75 93º; 00148-1 ROSANGELA MOURAO ALVES 71.50 94º; 00297-6 ANDRE DE SOUZA OLIVEIRA 71.50 95º; 00209-7 LUCIANA DE SOUZA CARVALHO 71.25 96º; 00307-7 HEIDER FERNANDES FILHO 71.25 97º; 00049-3 GABY GALVAO SILVEIRA MELLO 71.00 98º; 00354-9 AUSTERLITZ BRINGEL ERSE 71.00 99º; 00197-0 AUGUSTA AIKO UMEDA 71.00 100º; 00222-4 HELENA FERREIRA NORONHA 71.00 101º; 00481-2 ARISTIDES COELHO NETO 70.50 102º; 00460-0 LENILDO SANTOS DA SILVA 70.00 103º; 00167-8 ELIZABETE MARIA GASPAROTTO DE OLIVEIRA 69.75 104º; 00239-9 EDSON COSTA 69.75 105º; 00242-9 JOSE CARLOS FERRAZ ALVES DOS SANTOS 69.50 106º; 00429-4 PATRICIA FLORIANO PEDROSA 69.50 107º; 00227-5 FRANCISCO LUIZ SILVA FILHO 69.50 108º; 00258-5 FALB DA SILVA CRISTINO 69.25 109º; 00003-5 GABRIELA IZAR DOS SANTOS 69.25 110º; (*) 00471-5 SILVIA CRISTINA SARDINHA MAIA 69.00 111º; 00361-1 ISLEAMER ABDEL KADER DOS SANTOS 69.00 112º; 00063-9 SERGIO COELHO TOLENTINO 68.75 113º; 00441-3 LELIA DE ALMADA HORTA MADSEN 68.50 114º; 00008-6 WILMA FERREIRA DA FONSECA 68.25 115º; 00290-9 LELIO MENDES SANTANA JUNIOR 68.25 116º; 00193-7 ALEXANDRE MARQUES LESSA DE LIMA 68.25 117º; 00450-2 ELY LATORRACA DO CARMO 68.25 118º; 00359-0 RITA DE CASSIA RESENDE PEREIRA 68.25 119º; 00363-8 ZELI DUBINEVICS 67.25 120º; 00056-6 MARCIO OLIVEIRA LEITE 66.75 121º; 00018-3 FERNANDA SAMPAIO WEBSTER RACHID 66.25 122º; 00120-1 MARISTELA PEREIRA DA SILVA 66.00 123º; 00102-3 JOSE ADRIANO MARCELINO MARIZ 65.50 124º; 00012-4 KARINA FELIX RAMOS 65.25 125º; 00269-1 LUIS GUSTAVO FERREIRA 64.75 126º; 00113-9 ANTONIO CARLOS RIBEIRO SILVA 64.50 127º; 00459-6 MARIO CESAR FAUSTINO HONORIO 64.00 128º; 00101-5 PAULO HENRIQUE MONTEIRO DAROZ 63.50 129º; 00235-6 LUCIANO FARIA VICARI 63.50 130º; 00285-2 SANDRO JARDIM DE OLIVEIRA 62.50 131º; 00449-9 JOSE ROBERTO FARSETTE 62.00 132º; 00312-3 ALESSANDRA GUIMARAES DE OLIVEIRA SANTOS 61.00 133º; 00198-8 HERLO BATISTA DE VASCONCELOS 61.00 134º.

Obs.: (*) = Ação Ordinária nº 30.530/97, aguardando julgamento de mérito.

Candidato portador de deficiência

00318-2 SAVIO DE LIMA IVO 66.25 1º.

ADEMAR KYOTOSHI SATO

Homologo,
Em 10 de setembro de 1997
TORQUATO FERNANDO LIMA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA

EDITAL Nº 9-DRB/DAT/SUREC/SEFP, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, incisos IV e 21, da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994 e artigo 33, inciso II, do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, após declarada a REVELIA nos termos do artigo 32, inciso I, do mencionado Decreto, INTIMA o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) a comparecer(em) a esta Divisão, sita no SBN-Quadra 2-Bloco k-1º andar-Sala 05, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente EDITAL, a fim de comprovar(em) o cumprimento das exigências descritas no(s) Auto(s) de Infração, abaixo relacionado(s), sob pena de inscrição do débito em DÍVIDA ATIVA e da conseqüente cobrança judicial:

Nº	PROCESSO	CONTRIBUINTE	Nº AIA
01	040.002053/97	Admiral Telefone Celular Ltda	216/97
02	040.001087/96	Arabeske Restaurante Ltda	94/97
03	040.000552/97	Araújo & Albuquerque Ltda	38/97
04	040.001986/97	Casa de Carnes 107 Sul Ltda	84/97
05	040.000222/97	Coop. dos Trabalhadores em Comércio Ambulante do DF Ltda	06/97
06	040.015210/96	COPS - Com. Rep. de Veículos e Equip. Eletro Eletrônicos Ltda	2208/96
07	040.000909/97	Kasa & Cor Utilidades do Lar Ltda	43/97
08	040.002488/96	Magazine e Confecções Dorca Ltda	164/96
09	040.010061/96	Modas Gaps Confecções de Roupas Ltda	1083/96
10	040.010059/96	Vitrine Modas Ltda	1084/96

DANILO ALVES

BANCO DE BRASÍLIA S.A

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: ISC BRASIL INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Direito real de uso e manutenção técnica para programas produtos de computador. Contrato: DIRAD/DESEG 97/011. Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 11.09.97. Valor: R$ 31.200,00 (trinta e um mil de duzentos reais). Licitação: Inexigível com base no caput do art. 25 da Lei 8666/93. Processo: 087/97.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O BRB Banco de Brasília S.A., para a manutenção de equipamentos de informática com a empresa NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S.A., de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666/93, torna público que a Chefe do Departamento de Administração de Material, Patrimônio e Serviços Gerais, Sra. Maria Helena Cortez Marcomini ratificou o ato de dispensa de licitação em 09.09.97. Processo nº 395/97.

MARIA HELENA CORTEZ MARCOMINI

AVISOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O BRB Banco de Brasília S.A., para a participação no curso de"Pós-Graduação em Direito Econômico e das Empresas", oferecido pelo Institute for International Research , de acordo com o inciso II, artigo 25, combinado com o artigo 13, da Lei 8.666/93, torna público que o Diretor Administrativo, Sr.José Ibaldi Mendes, ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 05.09.97. Processo nº 386/97

O BRB - Banco de Brasília S.A., para a participação no curso "MBA Recursos Humanos" , oferecido pelo Banco do Brasil S/A, de acordo com o Caput do Art.25, da Lei 8666/93, torna público que o Diretor Administrativo, Sr. José Ibaldi Mendes, ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 05.09.97. Processo no.387/97.

O BRB - Banco de Brasília S.A, para a participação no curso "Conferência Crédito ao Consumidor 97/98 e Workshop Credit Game", oferecido pelo Institute for International Research, de acordo com o inciso II, artigo 25, combinado com o artigo 13, da Lei 8.666/93, torna público que o Diretor Administrativo, Sr. José Ibaldi Mendes, ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 28.08.97. Processo no. 382/97.

JOSÉ IBALDI MENDES

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 97/37

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o Edital de Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 97/037 - Data de abertura: 30.09.97, às 09 horas - Objeto: contratação de empresa para prestação dos serviços de locação de sistemas de alarme eletrônico destinados às Agências do BRB localizadas em Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ. Locais de obtenção do Edital: SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, sobreloja da Agência Central, Brasília/DF; Agência Belo Horizonte, Rua Goitacases, nº 55, Centro, Belo Horizonte/MG; Agência São Paulo, Rua José Bonifácio, nº 186/192, Sé, Centro, São Paulo/SP; e Agência Rio de Janeiro/RJ, Rua da Quitanda, , nº 52-A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no horário de 10 às 16 horas, mediante recolhimento prévio de R$ 3,00 (três reais), em qualquer agência do BRB, na conta 027-999.011-1.

TOMADA DE PREÇOS Nº 97/40

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o Edital de Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 97/040 - Data de abertura: 29.09.97, às 9 horas - Objeto: locação de natureza não residencial de imóvel destinado à residência do gerente da agência do BRB em Goiânia/GO - Locais de obtenção do Edital: SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, sobreloja da Agência Central, Brasília/DF, e Agência Goiânia, Av. Goiás, nº 840, esquina com rua 5, Setor Central, Goiânia/GO, no horário de 10 às 16 horas.

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 97/30

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o julgamento das propostas técnicas da Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 97/030. DAHER INFORMÁTICA-COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- It=0,97, GÊNESE INFORMÁTICA LTDA. - It=0,90, HUNTER INFORMÁTICA LTDA. - It=0,86, LIFE INFORMÁTICA LTDA.- It=0,76, SANTOS & SOSTER LTDA. - It=0,97, MARCCEL-ASSESSORIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - It=1,00, MIC- INFORMÁTICA LTDA. - It=0,79, MULTI TRADE INTERNATIONAL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - It=0,79, PIRÂMIDE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS LTDA. - It=0,79 e WR COMPUTADORES E SERVIÇOS LTDA.- It=1,00. As propostas das empresas BTS-BRASÍLIA TECH SHOP INFORMÁTICA LTDA., DATANEWS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A, foram desclassificadas. Os autos do processo 041.000.226/97 encontram-se com vista franqueada aos interessados no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, sobreloja da Agência Central, Brasília/DF, no horário de 10 às 16 horas.

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITES NºS 73 A 75/97

Convite nº 073/97 - FEDF; Abertura: 22/09/97 às 10:00 horas; Objeto: Aquisição de calculadora eletrônica e mesa; Grupos: 56.03, 68.03.
Convite nº 074/97 - FEDF; Abertura: 22/09/97 às 15:00 horas; Objeto: Aquisição de duplicador manual; Grupo: 56.07.
Convite nº 075/97 - FEDF; Abertura: 22/09/97 às 17:00 horas; Objeto: Aquisição de freezer horizontal com 2 tampas; Grupo: 54.01.
Os respectivos Editais poderão ser adquiridos no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D", sala 225, das 10:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00 horas, até o dia 19/09/97.

Brasília, 11 de setembro de 1997
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE

Tipo de Licitação: menor preço; Regime de Execução: empreitada por preço unitário				
Edital nº	**Processo**	**Data**	**Horário**	**Objeto**
441/97	061006479/97	19/09/97	09:00	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W TIPO LUZ DO DIA UNIVERSAL e outros, total de 03 itens.
443/97	061007665/97	19/09/97	09:30	ALPROSTADIL 500MCG/ML 1ML (USO EXCLUSICO HBDF).
444/97	061005889/97	19/09/97	10:30	LUD/SEX O LIVRO QUE ENSINA O JOGO APAIXONANTE DO SEXO ; PAPEL P/CÓPIA; PAPEL PARDO e outros, total de 26 itens.
445/97	060002320/97	19/09/97	14:30	ÓRTESE CADEIRA DE RODAS; CARRINHO P/EXCEPCIONAL, total de 51 itens.
446/97	061006354/97	24/09/97	10:00	CEPEPIME/CEFPIRONA 1G.

CONVITE (Repetição)

404/97	061005521/97	25/09/97	09:00	SISTEMA TELEFÔNICO KS/PABX/CPA, eletrônico digital com capacidade p/ 05 (cinco) troncos e 10 (dez) ramais, capacidade final 10 (dez) troncos e 15 (quinze) ramais.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que a(s) "Carta(s)- Convite" em epígrafe está(ão) a disposição dos interessados não convidados, mediante a apresentação de Certificado de Registro Cadastral emitido por órgão ou entidade pública, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP: 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 horas. Maiores esclarecimentos pelo telefone 226-8239.

TOMADA DE PREÇOS

Tipo de Licitação: menor preço; Regime de Execução: empreitada por preço unitário				
Edital nº	**Processo**	**Data**	**Horário**	**Objeto**
323/97	061004309/97	29/09/97	10:00	CRETONE BRANCO 100% ALGODÃO C/2,50M

				LARG. C/ESTAMPA FHDF e outros, total de 12 itens
324/97	060002469/97	29/09/97	14:30	AQUISIÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR.
325/97	061005418/97	29/09/97	15:30	PACOTE P/CIR.GERAL ESTÉRIL CONT. AVENTAIS CAMPOS FALSO TECIDO C/FIBRA QUE CONST. BARREIRA A PENETRAÇÃO DE MICROORGANISMO.
326/97	060002467/97	30/09/97	14:30	CANETA P/RETROPROJETOR/TRANSPARÊNCIA; CAIXA ARQUIVO; CARTUCHO P/IMPRESSORA e outros, total de 63 itens.
327/97	061006751/97	01/10/97	09:00	CIRCUÍTO COMPLETO REUTILIZÁVEL ATÓXICO P/AQUECEDOR/UMIDIFICADOR PM COD.154001 e outros, total de 04 itens.
328/97	061005582/97	01/10/97	10:30	LENÇOL ESPECIAL P/CAMA DE AREIA VENTILADA (LEITO FLUIDIFICADO), SENDO A CAMA DE MOD.A-101, SÉRIE 83012 M/CLINITRON.
329/97	061006365/97	01/10/97	14:30	FILTRO DE TOMADA DE AR C/SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA LÍQUIDOS NO COMPRESSOR CENTRAL - BENNETT, REF. 4-019667-00
330/97	061003036/97	02/10/97	09:00	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA; BANCO GIRATÓRIO ESTOFADO e outros, total de 06 itens.
331/97	061008432/96	02/10/97	14:30	CADEIRA ODONTOLÓGICA TOTALMENTE MOTORIZADA; REFLETOR ODONTOLÓGICO MONOFOCAL e outros, total de 18 itens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que as "Tomada(s) de Preço(s)" em epígrafe estão a disposição dos interessados na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S. Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 horas. Maiores esclarecimentos pelo telefone 226-8239.

Brasília, 11 de setembro 1997
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

AVISO DE PRORROGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 308/97

Processo: 061.006346/97
Objeto: Prestação de Serviços de fornecimento, mediante contrato, de óleo OC2A à FHDF.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura da licitação em epígrafe, prevista para o dia 15/09/97, às 14:30 horas, foi prorrogada para o dia 29/09/97, às 09:00 horas, face alteração no Edital.
Maiores esclarecimentos pelo telefone 226. 8239.

Brasília, 11 de setembro de 1997
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que se encontram afixados nos quadros de avisos desta CPL os resultados dos julgamentos das licitações abaixo, sagrando-se vencedoras as seguintes firmas:

CONCORRÊNCIA

006/97	01	PASTEUR MÉRIEUX CONNAUGHT DO BRASIL LTDA

CONVITE

Nº	Itens	Firma
293/97	03 e 04	FERRAGENS BRASIL LTDA
	02	PAMPAS COMERCIAL E DIST. LTDA
	05	CASA PLANETA DE BSB MÁQ. FERRAM. LTDA
	Desclassificadas	
	01	FERRAGENS BRASIL LTDA
	01	Revogado
303/97	01 a 04 e 08	MICROTEST EQUIPs. CIENTÍFICOS LTDA
	05	INTERLAB DIST. PROD. CIENTÍFICOS S/A
	07	BIOTEST S/A IND. E COMÉRCIO

TOMADA DE PREÇOS

Nº	Itens	Firma
247/97	01,03,05,07,15,20,21 e 22	LICITY COM. E SERVIÇOS LTDA
	24	DISTRIB. BANDEIRANTE DESC.E CHOC. LTDA
	14	IME INFORMÁTICA ESCRIT. E COMUNIC. LTDA
	08	RISQUEPEL IND. E COM. DE PAPÉIS LTDA
	06	CDA COM. E DISTRIB. DE ALIMENTOS LTDA
	11	COPALIMPA PRODs. LIMPEZA E UTILID. LTDA
	25	COMERCIAL HOSP. EXPANSÃO LTDA
	17,23 e 26	C. DOS S. MILHOMENS E CIA. LTDA
	02,09,10,13 e 16	A ESTIMATIVA COM.MAT.LIMP.UTILID. LTDA
	27 e 28	MATEX COM. DE MANUFATURADOS LTDA
	18,19 e 29	DMG COM. E REPRES. LTDA
	Desclassificadas	
	15	COPALIMPA PRODs. LIMPEZA E UTILID. LTDA
	18 e 25	CASA DAS SERINGAS COM.PROD.MÉD.HOSP.LTDA
	18	COMERCIAL HOSP. EXPANSÃO LTDA
	24	LICITY COM. E SERVIÇOS LTDA
277/97	01	US MEDICAL LINE MERCANTIL LTDA
	Desclassificadas	
	01,02,03,04 e 08	INTERLAB DIST. PROD. CIENTÍFICOS S/A
		BIOTEST S/A IND. E COMÉRCIO
	06	PMH PROD. MÉD. HOSP. LTDA
	06	Revogado
311/97	02,05,06,07,08 e 25	PMH PROD. MÉD. HOSP. LTDA
	03,04,10,12 e 14	GENÉTICA COM. IMP. E EXP. LTDA
	09,13,19,20,21,22,23 e 24	MICROTEST EQUIP. CIENTÍFICOS LTDA
	11 opção C	INTERLAB DIST. PROD. CIENTÍFICOS S/A
	16	BIOTÉCNICA COM.ASSIST.EQUIP.HOSP.LTDA
	15	MB BIOQUÍMICA LTDA
	Desclassificadas	
	02	GENÉTICA COM.IMP.EXP.LTDA
	04	MICROTEST EQUIP. CIENTÍFICOS LTDA
	09	LAB-TECH COM. E REPRES. LTDA
	01,17 e 18	Revogados
325/97	03 e 08	DISBRAN DIST. BRAS. ARTIGOS NAC. LTDA
	04,05,06 e 12	SUPREMA CO. REPRES. LTDA
	07,13	RISQUEPEL IND. E COM. DE PAPÉIS LTDA
	10,11	PAMPAS COM. E DISTRIB. LTDA
	01 e 02	PROGRAF PROD. GRÁFICOS LTDA
	Desclassificada	
	todos os itens	UNITEM COMERCIAL LTDA
	09	Revogado
330/97	01	CONSTRUTORA ARGUS LTDA
365/97	01,05,06,12,18,20,21,22	LABORBEL LTDA
	02	GENÉTICA COM.IMP.EXP. LTDA
	03,07,08,09,10,11,13,14,17 e 19	STOKLABOR COM.ART.P/LAB.HOSP.LTDA
	04	PARAMED COM. REPRES. DE PROD.HOSP.LTDA
	15	CROSARA COM. E REPRES. LTDA
	Desclassificadas	
	04 e 02	LABORMIL COM. E REPRES. LTDA
	11 e 15	LABORBEL LTDA
	21	INTERLAB DIST.PROD.CIENTÍFICOS S/A
	16	prejudicado por falta de cotação
384/97	01,02,14,15,23 e 24	UNIÃO COMERCIAL REZENDE LTDA
	03,04 e 06	COE COELHO & CIA. LTDA
	05,09,10,11,12 e 13	SILVINO MONTEIRO DE CARVALHO (Monfort)
	07	BICOLOR COM. REPRES. E SERV. LTDA
	08	ESTRUT. CENTER COM.MAT.CONST. LTDA
	16,17,18 e 19	IRMÃOS SOARES LTDA
	20,21 e 22	GLM MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA

Brasília, 11 de setembro de 1997
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/97

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Hemocentro de Brasília torna público a abertura da Tomada de Preços em epígrafe a ser realizada no dia 25.09.97, às 10 horas, em seu auditório, para a aquisição de material permanente, tais como: unidade móvel para coleta de sangue, Veículo tipo Ambulância, Unidade móvel médica/transporte de funcionários, Automóvel tipo Furgão e Veículo misto, perfazendo um total de 05 itens.

Local para aquisição do Edital: SMHN-Qd.03, Conj.A, Bl.3-Brasília/DF.

Brasília, 8 de setembro de 1997
DEUSDEDITA MENDES PINHEIRO
Presidente da CPL

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDACÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 52/97

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO DE D.O.D.F e RELATaRIOS CONTiBEIS.
ABERTURA: 23/09/97 - ÁS 15:00 HORAS

CONVITE Nº 54/97

OBJETO: AQUISIÇAO DE UTENSILIOS PARA ESCRITaRIO
ABERTURA: 23/09/97 - AS 10:00 HORAS

LOCAL: SEPN 515, BLOCO "B," LOTE Nº 02, ED. ESTRELA DE MARCHI, 2º ANDAR, SALA 203 - BRASILIA -DF
Cópias dos presentes Editais, encontram-se a disposiçao dos interessados, no endereço acima mencionado, no horário de 09:00 às 12:30 e de 13:30 às 18:00 horas, de segunda à sexta-feira.

Brasília, 10 de setembro de 1997
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 9/97

A COMISSÃO, torna público aos interessados que o resultado da licitação em epígrafe, encomtra-se afixado no mural desta Comissão.

Brasília, 10 de setembro de 1997
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE OBRAS

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE COMPRAS DE BENS E/OU SERVIÇOS
AGOSTO/97

NE	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CREDOR
	INEXIGÍVEL			
288	Reforço de empenho destinado a custear despesas com aquisição de vales transportes para servidores desta secretaria, no corrente exercício.	6.000,00	6.000,00	BANCO DE BRASÍLIA S.A.
296	Despesas com ressarcimento de salários da servidora Núbia S. Derossi, ora posta à disposição desta secretaria, referente ao mês de junho/97.	734,39	734,39	MINISTÉRIO DA SAÚDE
297	Contrato assist. tec. prev. corretiva em um sist. telef. matec. mod. businessphone, 128 p/ 40 ramais/24 troncos, inst. nesta secretaria no cor. exerc. contr. prest. de serv. nr. 001/97-SO, nos t. padrão 06/96 (d. 17.701 , de 25.09.96).	800,00	800,00	MATEL TECNOLOGIA DE TELEINFORMÁRICA S/A-MATEC
299	Empenho destinado a custear despesas com o décimo sexto aditivo ao termo de convênio nr. 013/94, objetivando a exec. de serviços de construção e ampliação de prédios e próprios do poder público.	27.022,79	27.022,79	NOVACAP-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL.
304	Reforço de empenho dest. a custear desp. c/ serv. tel. desta secr. no cor. exercício.	5.000,00	5.000,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA.
316	Emp. dest. a custear desp. c/ ressarc. de sal./enc. soc. da serv. Núbia S. Derossi ora à disposição desta sec., ref. ao mês de julho/97.	748,00	748,00	MINISTÉRIO DA SAÚDE
	CONVITE			
291	Ref. de emp. dest. a custear desp. c/ serv. reparo, assist. técnica. manut. prev. e cor. dos equip. de inf., de prop. desta sec. no corrente exercício. Cont. Prest. Serviços nº nº 003/97-SO, nos Termos Padrão nº 04/96 (Decreto 17.701, de 25.09.96).Conv. 23/96.	420,00	420,00	ITAG - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
292	Ref. de emp. dest. a custear desp. c/ prest. de serv. de reparo, assist. e manutenção em máq. de escrever e calc. de prop.desta sec. No corrente exerc. contr. de prest. de serv. 006/97 SO, nos T.P. 04/96 (Dec. 17701, de 25.09.96) em conf. com convite 23/96-SO.	100,00	100,00	KMW INFORMÁTICA LTDA.
298	Desp. c/ serv. de locação de uma máq. copiadora, marca xerox, mod. x-5365, no corrente exerc contr.prest. nr 002/97-SO, nos T.P. nr. 04/96 (Dec. 17.701, de 25.09.96).	1.000,00	1.000,00	XEROX DO BRASIL LTDA.
305	Emp. dest. a custear desp. c/ serv. passagens aéreas (reg. nac. e intern.), para esta secr., no corrente exerc., cont. prest. serv. nº 004/97-SO, nos T.P. 04/96 (Decreto nº 17.701, de 25.09.96).	5.000,00	5.000,00	ITIQUIRA TURISMO LTDA.
	NÃO APLICÁVEL			
311	Desp. c/ contr. de loc. de uma máq. copiadora Kodak, ref. ao exercício de 1996, rec. dívida, pub. no DODF nr. 159, de 20.08.97, pág. 6.308.	1.897,58	1.897,58	KODAK BRASILEIRA COM. E INDÚSTRIA LTDA.
312	Desp. c/ pagto. de rec. de dívida ref. a serv. de dren. pluvial, na cidade satélite do paranoá. pub. no DODF 162, de 25.08.97, pág. 6417.	32.652,36	32.652,36	CIA URBANIZ. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP.
313	Desp. c/ pagto. de rec. de dívida ref. a serv. de dren. pluvial, na cidade satélite do paranoá. Publicado no DODF 162, 25.08.97, pág. 6417.	17.626,53	17.626,53	CIA URBANIZ. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP.
322	Viagem a cidade de Salvador/BA, onde irá tratar c/ o arquiteto Dr. João Figueira Lima, da Fundação das Pioneiras Sociais, de Assuntos ref. a projetos arquit. para o projeto orla do Lago Paranoá.	355,90	355,90	PAULO RENATO SILVEIRA BICCA.
	TOMADA DE PREÇOS			
195	Despesas c/prest.de serv.de consultoria tec necessários p/preparação e acompanhamento do "Projeto de Saúde e Educação" que visam a obtenção de empréstimos junto organismos fin.internacionais p/ o DF,objeto Contrato 094/95	27.059,20	27.059,20	TC/BR - TECNOLOGIA E CONSULT.BRASILEIRA S/A
226	*Desp.com 3º Termo Aditivo ao Contrato nº* 094/95, objet.prest.de serv.de consultoria tecnica, necessários p/ preparação e acom. Projeto Saúde e Educ.que visam obtenção emprest.junto Organ.Financ.internacionais para o DF.	53.110,00	53.110,00	*TC/BR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILIEIRA S/A*

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA

EDITAL Nº 9, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

Fica convocado o candidato, relacionado a seguir, aprovado e classificado no concurso público para o Emprego de ENGENHEIRO da TERRACAP, opção 04 - Engenheiro Agrimensor, do Edital Normativo nº 178/96-IDR, publicado no DODF nº 251, de 27.12.96 e Edital de Resultado Final nº 55/97-IDR, publicado no DODF nº 100 de 28.05.97, para comparecer à TERRACAP - Edifício Sede, SAIN Bloco "F" sala 15, Subsolo, no horário comercial, para tratar de assunto relacionado à contratação no referido emprego, no prazo máximo de 30 dias, nos termos do referido Edital Normativo: 3º- FABRÍCIO MATOS BENJAMIM LEAL.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS

EDITAL Nº 10, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no concurso público para o Emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS da TERRACAP, opção 06 do Edital Normativo nº 177/96-IDR, publicado no DODF nº 251, de 27.12.96 e Edital de Resultado Final nº 112/97-IDR, publicado no DODF nº 173 de 09.09.97, para comparecerem à TERRACAP - Edifício Sede, SAIN Bloco "F" sala 15 - Subsolo, no horário comercial, para tratarem de assunto relacionado à contratação no referido emprego, no prazo máximo de 30 dias, nos termos do referido Edital Normativo: 1º- ALMIR DE SOUSA E SILVA JÚNIOR; 2º - MAURO JOSÉ COPPI XIMENES; 3º - HIRAN MENDES TEIXEIRA; 4º - VICENTE PAULO DE SOUZA; 5º - JOÃO DE DEUS CRUZ; 6º - RONALDO DA SILVA SOUZA; 7º - MÔNICA DE MELO FERREIRA; 8º - ARGEMIRO RIBEIRO DA SILVA; 9º - JOSÉ BORGES DAS NEVES; 10º - NIRCIA DE ARAÚJO LIMA; 11º - HUMBERTO VIANA DE OLIVEIRA; 12º - LUCIANA DOURADO BEZERRA; 13º - RICARDO ALEXANDRE MOURA DE SOUSA; 14º - ENIVALDO DE JESUS; 15º - DANIEL DE PAULA BRANQUINHO; 16º - SÔNIA DA CONCEIÇÃO SILVA; 17º - LUIZ CARLOS MEDEIROS; 18º - EVANDRO GONÇALVES DA SILVA; 19º - DANIEL OLIVEIRA DOS SANTOS; 20º -ANTONIO BARROS DE CARVALHO; 21º - NELSON YASUYI MORI; 22º - JOÃO DOS SANTOS PENA; 23º - FERNANDO LOPES DE SOUSA; 24º - EVA MORAIS FALEIRO OLIVEIRA; 25º - NICANOR SAULO RESENDE; 26º - JOSÉ PATRICIO DE CARVALHO REUS; 27º - AURORA GOMES ABADIA; 28º - CARLOS EPAMINONDAS DOS SANTOS; 29º - JOSÉ PINTO; 30º - IJELIA CHAVES SILVA; 31º - ELIANA BARBOSA SANTOS; 32º - BARTOLOMEU ALECRIM DE CARVALHO e Portadores de deficiência: 1º - ELZA ALVES VAZ LORENCONE; 2º - FRANCISCO JOSÉ DOURADO GOMES; 3º - LUIZ FERNANDO BEGROW; 4º - ANTONIO AYRTON SAMPAIO COSTA 5º - CLODOALDO LIMA DOS PASSOS FILHO; 6º -ROSENILDO PAULINO DA SILVA; 7º - FRANCISCO CASTRO BANDEIRA; 8º - VALQUIRIA DE LIMA CARVALHO.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 47/97

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público que receberá até às 14:30 do dia 01/10/97, os invólucros contendo os documentos de habilitação (INVÓLUCRO I) e propostas (INVÓLUCRO II) relativos à TPM nº 047/97-CEB, para aquisição de carroceria em fibra e suporte giratório. Demais informações através dos telefones - 225-3549 e 325-2969.

Brasília-DF, 10 de Setembro de 1997
MARIA APARECIDA PIMENTA
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA Nº 4/97

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", sala 23, Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público o resultado do procedimento licitatório da **CONCORRÊNCIA Nº 004/97**, onde sagraram-se vencedoras as empresas: **PIRELLI CABOS S/A, FURUKAWA IND. S/A PROD. ELÉTRICOS, ELETRO RIO LTDA, FICAP S/A, IPCE IND. PAULISTA DE COND. ELÉTRICOS LTDA e DIBRÁS S/A**, estando o processo à disposição dos interessados para vistas, na Comissão de Licitação de Materiais - CLM, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Demais informações através dos telefones: 225.3549 e 325.2969.

TOMADAS DE PREÇOS NºS 34,41 E 44/97

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", sala 23, Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público o resultado do procedimento licitatório da **TPM 034/97-CEB**, onde sagrou-se vencedora a empresa **XEROX DO BRASIL LTDA, TPM 041/97-CEB**, onde sagraram-se vencedoras as empresas: **OSRAM DO BRASIL LTDA, PHILIPS DO BRASIL LTDA e DIBRÁS S/A e TPM 044/97-CEB**, onde sagraram-se vencedoras as empresas: **MECRIL-EMPREENDIMENTOS, PART. COM. E REP. LTDA, ILUMEF IND. E COM. DE PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA e ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA**, estando os processos à disposição dos interessados para vistas, na Comissão de Licitação de Materiais - CLM, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Demais informações através dos telefones: 225.3549 e 325.2969.

Brasília-DF, 9 de setembro de 1997
MARIA APARECIDA PIMENTA
Presidente da Comissão

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICIENÇA

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA DE INSTALAÇÃO para a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Águas Claras.

Brasília, 11 de setembro de 1997.
MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO
Presidente

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 5169. Ass.: 11.09.97. PROCESSO: 092.000899/97. PARTES: CAESB X LÍDERES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. Concorrência Pública CP nº 003/97-CAESB. OBJETO: fornecimento de materiais em ferro fundido dúctil (tampões T100), item 04, Lote 3 FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são oriundos do CT 39.976-24/CEF/CAESB (PROSANEAR - São Sebastião), item 02 (Esgoto) do Q.C.I (Parte Integrante do Contrato Financeiro), e próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: as despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0449.5063.0007 - Ampliação dos Sistemas Coletores de Esgotos, código 22.402.107.010-5 - Execução de Obras no SCES de São Sebastião. VALOR: R$ 56.598,50 (cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos). PRAZO: 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/LÍDERES LTDA: Maurício Silvério.

CONTRATO Nº 5170. Ass.: 11.09.97. PROCESSO: 092.000899/97. PARTES: CAESB X DISTRIBUIDORA DE TUBOS E CONEXÕES MARIAL LTDA. Concorrência Pública CP nº 003/97-CAESB. OBJETO: fornecimento de materiais em pvc (tê e curva de 90°), itens 03 e 04, Lote 4 FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são oriundos do CT 39.976-24/CEF/CAESB (PROSANEAR - São Sebastião), item 02 (Esgoto) do Q.C.I (Parte Integrante do Contrato Financeiro), e próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: as despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0449.5063.0007 - Ampliação dos Sistemas Coletores de Esgotos, código 22.402.107.010-5 - Execução de Obras no SCES de São Sebastião. VALOR: R$ 9.940,75 (nove mil novecentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos). PRAZO: 30 (trinta) a 90 (noventa) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/DISTRIBUIDORA DE TUBOS E CONEXÕES MARIAL LTDA: Carlos Gilberto Neves.

CONTRATO Nº 5171. Ass.: 10.09.97. PROCESSO: 092.001085/97. PARTES: CAESB X DISTRIBUIDORA DE TUBOS E CONEXÕES MARIAL LTDA. Tomada de Preços TP nº 053/97-CAESB. OBJETO: fornecimento de 6.522 unidades de Anel de Borracha Vinilfort, DN 100mm, Código 3638 e 1.450 unidades de tê de 90° PVC Vinilfort, BBP - JE, DN 100mm, Código 3735, Itens 02 e 03 do Lote 03 do Anexo I do Edital. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: as despesas correrão à conta do Projeto/Subprojeto 13.076.0449.5063.0005 - Ampliação dos Sistemas Coletores de Esgotos, Código 22.402.105.010-4. VALOR: R$ 9.242,70 (nove mil duzentos e quarenta e dois reais e setenta centavos). PRAZO: 30/60/90 (trinta/sessenta/noventa), dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/DISTRIBUIDORA DE TUBOS E CONEXÕES MARIAL LTDA: Carlos Gilberto Neves.

EXTRATOS DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 4035, Processo: 092.004878/97. PARTES: CAESB X COMERCIAL CONEXO LTDA. DATA DA ASSINATURA: 10/09/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/COMERCIAL CONEXO LTDA: Sétimo Geraldo Cândido de Lima.

Termo de Quitação do CT nº 4077, Processo: 092.004877/97. PARTES: CAESB X COMERCIAL CONEXO LTDA. DATA DA ASSINATURA: 10/09/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/COMERCIAL CONEXO LTDA: Sétimo Geraldo Cândido de Lima.

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 18/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará a Concorrência nº CP - 018/97-CAESB para contratação das obras civis, mecânicas, hidráulicas e elétricas, do centro de reservação do recanto das emas, adutora de distribuição e reservatório de equalização, com fornecimento dos materiais e equipamentos, no Distrito Federal. Data de realização: 17 de outubro de 1997, às 09:00 horas. Os editais poderão ser adquiridos na Assessoria de Licitações, no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 150,00 para cada edital e anexos e R$ 430,00 para as plantas, na Tesouraria da CAESB, localizada no térreo. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

CONCORRÊNCIA Nº 19/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará a Concorrência nº CP - 019/97-CAESB para prestação de serviços de fornecimento de vales-alimentação. Data de realização: 15 de outubro de 1997, às 09:00 horas. Os editais poderão ser adquiridos na Assessoria de Licitações, no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 10,00 para cada edital, na Tesouraria da CAESB, localizada no térreo. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 11 de setembro de 1997.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA Nº 11/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento da Concorrência nº CP - 011/97-CAESB, da forma que se segue: CONSTRUTORA ARTEC LTDA, vencedora com o valor total de R$ 1.348.811,92 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e onze reais e noventa e dois centavos), correspondente ao resultado da aplicação do coeficiente multiplicador "K" = 0,92 sobre os preços unitários da CAESB constantes do anexo II/3, do edital.

CONVITE Nº 211/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 211/97-CAESB, da forma que se segue: firma PRIMEIRA LINHA COMERCIAL DE ROLAMENTOS LTDA., vencedora do item Único, com desconto concedido de 10,1% (dez vírgula um por cento) sobre a tabela, com emissão de Nota de Empenho até o valor de R$ 6.000,00.

Brasília, 11 de setembro de 1997.

CONVITE Nº 224/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 224/97-CAESB, da forma que se segue: firma M. B. BIOQUÍMICA LTDA., vencedora do item 01, com o valor total de R$ 489,50; firma INTERLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS CIENTÍFICOS S/A., vencedora do item 02, com o valor total de R$ 3.917,40; firma PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA., vencedora do item 03, com o valor total de R$ 84,00.

Brasília, 10 de setembro de 1997.

CONVITE Nº 229/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 229/97-CAESB, da forma que se segue: firma SANTA LAURA COMERCIAL E REPRESENTAÇÃO LTDA., vencedora do item 01, com o valor total de R$ 436,00; firma ADLER - ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTAÇÕES LTDA., vencedora dos itens 02, 03 e 04, com o valor total de R$ 946,00.

Brasília, 11 de setembro de 1997.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE 8 DE SETEMBRO DE 1997

O Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB/DF comunica as pessoas abaixo relacionadas que, devido ao não comparecimento para tomarem posse dos lotes que lhes foram designados em Santa Maria, Recanto das Emas e no Riacho Fundo II e de acordo com os Editais de Convocação publicados nos DODF's de 27/05/97, 31/05/96, 01/08/96, 27/11/96 e 16/12/96, ficam cancelados o Recibo de Entrega Precária de Lote - REPL (cheque lote) e a inscrição, devendo os imóveis serem, imediatamente, redistribuídos.

TÁSSIA DE MENEZES REGINO
Diretora Presidente em Exercício

ENDEREÇO	NOME	INSCRIÇÃO
QR 215 CJ B LOTE 11	CIDALIA DE OLIVEIRA DA SILVA	80-77997-1
QR 304 CJ V LOTE 24	VALDIRENE PEREIRA	80-64194-4
QR 418 CJ O LOTE 24	MARIA DE JESUS SOUSA	80-63846-3
QR 315 CJ B LOTE 18	WALTER VIEIRA CAMPOS	80-76695-0
QR 404 CJ 02 LOTE 11	JOSIMAR DE SOUZA SOARES	80-63926-5
QR 403 CJ 01 LOTE 11	JALON SILVA DE OLIVEIRA	80-71394-5
QR 204 CJ 18 LOTE 02	MARIA DO CARMO FERREIRA SALES	80-73087-4
QN 14E CJ 06 LOTE 22	IRACI BARBOSA DE B. BATISTA (ESPOLIO)	80-65330-6
QN 08B CJ 05 LOTE 12	ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA	80-80805-9

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS E SERVIÇOS

AVISO

O Departamento de Recursos Materiais e Serviços, avisa aos interessados que, de acordo com o Artigo 16 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, encontra-se afixado no quadro de Avisos da F.Z.D.F., a relação dos bens e materiais adquiridos e recebidos no mês de agosto de 1997.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1997
HUMBERTO DE JESUS SIMÕES FILHO
Respondendo

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 22/97

Objeto: Aquisição de estação repetidora e transceptor de rádio móvel para a SSP/DF.
Data de Abertura: 19 de setembro de 1997, às 10h.
A CPL/SSP torna público que realizará licitação na modalidade de convite para os seus convidados, na data e hora acima, no auditório da Secretaria de Segurança Pública, situado no SAIN(ao lado do Detran/DF), Bl."A", 1º andar, Brasília-DF, telefones 314-8273, 314-8277, 314-8287, 322-4346, fac-símile 225-9213. O convite será estendido aos demais interessados que se dirigirem à Secretaria da CPL, no endereço acima, no horário de 09h às 12h e de 14h30m às 18h, mediante apresentação, em até 24 horas antes da data de abertura, de Certificado de Registro Cadastral inscrito no ramo da especialidade do objeto acima

Brasília, 11 de setembro de 1997
CONSUELO ESPERANÇA ALVES FERNANDEZ
Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº: 055.003557/97. Empresa: Xerox do Brasil Ltda. Objeto: Conserto de 04 impressoras xerox. Valor Total: R$ 574,57. Justificativa: Inciso I do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Reconhecimento efetuado por José Cesário Vieira Neto, Gerente de Administração Geral, em 04/09/97. Ratificação efetuada por Luis Riogi Miura, Diretor-Geral, em 04/09/97.
Processo nº: 055.004927/97. Empresa: Centro de Aperfeiçoamento Profissional. Objeto: Inscrição de 03 servidores no curso Técnicas de Arquivo (aspectos jurídicos). Valor Total: R$ 894,00. Justificativa: Inciso II do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Reconhecimento efetuado por José Cesário Vieira Neto, Gerente de Administração Geral, em 04/09/97. Ratificação efetuada por Luis Riogi Miura, Diretor-Geral, em 04/09/97.

RELAÇÃO DE COMPRAS
AGOSTO/97

A CPL do DETRAN/DF, em cumprimento a Lei nº 938 de 20 de outubro de 1995, torna público a relação de compras efetuadas nas modalidades de:

DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Item	Quant	Un	Especificação	Vr. Unit.	Vr. Total
01	-	-	renovação da assinatura do Jornal de Brasília	-	232,00
02	-	-	aquisição de livros de informática	-	175,28
03	-	-	serviço de modificação dos banheiros da CIRETRAN I	-	7.596,00
04	-	-	renovação da assinatura do Correio Braziliense	-	408,00
05	-	-	conserto do veículo FIAT ELBA, DT 185, placa JFO 0636	-	780,00
06	02	un	aquisição de cópias de software	1.935,00	3.870,00
07	-	-	conserto de 03 chanceladora	-	1.865,00
08	-	-	renovação da assinatura do Correio Braziliense	-	408,00
09	-	-	inscrição de servidor no XXVII Ciclo de Estudos de Política e Estratégia	-	610,00
10	10	un	aquisição de lâminas para recorte de vinil refletivo	98,00	980,00
11	-	-	inscrição de 03 servidores no III Forum de Debates sobre Avaliação de Desempenho	-	638,00
12	-	-	renovação da licença do Sistema SAS	-	6.435,00
13	-	-	aquisição de uma assinatura do Correio Braziliense	-	408,00
14	-	-	renovação da assinatura do Correio Braziliense	-	408,00
15	-	-	renovação da assinatura do Correio Braziliense	-	408,00
16	25	cx	aquisição de formulário de cadastro de veículo	53,94	1.348,50
17	20	mil	aquisição de SLIP de legislação	27,00	540,00
18	10	un	aquisição de baterias para telefone celular, tarja verde fina - 20h	95,00	950,00
19	10	un	aquisição de baterias p/ telefone celular, tarja verde grossa - 32h	65,00	650,00

TOMADA DE PREÇOS

Tomada de Preços nº 021/97. Objeto: Manutenção corretiva com aplicação de peças aos opacímetros. Valor Total Estimativo para 12 meses: R$ 120.000,00. Prazo de Execução: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
Tomada de Preços nº 025/97. Objeto: Aquisição de máquina para remover sinalização horizontal. Valor Total: R$ 24.800,00. Prazo de entrega: No máximo 50 (cinquenta) dias consecutivos, após o recebimento da Nota de Empenho;
Tomada de Preços nº 029/97. Objeto: Fornecimento de água mineral e garrafões. Valor Total Estimativo para o período de 05 meses: R$ 6.895,00. Prazo de Execução: A partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 1997.
Tomada de Preços nº 020/97. Objeto: Aquisição do material abaixo relacionado:

Item	Quant	Un	Especificação	Vr. Unitário	Vr. Total
01	200	un	placas em poliester reforçado com fibra de vidro, tipo "pare"	35,17	7.034,00
02	300	un	placas em poliester reforçado com fibra de vidro, tipo "regulamentação"	57,73	17.319,00
03	300	un	placas em poliester reforçado com fibra de vidro, tipo "advertência"	43,09	12.927,00
04	1.000	un	semi-esfera de resina poliester	17,38	17.380,00
05	06	un	arco de serra 12", marca stanley	12,00	72,00
06	20	un	tambor de 200 litros	166,65	3.333,00
07	300	un	baldes de 18 litros, cor branca	53,68	16.104,00
08	50	un	galões de 3,6 litros, cor amarelo	14,52	726,00
09	90	un	galões de 3,6 litros, cor azul	14,30	1.287,00
10	100	un	galões de 3,6 litros, cor branco	15,18	1.518,00
11	100	un	galões de 3,6 litros, cor preto	13,20	1.320,00
12	60	un	galões de 3,6 litros, cor verde	14,96	897,60
13	50	un	galões de 3,6 litros, cor vermelho	15,73	786,50
14	50	un	galões de 3,6 litros de primer sufacer sintética extra rápida	13,20	660,00
15	200	un	tinta , base de resina acrílica amarela	57,20	11.440,00
16	50	pc	disco corte para metal ferroso	2,27	113,50
17	06	pc	metro de poliestireno de 2 metros	2,91	17,46
18	200	un	chapa de ferro nº 16	23,99	4.798,00
19	15	un	torneira de ferro	28,00	420,00
20	12	un	joelho de ferro	8,00	96,00
21	20	un	roda giratória para máquina de pintura	48,00	960,00
22	15	un	trincha pelo de malta 1.1/2	3,00	45,00
23	15	un	película refletiva, alto colante na cor branca-grau técnico	337,49	5.062,35
24	15	un	película refletiva, alto colante na cor preta-grau técnico	441,89	6.628,35
25	15	un	película refletiva, alto colante na cor vermela-grau técnico	337,49	5.062,35
26	01	un	saca polias com 03 garras 300mm	250,00	250,00
27	02	un	chave para tubo t/stillison 12"	13,00	26,00
28	50	un	broca aço rápido paral 3/16"	0,87	43,50
29	25	un	broca aço rápido paral 1/4"	1,30	32,50
30	100	un	lixa disco para ferro G-36	1,40	140,00
31	12	un	cotovelo de ferro de 2/2"	5,99	71,88
32	25	mt	corda de nylon de 15mm	0,35	8,75
33	80	kg	eletrodo ok ref 4600 3,25mm, aço metal	2,85	228,00
34	12	un	registro de ferro de ½ argus	3,60	43,20
35	25	un	trincha dupla cerda gris 1.1/2"	1,10	27,50
36	50	un	ferro "T" 1/8x3/4, barra c/6 metros	8,16	408,00
37	10	un	tesoura para alfaiate 12" referencia 230 corneta	29,00	290,00
38	10	un	rebolo reto 6x1 G-24 saturno/icaper	7,15	71,50
39	100	kg	arame galvanizado rolo c/ 1kg nº 16	1,77	177,00
40	30	un	cavadeira articulada tipo dois cabos	6,18	185,40
41	50	par	luva de raspa com reforço total cano de 14 cm	3,50	175,00
42	50	mt	mangueira de alta pressão para tinta e tiner 5/16"	0,80	40,00
43	10	un	chibanca tipo pá e machado	4,69	46,90
44	500	un	serra manual A/R, ref. SF	0,89	445,00
45	01	un	compressor de ar, mod. BP FF MSV 30/350 equipado com motor trifásico de 6HP	1.834,21	1.834,21
46	01	un	flangeador para tubo P/regrind 1/4-5/8", ref 410	48,87	48,87
47	02	un	máscara solda celeron, com visor articulado com catraca	7,54	15,08
48	03	un	tesoura para cortar chapa 3/16", nº 5	185,59	556,77
49	100	un	micro esfera de vidro em saco de 25kg dropon	36,70	3.670,00
50	50	un	cone peq. refletivo de 50cm em PVC, cor branca e vermelha	9,97	498,50
51	50	un	laminado elastoplático, cor branca, retrorefletivo e anti-derrapante com micro-esfera de vidro	448,00	22.400,00
52	100	un	laminado elastoplático, cor amarela, retrorefletivo e anti-derrapante com micro-esfera de vidro	448,00	44.800,00
53	50	un	legenda com inscrição e setas formando a palavra "olhe"	35,00	1.750,00
54	100	un	placa de regulamentação "de a preferência"	234,00	23.400,00

Tomada de Preços nº 027/97. Objeto: Aquisição do material abaixo relacionado:

Item	Quant	Un	Especificação	Vr. Unitário	Vr. Total
01	3000	un	pastas com impressão frente e verso com dobra m cartolina azul, para teste psicologico	0,13	390,00
02	3000	un	ficha exame 1/0 cor com impressão frente e verso na cor preta	0,03	111,00
03	100	mil	formulário contínuo, licença para aprender a conduzir veículo, em papel fibras coloridas	24,00	2.400,00
04	600	mil	formulário contínuo, extrato de multas, com 01 cor frente e verso	7,29	4.374,00
05	1500	bl	guia de remoção de veículo, em papel sicarbon	1,78	2.670,00
06	02	mil	formulário contínuo, autorização para conduzir veículo de transporte escolar em papel AP 90 G	250,00	500,00
07	3000	un	ficha credencial 2/0 cores, frente e verso em papel 180 gramas	0,04	120,00

CONVITE

Convite nº 013/97. Objeto: Fornecimento e instalação de toldos, valor total de R$ 4.385,70; Prazo de Entrega/Execução: 20 (vinte) dias teis, após o recebimento da Nota de Empenho;

Brasília-DF, 9 de setembro de 1997
RÉGIS OTÁVIO RAMOS DE LIMA
Presidente da Comissão

AVISO DE ANULAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/97

Objeto: Concessão de 03 (três) salas destinadas a instalação de cantinas (lanchonetes), situadas em prédios distintos do Detran/DF. A Comissão Permanente de Licitação do DETRAN/DF, comunica aos interessados que a licitação em epígrafe foi ANULADA.

Brasília-DF, 9 de setembro de 1997.

RÉGIS OTÁVIO R. DE LIMA
Presidente Substituto da CPL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 36/97

A Comissão Permanente de Licitação da PMDF, torna público que a Tomada de Preços supracitada, para aquisição de transceptor de VHF/FM, móvel, com 32 canais, anteriormente marcada para o dia 26/09/97, às 08h30min, foi prorrogada para o dia 09 de outubro de 1997, às 09h00min.
Demais condições permanecem inalteradas.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1997.
MARIO SILVA JUNIOR - MAJ QOPM
Presidente da CPL

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/97
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-

PROCESSO Nº 150.000.177/97 - PARTES: DF/SCE/POLO DE CINEMA E VÍDEO GRANDE OTELO X ASA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA LTDA. OBJETO: A Concessão de patrocínio para finalização do Filme curta (ou média) metragem denominado ANTES DO FIM, produzido no Distrito Federal, com programação a ser desenvolvida de acordo com o que consta do processo acima citado Memorial Descritivo; Orçamento e Plano de Aplicação apresentado.VALOR TOTAL: R$ 7.608,00 (sete mil, seiscentos e oito reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 08.048.0247.2545.0001. FONTE DE RECURSOS: 000. U.O.: 12101. NATUREZA DE DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 315/97, emitida em 25.08.97, sob o evento 400091, na modalidade ordinária. BASE LEGAL: Concurso Público nº 001/97. VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a partir da assinatura. Assinatura: 26.08.97. SIGNATÁRIOS: HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Cultura e Esporte e MÁRCIO CALVALCANTI CURI, Procurador da Empresa..

Of. 065/97 - 1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/97
-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-

PROCESSO Nº 150.000.176/97 - PARTES: DF/SCE/POLO DE CINEMA E VÍDEO GRANDE OTELO X ASA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA LTDA. OBJETO: A Concessão de patrocínio para finalização do Filme curta (ou média) metragem denominado O VIDREIRO, produzido no Distrito Federal, com programação a ser desenvolvida de acordo com o que consta do processo acima citado Memorial Descritivo; Orçamento e Plano de Aplicação apresentado. VALOR TOTAL: R$ 15.000.00 (Quinze mil). PROGRAMA DE TRABALHO: 08.048.0247.2545.0001. FONTE DE RECURSOS: 000. U.O.: 12101. NATUREZA DE DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 314/97, emitida em 25.08.97, sob o evento 400091, na modalidade ordinária. BASE LEGAL: Concurso Público nº 001/97. VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a partir da assinatura. Assinatura: 26.08.97. SIGNATÁRIOS: HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Cultura e Esporte e MÁRCIO CALVALCANTI CURI, Procurador da Empresa.

Of. 065/97 - 1ª SPR/PRG/DF.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 0397/97-FCDF; CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Maria Tereza Padilha Martins de Souza - me; PROCESSO: 081.002375/97; OBJETO: Concessão de patrocínio para realização do projeto "SOFIA", com programação a ser desenvolvida de acordo com os termos constantes no processo acima citado, dispensada a licitação com fulcro no Caput do Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93; VALOR: R$5.000,00 (cinco mil reais), recursos estes provenientes do orçamento vigente da FCDF, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada na Nota de Empenho nº 0941/97-FCDF, fonte 050, atividade 2042-0001, elemento 34.90.39.; VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 1997; DATA ASSINATURA: 09 de setembro de 1997; NOME DO EXECUTOR: FRANCISCO ANTONIO SANTANA; ASSINATURA: p/FCDF: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/BENEFICIADA: MARIA TEREZA PADILHA MARTINS DE SOUZA; TESTEMUNHAS: HERNANI SOUZA SANTOS e EMERSON BENEDITO VIDAL.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 6/97

A Comissão de Licitação da Secretaria de Comunicação Social, torna público o resultado do julgamento do Convite n. 06/97-CL/SCS, da forma que se segue:
Firma: A TELECOM - Teleinformática LTDA, item 01
Firma: F. AUTRAN - Comércio, Importação e Exportação LTDA, item 02
Abertura realizada em: 05/09/97, às 14:00 horas
Objeto: Aquisição de Material Permanente
Processo n. 030.004.746/97.

CONVITE Nº 7/97

A Comissão de Licitação da Secretaria de Comunicação Social, torna público o resultado do julgamento do Convite n. 07/97-CL/SCS, da forma que se segue:
Firma: WORK - Distribuidora e Serviços LTDA., item 01
Abertura realizada em: 05/09/97 às 15:00 horas
Objeto: Aquisição de Material Permanente
Processo: n. 030.006.939/97.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1997
ALUÍZIO CASTRO COELHO
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE TURISMO

EXTRATO DE COMPRAS E BENS E/OU SERVIÇOS
AGOSTO797

N.E. N.º	FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
	INEXIGIBILIDADE			
441	BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, referente ao mês de agosto/97.	-	-	7.599,30
442	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA Reforço da NE original para serviços e tarifas de energia elétrica dos próprios administrados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	15.000,00
443	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIROS E TELEGRÁFOS Reforço do empenho original, de serviços de coleta, transporte e entrega de correspondências agrupadas - malote - de interesse da SETUR, no exercício de 1997.	-	-	1.200,00
452	MARIA ALICE MACENO DE MENEZES E OUTROS Reconhecimento de dívida referente ao abono pecuniário/96, dos servidores da SETUR, conf. Publ. no DODF n º 100, pág. 3.855, de 20/05/97, conf. OF. Circular n º 009/GAB/SEA, de 15/05/97.	-	-	3.323,00
455	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA Instalação e retirada de iluminação, conforme proposta: A) Caldeirão da Folia; B) Espaço entre a Torre de TV e o Centro de Convenções; C) Vias próximas do Parque da Cidade, para realização da "Micarecandanga/97", de 21 a 24 de agosto.	-	-	39.000,00
461	SOCIEDADE DE TRANSPORTE COLETIVO DE BRASÍLIA LTDA Ressarcimento de vencimentos e Encargos Sociais pela Cessão do servidor Henrique Ary de Passos Curado, conforme nota de débito n º 138/97-TCB, referente ao mês de julho de 1997.	-	-	4.011,11
468	ELEVADORES ATLAS S/A - FILIAL CENTRO NORTE Reconhecimento de dívida publicado no DODF n º 086, página n º 3.298 de 08/05/97, referente a manutenção dos elevadores instalados no Centro de Convenções de Brasília, ref. aos meses de 06, 07, 08, 09, 10 e 12/96.	-	-	23.376,00
469	ELEVADORES ATLAS S/A - FILIAL CENTRO NORTE Reconhecimento de dívida publicado no DODF n º 086, página n º 3.298 de 08/05/97, referente a manutenção dos elevadores instalados na Torre de TV, ref. aos meses de 06, 07, 08, 09 e 10/96.	-	-	38.790,00
470	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA Reforço de NE para cobrir despesas com serviços e tarifas telefônicas de interesse da SETUR, no exercício de 1997.	-	-	5.500,00
475	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO IND. E COMÉRCIO Ressarcimento de vencimentos e Encargos Sociais pela cessão da servidora Ilza Maria Pereira Santana, referente ao mês de julho/97.	-	-	2.509,91
476	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO IND. E COMÉRCIO Ressarcimento de vencimentos e Encargos Sociais pela cessão da servidora Verônica Maria S.S. Oliveira, referente ao mês julho/97.	-	-	2.665,17

477	EVANDRO BRAGA COLEM E OUTROS Folha suplementar dos servidores da SETUR, referente ao mês de julho/97.	-	-	1.818,44
478	EVANDRO BRAGA COLEM E OUTROS Folha suplementar de substituições de servidores da SETUR, referente ao mês de julho/97.	-	-	538,87
480	ELEVADORES ATLAS S/A - FILIAL CENTRO NORTE Reforço de NE original de manut. prev. e corretiva c/ rep. de peças e/ou componentes dos elevadores Atlas, n º 27075 a 27080, instalados no Centro de Convenções de Brasília, no exercício/97	-	-	3.500,00
481	ELEVADORES ATLAS S/A - FILIAL CENTRO NORTE Reforço de NE original de manut. prev. e corretiva c/ reposições. de peças e/ou componentes dos elevadores Atlas, n º 12721 a 12723, da Torre de TV, no exercício de 1997.	-	-	6.500,00
483	CAESB - CIA. DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA Reforço de NE original para cobrir despesas c/ tarifas de água e esgotos em próprios administrados pela SETUR no decorrer/97.	-	-	12.200,00
486	NAVEGATOUR - TURISMO, COM. E NAVEGAÇÃO LTDA Locação do barco , "EU TOA TOA" para dar apoio as comemorações do 114º aniversário do Sonho Visão de Dom Bosco, que será realizado no dia 31/08/97, no horário de 08 as 18 horas.	-	-	3.500,00
487	*PAULO MARCELO DE CARVALHO E OUTROS* Reconhecimento de dívida publicado no DODF n º 158, página n º 6.286 de 19/08/97 referente a diferença de décimos, dos servidores da SETUR, exercício de 1996.	-	-	562,67
488	NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA NOVA CAPITAL Serviços de impermeabilizações das coberturas das alas norte/sul e do espelho d'água: Limpeza, lavagem, impermeabilizações c/ massa asfaltica de espessura de 3mm, c/ regularização de base; proteção em argamassa E=3cm; Área total de 4.340 m2.	-	-	154.188,78
490	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS Auxílio creche, folha de pagamento ref. ao mês de agosto/97	-	-	5.605,00
491	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS Salário família dos servidores estatutários, folha de pagamento ref. ao mês de agosto/97.	-	-	33,60
492	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS Vencimentos e vantagens fixas, referente a folha de pagamento do mês de agosto/97.	-	-	185.586,22
493	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS Substituições e gratificações, por encargos de Gabinete, referente a folha de pagamento do mês de agosto/97.	-	-	2.631,00
494	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Contribuição INSS parte empregador e seguro acidente de trabalho, dos ocupantes de cargos comissionados, ref. a folha de pagamento do mês de agosto/97.	-	-	13.369,61
498	GATE-COM. PROD. E PROM. ART. LTDA *Contratação da Banda Nativus, para o Show de encerramento das* comemorações do 114 º aniversário do Sonho Visão de Dom Bosco, que será realizado em 31/08/97.	-	-	4.000,00
500	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA Tarifa de habilitação referente a 06 (seis) telefones não residenciais, conforme proposta constante do processo.	-	-	1.599,54
502	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA Reforço da NE para cobrir despesas com instalações e retiradas de pontos de luz, consumo de energia instalações de redes, locações de transformadores e outros serviços, nos locais de realizações de eventos promov. e/ou apoiados p/ SETUR no exercício de 1997.	-	-	1.500,00
503	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA Reforço de NE para cobrir despesas c/serviços e tarifas de água e esgotos dos eventos apoiados, ou patrocinados pela SETUR no exercício de 1997.	-	-	1.000,00
508	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA *Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, referente* ao mês de setembro/97.	-	-	431,20
509	RÁPIDO PLANALTINA LTDA Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, referente ao mês de setembro/97.	-	-	66,00
510	TAGUATUR - TAGUATINGA TRANSP. E TURIS. LTDA Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, referente ao mês de setembro/97.	-	-	178,20
N.E. N.º	FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
	TOMADA DE PREÇO			
444	CENTROTEC - COM. CONSTRUÇÃO E REF. LTDA Reforço NE original, ref. serv. reparos, assist. téc. e manut. preventiva e corretiva do Sistema Central de ar cond. do Centro de Convenções e a 09 aparelhos de ar cond. de parede, exercício/97.	-	-	20.000,00
N.E. N.º	FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
	CONVITE			
445	CASA DO TELEFONE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Reforço NE original, para manut. corretiva e preventiva c/ reposições de peças de : A) Central Telef. M/Fasor-8000 c/ 20 troncos 1 mesa operadora, 57 aparelhos e 5 linhas; B) Central tipo KS Multitel, c/ 2 troncos e 5 ramais. Tomb. 3112/09 e R-38/78.	-	-	1.500,00
446	CINE FOTO UNIVERSITÁRIO-ME Reforço NE original serviços fotográficos, revelações de filmes negativos e positivos, revelações e ampliações, revelações de cromos e ampliações avulsas, no exercício de 1997.	-	-	1.000,00
456	ELÉTRICA 213 LTDA Item 04 - Tomada externa Universal Lorenzetti.	50	1,20	60,00
457	N & F COM. DE MAT. ELET. HIDR. LTDA Item 01 - Lâmpada vapor metálico HQI 2000W, marca OSRAM. Item 02 - Projetor para lâmpada vapor metálico de 2000-W, M/INCORE. Item 03 - Reator para lâmpada vapor metálico de 2000W, NE-2000 M/INTRAL.	50 30 30	342,00 309,00 305,00	35.520,00 17.100,00 9.270,00 9.150,00
464	MALHARIA FABIANA Camisetas em malha de alg. F.30.1, gola canoa c/branca c/arte espec. em 6 (seis) cores, s/3 (três), impres. frente e 3 (três), impres. nas costas, tamanho "G" , M. Malharia Fabiana, ref. 002.	3000	4,20	12.600,00 12.600,00
471	J. ROCHA DIST. DE FILMES LTDA Item 03 - Rolos de filme fotográfico colorido, 135/24 poses asa 100, tipo EKTAR, marca Kodak. Item 07-Pilhas alcalinas pequena 1,5 Volts, tipo "AA", marca Kodak.	80 200	5,80 0,71	606,00 464,00 142,00
472	SISTEMA - AUDIO E IMAGEM LTDA Item 05 - Rolo de filme de 400 asas Ektachrome, 36 poses, de 135mm, tipo Ektachrome, EPL, marca Kodak. Item 06 - Cromo de 160 asas, Tukstenio, 135mm, tipo Ektachrome EPT, marca Kodak.	50 60	17,70 16,65	1.884,00 885,00 999,00
473	CINE FOTO UNIVERSITÁRIO-ME *Item 01 - Filme de 100 asa*, 36 poses, 135/36, marca Orwo. Item 02 - Filme de 400 asa , 36 poses, 135/36, marca Kodak Item 04 - Cromo de 100 asa, Ektachrome, 36 poses, M. Kodak.	200 100 100	3,90 4,90 12,00	2.470,00 780,00 490,00 1.200,00
479	DIAMANTE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA Reforço do empenho original de locação de caminhão munck e de carroceria longa p/ transporte de containers sanitários, p/ locais de realizações de eventos e promoções de interesse da SETUR, para o exercício de 1997.	-	-	5.000,00
482	CAPRI TURISMO PASSAGENS E EXCURSÕES LTDA Reforço de NE para cobrir despesa com fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias (regionais, nacionais e internacionais), no decorrer de 1997.	-	-	2.000,00
504	SUPERMERCADO COELHO LTDA Aquisição de água mineral e potável de mesa, acondicionada em garrafões de 20 litros, com lacre de segurança, marca Indaiá, Seiva ou Ilza, no exercício de 1997.	-	-	1.000,00
505	CANDANGO - COMERCIAL DE ALIMENTOS E REP. LTDA Aquisição de gêneros alimentícios, exemp. Biscoitos, pães, café, açúcar , leite, margarinas, sucos, adoçantes e chás, durante o exercício de 1997.	-	-	1.000,00
N.E. N.º	FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
	DISPENSA			
448	SOCIEDADE DE TRANSPORTE COLET. DE BRASÍLIA LTDA Locação de 02 ônibus para transporte dos participantes da I Taça Brasília de Futebol Juvenil, realização no período de 19 a 26/07/97	-	-	3.313,36
451	J.R ESQUADRIAS MÓVEIS E REFORMAS LTDA Caixa coletora de lixo, tipo container padrão SLU, med. 1,96x1,16x0,92m, capacidade p/1140 litros.	05	380,00	1.900,00
458	BEL PONTO BORDADOS E CONFECCÇÕES LTDA Fitas em cores variadas e com a seguinte inscrição: "Homenagem ao Sonho Visão de Dom Bosco - Brasília/DF" em comemoração ao 114º *aniversário do Sonho Visão de Dom Bosco, no dia* 31/08/97.	5000	0,37	1.850,00
459	SINAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA Prestação de serviços de vigilância armada/desarmada, de 24 Hs.. ininterruptas, período de 29/08/ a 02/09/97, na Ermida Dom Bosco, " Comemoração ao 114º Sonho Visão de Dom Bosco".	-	-	1.188,60
460	FLORES DO PARANOÁ Fornecimento de flores e arranjos conforme especificações na proposta. Comemoração 114º aniv. Sonho Visão Dom Bosco.	-	-	890,00
462	HIROJI PAPELARIA E LIVRARIA LTDA Bateria de fogos de artifício c/486 tiros (saída na Prainha do Lago Sul). Bateria de fogos de artifício c/486 tiros (chegada na Ermida).	08 08	59,40 59.40	950,40 475,20 475.20
463	VIDROCARDO COMÉRCIO DE VIDROS LTDA Fornecimento de colocação de vidros. • vidro 6mm bronze, med. 0,91x1,815m. • *vidro 6mm bronze, med. 0,75x1,64m.* • vidro 6mm bronze, med.0,885x0,91m • vidro 6mm bronze, med.0,90x1,05m. • vidro 6mm bronze, med.1,05x1,00m. • vidro 6mm bronze, med.0,75x1,00m.	01 01 01 01 01 01	120,00 85,00 60,00 220,00 70,00 50,00	605,00 120,00 85,00 60,00 220,00 70,00 50,00
465	RPS PROMOÇÕES CULTURAIS LTDA Locação de palco e/estrut. metal. med. 10x08x02m, piso d/comp. 18mm, cobert. de zinco e 02 (dois) camarins em PVC, med. 06mx02m, teto espec. conf. proposta cons do processo, para as comemorações do 114º aniversário do Sonho Visão de Dom Bosco a realizar-se em 31/08/97.	-	-	1.900,00
474	A ESTIMATIVA COM. DE MAT. DE LIMPEZA E UTILIDADES Detergente para limpeza de pisos, em tambor de 200 lts, M/ Start. Acido muriatico, marca Start.	08 400	102,94 1,40	823,52 560,00
484	APLAUSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA Locação de 10 (dez), rádios tipo HT, contendo cada um 02 (duas) baterias, destinado ao apoio referente ao 114º aniversário do Sonho Visão de Dom Bosco que será realizado em 31/08/97.	-	-	350,00
485	TRIBO ESPORTES LTDA-ME Mosquetão M. Camp, 3.000KG. Aparelho oito, m. Simond, 3000KG. Cadeirinha modelo Gourou, marca Petzl. Blocante mod. Croll, marca Petzl (Torax). Blocante modelo Ascension, marca Petzl (Punho).	02 01 01 01 01	19,00 19,00 162,00 72,00 81,00	372,00 38,00 19,00 162,00 72,00 81,00
489	ARFRIO COM. DE REFRIGERAÇÃO E ASSIST. TÉC. LTDA Conserto de 01 bebedouro marca Indaiá, modelo 2000, tomb. N º 0547/9, com substituição de aparador de água e de torneiras , conforme proposta.	-	-	55,00
495	IRMÃOS RODRIGUES LTDA Despesa com aquisição de copos descartáveis, 50ml.	20	2,70	54,00
496	TELESHOPPING COMERCIAL IMPORTADORA LTDA *Despesa com aquisição de aparelho telefônico celular, marca* Motorola, modelo Micro Tac Lite II, com vibracall.	02	389,00	778,00
497	TELESHOPPING COMERCIAL IMPORTADORA LTDA Baterias originais Motorola de níquel metal hidreto (tarja verde), grossa, código SNN4258, c/ capacidade p/ 32 horas de funcionamento em espera.	04	60,00	240,00
499	CETEFE-ASS. CENTRO TREIN. EDUC. FISÍCA ESPEC. Confecção de medalhas, med. 09cm de comp. 08cm de larg. e 04mm de espessura em acrílico transparente, com impressão em silkscreen do motivo e/ou modalidade em até 03 (três) cores. Confecção de troféus em acrílico transparente c/ base em acrílico med. 18cmx10cmx01cm e o painel deverá ter 23cmx14cmx04mm, c/ impressão em silkscreen do motivo ou modalidade em até 03 (três) cores. Destinado as comemorações do 114 º aniversário de Dom Bosco no dia 31/08/97	150 100	4,00 27,00	3.300,00 600,00 2.700,00
511	TCB Locação de 01 ônibus p/ transporte do Grupo de Para - Quedistas que exibirão nas comemorações do 114 º Sonho Visão de Dom Bosco, dia 31/08/97, das 08:00 as 16:00horas. Percursos: Ermida/Prainha/Aeroporto.	-	-	307,15

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEÇÃO DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 42/97

Objeto: aquisição de ferramentas e escadas de alumínio. Recebimento dos envelopes: 22/09/97 às 15:00horas. Cópia do convite encontra-se afixada no quadro de avisos do edifício anexo do TCDF, estando à disposição dos interessados não-convidados, mediante apresentação de cópia de Certificado de Registro Cadastral emitido por órgão ou entidade pública, na Seção de Compras, 4º andar do Edifício Anexo, fones 314.9149/314-9202, fax 314.9219.

Brasília,10 de setembro de 1997.
HENRIQUE DE FREITAS SOARES
Chefe da Seção

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS MENORES CARENTES DE SOBRADINHO-AAMECAS

EXTRATO DO ESTATUTO

A Associação de Amparo aos Menores carentes de Sobradinho-DF-AAMECAS , é uma sociedade civil, de caráter assistencial, cultural e educacional, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede provisória na AR 13 conjunto 09 casa 16, Sobradinho-DF, e foro em Brasília-DF, congregando os moradores desta Cidade em torno de seus problemas coordenando suas reivindicações junto às entidades civis e governamentais. A Associação é constituída pelos seguintes cargos: Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro; Diretores e Conselho Fiscal. O Presidente representa a Entidade, judicial e extra-judicial, ativa e passivamente. O Estatuto será reformável em Assembléia específica para tal, sendo aprovado pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos Associados. Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais . Em caso de extinção da Associação o patrimônio será destinado a instituições congêneres devidamente registradas no Conselho de Serviços Socias. Presidente: Ana Paula de Oliveira.

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL DE BRASÍLIA/DF

EDITAL DE CITAÇÃO DE SANDRA REGINA MAIA DA SILVA E BIKECICLE COMÉRCIO DE BICICLETAS LTDA-ME - PRAZO 30 DIAS

O Doutor Agnaldo Siqueira Lima, MM. Juiz de Direito Substituto da Oitava Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, na forma da lei, etc ...

Faz Saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório com sede na Praça do Buriti, Ed. Anexo do Palácio da Justiça, 5º Andar, 527, Brasília/DF, tramita uma ação monitória, processo nº 36.459/96, proposta por Fac Factoring Administração Comercial Ltda contra Engeserve Com. Rep. Part. Ltda, Sandra Regina Maia da Silva e Bikecicle Com. de Bicicletas Ltda. Sendo o presente para citar Sandra Regina Maia da Silva, brasileira, maior, CPF nº 273.743.192-15 e Bikecicle Com. de Bicicletas Ltda, CGC nº 38.033.759/0001-43, que se encontram em local incerto e não sabido, para que os mesmos paguem as importâncias de R$ 2.502,06 (dois mil, quinhentos e dois reais e seis centavos) e R$ 1.183,25 (hum mil, cento e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), respectivamente, no prazo de 15 (quinze) dias, tudo de conformidade com o despacho de fls. 72: "Cite-se, como requerido às fls. 71. Edital com prazo de 30 (trinta) dias. DF, 08/08/97 (a) Agnaldo Siqueira Lima - Juiz de Direito Substituto". O prazo para oferecimento de embargos, independentemente de prévia segurança do Juízo, será de 15 (quinze) dias, contados da citação. Não sendo efetuado o pagamento ou entregue a coisa, nem oferecidos embargos, converter-se-á o presente mandado em mandado executivo, prosseguindo-se na forma prevista nos arts. 621 e ss. e 646 e ss. do CPC. Cumprindo os réus o mandado no prazo acima estabelecido, ficarão isentos de custas e honorários advocatícios. Tudo conforme despacho de fls. 72: "Cite-se, como requerido às fls. 71. Edital com prazo de 30 (trinta) dias. DF, 08/08/97 (a) Agnaldo Siqueira Lima - Juiz de Direito Substituto". E para que no futuro não seja alegada ignorância mandou expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Brasília/DF, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete. Eu, ,Antônio Washington de Oliveira Santos, Diretor de Secretaria, o subscrevo. (a) Agnaldo Siqueira Lima. Juiz de Direito Substituto

ANTÔNIO WASHINGTON DE O.SANTOS
Diretor da Secretaria

AGNALDO SIQUEIRA LIMA
Juiz de Direito Substituto

CONDOMÍNIO DO ED. SOUTH LAKE CENTER

COMUNICAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA ÀS 9:30 HS (EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO), NO DIA 28 DE Agosto DE 1997, NA Loja nº 30, do BL. "M", da QI 11 - Lago Sul, Brasília/DF.

O Presidente da Assembléia Geral Extraordinária em referência, COMUNICA os senhores condôminos, que a ATA dessa Assembléia, com suas respectivas deliberações, encontra-se afixada no quadro de aviso da portaria de acesso aos andares do Ed. South Lake Center, sendo que cópias da mesma poderá ser solicitada na sala 107 do mesmo Edifício.

Brasília/DF, 10 de setembro de 1997.
VALDERICO RESENDE
PRESIDENTE

(DAR-R$26,70)

DMG ASSESSORIA AO SETOR MINERAL LTDA

AVISO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

DMG - ASSESSORIA E CONSULTORIA AO SETOR MINERAL LTDA , torna publico que recebeu do IEMA / SEMATEC a renovação de LICENÇA DE OPERAÇÃO , por 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias , para a atividade de comercialização e beneficiamento de Rochas , no local , no local ' SIBS - Quadra 03 - conjunto B lotes 2 e 4 -Nucleo Bandeirante /DF.

(DAR R$ 22,52) .

INDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO 18596, 11-09-97 ..... 7.277
.DECRETO 18597, 11-09-97 ..... 7.277
.DECRETO 18598, 11-09-97 ..... 7.278

SECRETARIA DE GOVERNO

.DESPACHO-R, SUCAR, 10-09-97 ..... 7.278
.DESPACHO, SUCAR/RA-XII-SAMAMBAIA, 10-09-97 ..... 7.279
.ORDEM DE SERVICO 55, SUCAR/RA-XVI-LAGO SUL, 08-09-97 ..... 7.279

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

.DESPACHO, CHEFE DE GABINETE, 09-09-97 ..... 7.280
.PORTARIA 22, SECRETARIO, 09-09-97 ..... 7.279

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO DECLARATORIO 16, SUREC/DAT-DRB, 10-09-97 ..... 7.286
.ATO DECLARATORIO 370-R, SUREC/DAT, 01-09-97 ..... 7.280
.ATO DECLARATORIO 386-R, SUREC/DAT, 05-09-97 ..... 7.280
.ATO DECLARATORIO 388, SUREC/DAT, 04-09-97 ..... 7.281
.ATO DECLARATORIO 389-R, SUREC/DAT, 08-09-97 ..... 7.281
.DESPACHO-R, SUREC/DAT, 29-08-97 ..... 7.282
.DESPACHO-R, SUREC/DAT, 01-09-97 ..... 7.282
.DESPACHO-R, SUREC/DAT-DT, 08-09-97 ..... 7.282
.DESPACHO-R, SUREC/DAT-DT, 08-09-97 ..... 7.283
.DESPACHO-R, SUREC/DAT-DT, 08-09-97 ..... 7.283
.DESPACHO, SUREC/DAT-DT, 09-09-97 ..... 7.282

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.DESPACHO, FSSDF, 09-09-97 ..... 7.286

SECRETARIA DE OBRAS

.INSTR. DE SERV. 38, IDHAB, 05-09-97 ..... 7.286

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.ATA 4, SAB, 23-06-97 ..... 7.287
.ATA 24, SAB, 11-07-97 ..... 7.286

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, DEFER, 27-08-97 ..... 7.287

SECRETARIA DE TRABALHO

.DESPACHO, DEPEM, 05-09-97 ..... 7.287

SECRETARIA DE TURISMO

.DESPACHO, SECRETARIO, 10-09-97 ..... 7.287

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, SECRETARIO, 11-09-97 ..... 7.237

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO